

Entrevista com ALVARO CUNHAL



Solidariedade internacionalista resposta a uma campanha

Págs. 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9



A Revolução de Outubro

– artigo
de Albano Nunes

Págs. 21, 22 e 23

As «vacas magras» pós 6 de Outubro

– artigo de
Octávio Teixeira

Pág. 20

O crime dos peixes – a barragem do Maranhão

Reportagem

nas págs. 16, 17, 18 e 19



Iniciam-se os trabalhos na Assembleia da República

RESUMO

30 Quarta-feira

O PCP considera «baixos e insuficientes» os aumentos de pensões anunciados pelo Governo ■ A Commercial Union, companhia inglesa de seguros, despede 21 trabalhadores, alegando «maus resultados da empresa» ■ Sampaio e Guterres acertam estratégias para a liderança do PS ■ Conselho de Estado dá «luz verde» às posses do Executivo e do ministro da República para a Madeira ■ Inicia-se em Madrid, com a presença de Bush e Gorbachov, a conferência de paz para o Médio Oriente; Teerão considera este conclave como uma «declaração de guerra contra o Islão» ■ Mobutu reitera a sua exigência de retirada das tropas belgas do Zaire ■ Notícias vindas a público informam que o défice orçamental dos EUA aumentou 21,9 por cento durante o exercício fiscal de 1991.

31 Quinta-feira

Governo presidido por Cavaco Silva toma posse no Palácio da Ajuda ■ Sob o lema «Simplificar, inovar, confiar», vários ministérios assinalam o Dia Nacional da Desburocratização ■ Estado-Maior do Exército informa que inquérito sanitário nos comandos se insere numa mera operação de despistagem de consumo de droga ■ Governo belga manda retirar contingente de tropas que enviara para o Zaire ■ Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano anuncia que a CEE poderá reconhecer em Dezembro a independência da Eslovénia e da Croácia ■ Reagindo ao discurso de Yitzhak Shamir na conferência de Madrid, Yasser Arafat afirma que o dirigente israelita «está deslocado no espaço e no tempo, com os seus antigos «slogans» e velhos sonhos».

1 Sexta-feira

Jorge Sampaio admite a realização de um Congresso extraordinário do PS ■ A Administração Regional de Saúde de Faro considera controlada a epidemia de casos de intoxicação com farinha de milho ■ A RTP transmite imagens filmadas em Timor-Leste por uma equipa australiana nas quais são visíveis valas comuns descobertas em cemitérios ■ Resultados parciais das eleições na Zâmbia dão a vitória a Frederik Chiluba e ao seu Movimento para a Democracia Multipartidária ■ Cabo Verde e África do Sul decidem estabelecer relações consulares.

2 Sábado

Informações divulgadas pela comunicação social referem que a anulação da visita dos parlamentares portugueses causa desespero em Timor-Leste ■ Jorge Sampaio adverte socialistas para os perigos de «jugoslavização» do PS ■ Rádio Zagreb anuncia uma ofensiva militar jugoslava em todas as frentes croatas ■ Uma explosão num hospital militar a sul de Belfast, reivindicada pelo IRA (Exército Republicano Irlandês), provoca dois mortos e vários feridos ■ Jesse Jackson, o pastor negro que tem sido o porta-bandeira da

causa das minorias, anuncia que não se candidatará à Casa Branca.

3 Domingo

Sindicato dos Jornalistas anuncia propósito de iniciar negociações para a revisão global do contrato colectivo ■ Conclusões do 11.º Encontro de Municípios com Centro Histórico referem que Governo deve mudar leis de zonas históricas ■ Filas com mais de 30 quilómetros dificultam acesso a Lisboa após fim-de-semana alargado ■ Benfica empata nas Antas num jogo sem golos ■ Após quase 20 anos de ruptura, China e Vietnam reatam relações ■ George Bush inicia campanha para a eleição presidencial de 1992 ■ Vaga de greves paralisa a Albânia ■ Turquia anuncia a intenção de reconhecer em breve a independência do Azerbaijão.

4 Segunda-feira

Assembleia da República inicia os trabalhos da VII Legislatura ■ Jorge Lação demite-se do Secretariado do PS ■ O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, chega a Lisboa para uma vista particular de quatro dias ■ José Cardoso Pires é o vencedor da segunda edição do Prémio Literário da União Latina ■ Sérvia recusa plano de paz da CEE, na véspera de uma nova sessão plenária da conferência de Haia ■ Mais de três milhões de trabalhadores negros aderem a uma greve geral que paralisa praticamente a África do Sul ■ Oposição marroquina exige formação de um governo responsável ■ Partidos de esquerda da Roménia decidem agrupar-se no seio de uma designada União das Forças Democráticas.

5 Terça-feira

Antes da reunião de cinco horas da direcção da Gulbenkian, sem a presença de Azeredo Perdigão, o seu filho, Pedro Paulo Perdigão, confirma notícias que o davam como tendo sido sujeito a pressões no sentido de convencer o seu pai a renunciar ao cargo de presidente da Fundação ■ Os deputados do PSD aprovam por voto secreto o nome de Barbosa de Melo para novo presidente da Assembleia da República. Os partidos da oposição disseram não ir votar esta candidatura, tendo, Octávio Teixeira, do PCP, referido a ausência de esforço do PSD para que houvesse «um mínimo de aceitação ou consenso» ■ Os secretários de Estado do novo Governo tomam posse ■ A Comissão Política do PCP critica o primeiro-ministro por se «contradizer entre o discurso eleitoral em torno do sucesso e o discurso posterior às eleições» que fala já de tempos difíceis ■ A conferência de Haia para a paz na Jugoslávia termina sem acordo entre as partes ■ O líder da aliança anticomunista UFD, Filip Dimitrov, é encarregado de formar Governo na Bulgária ■ Robert Gates é nomeado director da CIA com o voto de dois democratas que apoiaram a proposta do presidente George Bush ■ Um acidente qualificado pela polícia de «estranho» vítima o «magnata dos jornais» Robert Maxwell.

Momentos difíceis de um «país de sucesso»

E uma numerosa «corte» ministerial de um partido onde se degladiam os «loobies» e os grupos de interesses, o que acaba de tomar posse.

No seu discurso da Alameda, na noite de 6 de Outubro, logo depois de conhecidos os resultados eleitorais, Cavaco Silva vaticinou para o País, no novo mandato governamental do PSD, «momentos difíceis».

Antes das eleições, durante mais de ano e meio de campanha eleitoral, foi a deliberada ocultação das já visíveis e previsíveis dificuldades do «dia seguinte», das nuvens carregadas que claramente se adensavam no horizonte político do País, acumuladas em parte substancial pelas distorções eleitoralistas, principalmente nos domínios da economia e da situação social, provocadas pelo governo unipartidário da direita cavaquista. E logo, e só depois das eleições, passada a euforia da vitória, o prenúncio dos inevitáveis «momentos difíceis»... A oferta prévia da «cenoura» para a caça ao voto dos incautos, logo seguida de imediato, após o sucesso eleitoral, das primeiras «bátegas» do balde de água fria dos difíceis dias seguintes, ante as ineludíveis realidades do pós-eleição de «vacasmagras» que aí vem.

No discurso da Alameda, o Primeiro-Ministro limitou-se apenas a enunciar de modo propositadamente vago as dificuldades do futuro imediato: «a presidência portuguesa da CEE; os conflitos mundiais e as incertezas internas; o receio de que Portugal volte a passar por momentos difíceis». Fugiu a trocar em miúdos a sua imprecisa enunciação.

Pode-se, contudo, dizer que só esta vaga referência de Cavaco Silva a previsíveis dias difíceis que se desenhavam no horizonte português de 1992, que ameaça projectar-se por toda a legislatura da direita cavaquista no poder, vale por uma confirmação do que desde há muito, de modo desenvolvido e persistente, tem vindo a constituir o centro e conteúdo essencial das críticas à acção do governo e das propostas políticas do PCP.

Desde o início, o nosso Partido alertou para a ausência e a ingente necessidade de um amplo debate nacional do processo e das condições de adesão de Portugal à Comunidade Europeia, para a consideração objectiva no seio das instituições comunitárias da situação específica e muito peculiar do nosso país - um país com atrasos abissais relativamente aos países mais desenvolvidos da Comunidade, com endémicos desequilíbrios e assimetrias nos domínios da economia, do bem-estar social, do desenvolvimento tecnológico e re-

gional, com especificidades estruturais principalmente da agricultura, do aparelho produtivo, da formação profissional. Chamou particularmente a atenção para a necessidade de uma definição criteriosa de prioridades e o rigoroso controlo na aplicação dos fundos de apoio comunitários, para o acatamento prioritário e fundamental dos interesses nacionais nas novas condições.

O povo português não conhece ainda hoje onde foram aplicados os 700 milhões de contos recebidos da CEE até Março deste ano e onde vão ser aplicados os 3200 milhões prometidos até 1994; não foi ainda suficientemente informado dos processos de corrupção e de fraude de dezenas de milhões de contos do Fundo Social Europeu, dos dinheiros desviados de uma Formação Profissional que até ao Verão do ano passado apenas garantiria emprego a 42 por cento dos formandos e em grande volume gastos fraudulentamente em despesas faustosas por beneficiários sem escrúpulos dispondo em alguns casos de grandes «cunhas» no poder.

Acontece que um ano depois do fim do desarmamento pautal (regime geral, no sentido Portugal-CEE) e no início do ano de transição para a criação em 1993 do Mercado Único Europeu, o nosso país vai assumir a presidência da Comunidade.

Esse as prevenções e as propostas políticas do PCP tinham no momento em que foram formuladas inteira razão de ser, os acontecimentos externos e internos dos últimos anos vieram ainda colocar novas questões, vieram ainda agravar as reservas iniciais.

Enumeremos brevemente alguns:

- Profundas alterações geopolíticas no Leste europeu e no xadrez político do mundo a partir da segunda metade de 1989;

- O reacender de perigosos conflitos regionais e étnicos na periferia da Europa Comunitária, alguns configurando graves ameaças à paz que tiveram já concretização parcial com a internacionalização da guerra do Golfo;

- Recessão económica em alguns dos principais países capitalistas ainda por superar;

- Reflexos de tudo isso no processo comunitário tomando ainda mais pesados para Portugal os problemas da nossa integração.

No ano em que Portugal assume a presidência da CEE vão ter expressão prática questões tão complexas como as do novo e previsível alargamento da Comunidade a novos países e áreas: alguns do Leste europeu que renunciaram ao socialismo e estão agora a braços com situações de grave crise económica, financeira e social, potenciais concorrentes de Portugal aos fundos de apoio da CEE, e as questões resultantes da criação de um novo espaço europeu com os países da

área da EFTA já objecto de acordos de cooperação e conjugação, preliminares de um novo processo de integração a médio prazo.

Seremos presidentes da CEE quando no mundo se acentuam fenómenos de uma nova arrumação de forças nos centros de decisão do sistema capitalista mundial e se acentua na Europa o predomínio de uma grande Alemanha reunificada na qual o neonazismo levanta de novo a cabeça e já se chega mesmo a conceber uma expedição armada germânica nos Balcãs no estilo dos velhos tempos do Reich alemão, para a «pacificação» da Jugoslávia!

Um Portugal presidente da CEE que se arrisca a ser um simples mandatário dos poderosos grupos dominantes e das grandes potências da Comunidade.

E é aqui que se entrelaçam algumas das mais preocupantes «incertezas internas» e «o receio de que Portugal volte a passar por momentos difíceis» a que vagamente aludiu o Primeiro-Ministro no discurso da Alameda silenciando aspectos que apenas afloram na conjuntura portuguesa actual: as pressões dos grupos dominantes da CEE (a que se soma as da CIP pela boca do sr. Ferraz da Costa) contra os salários dos trabalhadores portugueses (mais baixos dois terços que os dos países mais desenvolvidos da Comunidade) em holocausto a um aumento de competitividade da nossa economia fundamentalmente à custa da exploração agravada de uma mão-de-obra barata; o novo surto de desemprego e de salários em atraso; o acréscimo de falências e do encerramento de empresas; o agravamento do nosso défice comercial, principalmente da balança alimentar em detrimento da produção nacional; o crescente domínio das multinacionais da CEE (em especial nos sectores bancário, segurador, turístico, comercial e imobiliário) num processo de privatizações do Sector Empresarial do Estado que aliena para o capital estrangeiro as empresas mais lucrativas e remete para o capitalismo indígena e para o Estado as menos rentáveis; as especulações sobre as excêntricas e os liberais do novo ministro das Finanças para desviar as atenções de um «buraco» orçamental de 120 milhões de contos e de um excesso de mais de 100 milhões de contos na carga fiscal e outros.

Problemas a que o PCP - agora com um mais reduzido mas qualificado Grupo Parlamentar, com toda a sua organização e militantes na frente decisiva de massas-irá fazer frente na primeira linha do combate por uma nova política e por um novo governo, por uma convergência das forças democráticas que desbrave o caminho a uma alternativa válida ao domínio e à política da direita.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25 76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2.º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: PUBLICIDADE ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Publicidade: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50
ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00
MACAU — 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correlo.

entrevista
com
**ÁLVARO
CUNHAL**
**SOLIDARIEDADE
INTERNACIONALISTA**
resposta
a uma campanha



**Na URSS:
campanha
anticomunista
e provocatória**

«Avante!» - Nas últimas semanas, a campanha contra o PCP tem sido alimentada pela divulgação de documentos supostamente apreendidos nos arquivos do Partido Comunista da União Soviética. Tais documentos testemunhariam vultosas ajudas directas do PCUS a partidos comunistas e a outras forças em numerosos países. O que haverá em tudo isso de verdade?

Álvaro Cunhal - Em tudo isso há certamente muitas verdades e muitas mentiras. Mas para ajuizar dos factos interessa antes de mais adiantar duas considerações.

A primeira respeita ao significado, na actual situação da União Soviética, da divulgação de documentos apreendidos ou supostamente apreendidos nos arquivos do PCUS.

O acontecimento verificado no quadro da ilegalização do PCUS, do assalto às suas instalações e das perseguições aos comunistas, é em si mesmo esclarecedor da actual situação e da política e acção antidemocrática de quem actualmente no poder.

Dá novas confirmações às análises do PCP relativas à evolução da situação na URSS e ao desenvolvimento de processos contra-revolucionários.

A segunda observação (sem mesmo me pronunciar sobre a veracidade ou não veracidade de tais ou tais documentos) respeita ao juízo de ordem geral que de qualquer forma importa fazer sobre a atitude política do PCUS que no fim de contas esses documentos traduzem. A atitude política que podem traduzir é afinal a solidariedade internacionalista do PCUS ao longo de

muitos anos para com forças que no mundo lutavam contra ditaduras fascistas, contra regimes tirânicos, contra a exploração e a opressão coloniais, pela liberdade, pela democracia, o progresso social, a independência nacional e o socialismo. Os contra-revolucionários russos procuram provocatoriamente suscitar a condenação dos comunistas soviéticos e há quem se assuste com tal campanha. Essa é mais uma razão para aqui prestar homenagem à solidariedade internacionalista durante tantos anos desenvolvida pelos comunistas e pelo povo soviético para com a luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

- O volume e a extensão impressionantes das mais variadas ajudas materiais que teriam sido prestadas pelo PCUS aparecem como revelações sensacionais...

- As circunstâncias e os termos em que são feitas, com as mentiras e falsificações que as acompanham, são de facto sensacionais. Mas, se as considerarmos apenas na sua expressão global ilustram uma realidade conhecida e reconhecida em todo o mundo. De facto, alguém no mundo desconhecia que o PCUS e a URSS (tal como o imperialismo e outras forças reaccionárias e conservadoras, embora com objectivos contrários e a forças diferentes) davam a forças revolucionárias e progressistas de outros países ajudas materiais? E não só financeiras? Também em petróleo, em maquinaria agrícola e industrial, em géneros alimentícios, em preparação de quadros, em compras a preços superiores aos do mercado internacional e em vendas a preços inferiores aos dos preços do mesmo mercado...

- ... e em armamento...

- ...também em armamento, isso é sabido e ressabido. Quando na URSS contra-revolucionários instalados no poder na sua histeria anticomunista acu-

- **Na URSS: campanha anticomunista e provocatória**
- **A solidariedade internacionalista e a prática geral e universal de apoios internacionais**
- **A independência do PCP e a solidariedade internacionalista**
- **A acção do PCP em defesa dos interesses nacionais e as chamadas «empresas amigas»**
- **Escolas, cursos, estudantes portugueses na URSS**
- **Agora também os documentos falsos**
- **A política financeira do PCP**

entrevista com **ÁLVARO CUNHAL** **SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA** resposta a uma campanha



sam o PCUS de, quando estava no poder, ter prestado vultoso apoio material à luta dos povos noutros países, qual a primeira apreciação a fazer? A primeira apreciação é que representa uma perda para o mundo que a URSS cesse a sua solidariedade internacionalista que ao longo do século XX deu valiosa contribuição à luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e que na URSS seja feita provocatoriamente a sua condenação. E isto, quando ao mesmo tempo, como é público e notório o imperialismo e forças reaccionárias e conservadoras continuam a apoiar com colossais meios materiais ditaduras, partidos, conspiradores e forças contra-revolucionárias.

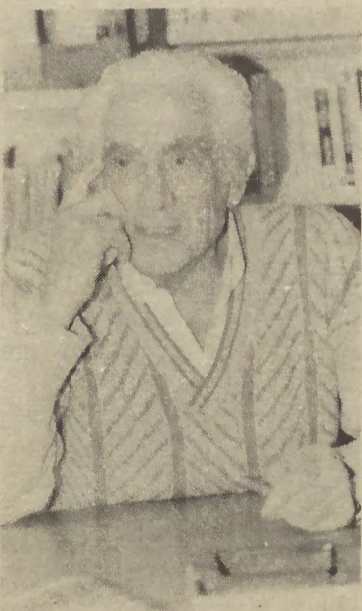
- O Ministro da Justiça russo teria acusado Gorbatchov e o PCUS não só por terem prestado essas ajudas materiais, mas de o terem feito com fundos e recursos não só do PCUS, mas do Estado.

- É questão fundamentalmente política sobre a qual posso dizer algumas palavras. No XIII Congresso (extraordinário) do nosso Partido, realizado em Maio de 1990, apontamos causas que consideramos fundamentais das derrotas do socialismo na URSS e noutros países do leste da Europa. Entre essas causas o Congresso concluiu que «confundiram-se e fundiram-se as funções e estruturas do Partido e as do Estado com uma intervenção dirigista omnipresente do Partido em todas as instâncias do Estado; em prejuízo não só do exercício das funções próprias dos órgãos estatais, como também em detrimento da acção militante política e ideológica do Partido na sociedade». Tal característica, além de outras, fez parte de um «modelo» que, no nosso entender se afastou dos ideais dos comunistas para a construção da nova sociedade. Essa fusão fazia entretanto parte do sistema expresso na Constituição Soviética e é a essa luz que as decisões do PCUS têm de ser

consideradas tanto em termos políticos como em termos de legalidade.

- O saque aos arquivos do PCUS e a publicitação provocatória de documentos insere-se na brutal ofensiva anticomunista dos detentores do poder na Federação Russa. Qual a posição que assume o PCP ante tais acontecimentos?

- No seguimento da ilegalização do PCUS, essa campanha



revela processos que nos fazem lembrar processos pidescos bem nossos conhecidos. O PCP é solidário para com os comunistas soviéticos e os povos soviéticos, para com todos aqueles que na URSS lutam contra o curso contra-revolucionário dos acontecimentos, em defesa dos verdadeiros valores de um socialismo renovado que foi o objectivo declarado da perestroika e que hoje é posto em causa num processo antidemocrático, de perseguições, de intolerância, de ilegalidade, de desagregação da URSS e de instauração de estru-

turas, métodos e valores retrógrados do capitalismo.

A solidariedade internacionalista e a prática geral e universal de apoios internacionais

- Pode inferir-se do que há pouco afirmaste acerca de apoios internacionais que o apoio externo, não apenas político mas material é uma prática geral que envolve praticamente todas as forças políticas e todos os partidos?

- Sim, o apoio externo, não apenas político mas material, é uma prática geral e universal embora com sinais e objectivos diferentes e até contrários, segundo quem o presta e quem o recebe.

Essa é a realidade do mundo em que vivemos. «Todos» é palavra excessiva, mas no mundo inteiro poucas serão as excepções. É do conhecimento geral que essa é a realidade. Mas, dada a agudeza das lutas que se travam à escala mundial e à escala de cada país, e das especulações sobre a matéria, ninguém se confessa.

- Dizes «em cada país». Referes-te também a Portugal?

- Naturalmente, refiro-me também a Portugal. Nesta matéria não chegou a hora das confissões e duvido se algum dia chegará.

- Referes-te ao PS, ao PSD, ao CDS?

- Refiro-me a todos e não me refiro a nenhum. Não estou a fazer acusações, mas a apontar em termos gerais uma realidade.

- Dizes que ninguém se confessa. Essa afirmação respeita também ao PCP?

- Respeita também ao PCP.

- Todos os partidos afirmam não receber auxílios financeiros do exterior...

- ...o mesmo afirma o PCP...



- Não sais disso...

- Não, não saio disto.

- Da parte de partidos comunistas, a negativa, a reserva e o silêncio sobre formas de apoio material sobretudo de carácter financeiro significam que há motivos de vergonha para aqueles que o recebem e para aqueles que o prestam?

- Não. A solidariedade recíproca e fraterna é uma exi-

gência que parte da convicção profunda dos interesses e objectivos fundamentais comuns da luta dos trabalhadores, dos povos, dos comunistas e outras forças progressistas. Prestar e receber solidariedade não é motivo de vergonha, antes uma afirmação clara, aberta e responsável dos princípios internacionalistas que nós, os comunistas portugueses, mantemos, a par do nosso patriotismo.

- Uma pergunta directa. Pela responsabilidade que tens há muito no Partido certamente participaste em nome do Partido em decisões relativas a questões de solidariedade. Solicitando-a ou prestando-a. Sentiste-te sempre completamente à vontade nessas diligências e decisões?

- Naturalmente. Como podia ser o contrário? Com consciência do dever e da responsabilidade. Quando se trata de ajuda recíproca numa justa luta, é tão natural e correcto prestar ajuda como solicitá-la e recebê-la.

- Defendes, justificas e valorizas em termos gerais a solidariedade. Mas o PCP não dá uma resposta directa a questões como a que coloca a recente divulgação de documentos ou supostos documentos apreendidos nos arquivos do PCUS. Particularmente a afirmação da ajuda de um milhão de dólares que o PCUS teria prestado ao PCP. Não queres comentar?

- A nossa resposta já foi dada: a divulgação em Moscovo em termos provocatórios de supostos documentos encontrados nos arquivos do PCUS relativos a supostas contribuições financeiras do PCUS ao PCP não merece comentário. Não estamos dispostos a fazer desmentidos cada vez que provocações deste tipo

se produzem. De futuro teremos certamente muitas outras e seria mau estabelecer o precedente de responder taco a taco.

- Chega de Moscovo a notícia publicada em jornais portugueses de que há uma verdadeira caça a documentos dos arquivos e se pagam a altos preços desde que apareçam como constituindo peças de acusação na campanha contra os comunistas. Será um novo e rendoso negócio envolvendo órgãos de comunicação social soviéticos e estrangeiros...

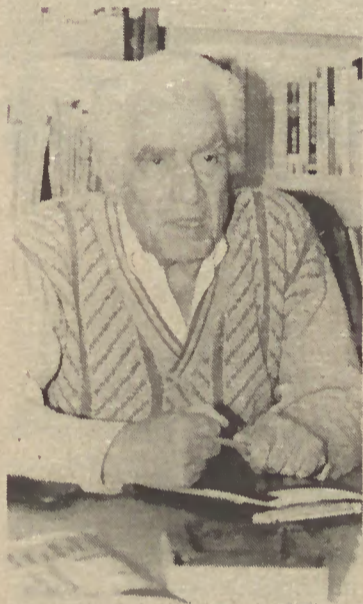
- É vergonhoso, mas a isso se chegou. Como é regra em tal tipo de negócios sujos, com eles chega também a hora da multiplicação de documentos falsos, tanto mais caros quanto mais sensacionais. É inevitável.

- O PCP tem sempre insistido e acabou de insistir uma vez mais em que a solidariedade internacionalista é recíproca. O PCP tem sempre ao longo da sua existência expressado o seu reconhecimento pela solidariedade que lhe prestaram não apenas o PCUS mas muitas outras forças do mundo. Sendo recíproca a solidariedade, como expressa o PCP a sua solidariedade para com os comunistas e outras forças progressistas dos outros países?

- Fundamentalmente pela nossa acção política, pela divulgação e esclarecimento em Portugal da sua luta, no sentido de despertar a simpatia e apoio dos portugueses, pelas relações fraternais...

- ... e também com apoios materiais?

- Também, por vezes, com apoios materiais. Somos um



partido com recursos limitados que só com grande militância e contribuição generosa dos seus militantes e amigos responde às despesas necessárias. Mas nunca fechámos a porta a amigos que a ela bateram colocando necessidade de um auxílio. Numerosas vezes prestamos formas diversas de apoio material, directo ou indirecto, embora naturalmente limitado, a partidos e organizações amigas de outros países.

- Podes dar um ou dois exemplos para melhor compreensão?

- Sim. Por exemplo, para tal ou tal país, oferecemos meios técnicos de propaganda, materiais de impressão, livros, cadernos e outro material escolar, caixas de medicamentos e vacinas, com destino a centros infantis desprovidos de recursos, etc.

- E ajuda financeira?

- Também, embora em casos raros e muito limitados.

- Podes dizer a que partidos foi prestada essa solidariedade nas suas várias formas?

- Não esperais certamente que o diga. Certamente fazeis a pergunta para proporcionar uma resposta negativa. Assim o faço. Pela forma como estas questões são exploradas e manipuladas a nível nacional e a nível mundial dizê-lo acabaria por ser utilizado, pelo menos em alguns casos, contra aqueles aos quais fraternalmente procurámos ajudar.

- Se se trata de uma ajuda justa porquê ocultá-la?

- As condições não estão muitas vezes criadas para que seja como tal reconhecida e não tenha consequências políticas negativas. Vocês lembram-se do que sucedeu no tempo do fascismo com a libertação de Agostinho Neto e sua transferência para Angola. Foi o nosso Partido e os nossos quadros que, por solicitação do MPLA, organizaram a viagem, comprou um barco, e conduziu Agostinho Neto a África. Mas nas condições então existentes publicar-se que fora o PCP a dar tão importante ajuda poderia por abusivas mas previsíveis interpretações ter efeitos negativos para a amplitude do MPLA, a luta libertadora que este conduzia e os apoios diversificados de que dispunha. Por isso aceitámos que fosse publicamente dito que tal operação tinha sido realizada pelo MPLA. Só muitos anos depois, por acordo do PCP e do MPLA, se tornou conhecido esse testemunho da solidariedade dos comunistas portugueses para com o povo de Angola.

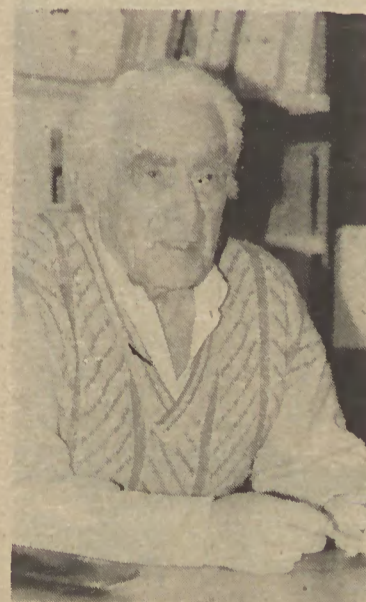
A independência do PCP e a solidariedade internacionalista

- Uma questão que é legítimo colocar é a de saber se o apoio e a ajuda, nomeadamente de carácter material, não implica relações que afectem a independência dos partidos e outras forças que a recebem. Não se poderá dizer que a solidariedade prestada pelo PCUS a partidos de outros países e nomeadamente ao PCP terá afectado a soberania de juízo e de apreciação e a

independência da sua orientação?

- Haverá no mundo casos em que tais situações se produziram. Decerto os há. Mas o nosso Partido nunca aceitou solidariedade condicionada a orientação e posições políticas exigidas ou impostas do exterior, como nunca pretendeu condicionar a orientação e as posições políticas aqueles aos quais tem prestado solidariedade.

É certo que no tempo da Internacional Comunista - dissolvida de jure em 1943 mas de facto num momento que podemos situar nas vésperas da 2ª Guerra Mundial (1938/39) - existia um centro de direcção que intervinha na vida interna dos partidos membros, que se assumiam como «Secções da IC». O PCP, designava-se explicitamente «Secção Portuguesa da Internacional Comunista (SPIC)». Assim aparecia escrito



no cabeçalho do «Avante!» e nos documentos do Partido. Mas foi por convicção política que o PCP aderiu à IC e seguia no fundamental a orientação da IC. Independentemente de haver ou não formas concretas de solidariedade recebida.

Desde então, num ou noutro momento histórico podemos ter sido influenciados de maneira menos ponderada pelas análises e orientações do PCUS e de tal ou

tal outro partido. Nunca como condição, mesmo implícita, de quaisquer formas de solidariedade.

- Parece entretanto ser um facto histórico adquirido que não só na IC houve ingerências e imposições na vida do PCP, como, aliás tu próprio tiveste já ocasião de narrar, como, mesmo depois da dissolução da IC em 1943, houve em vários momentos e por várias formas da parte do PCUS, tentativas de continuar a ser «o centro» do movimento comunista.

- É exacto o que dizeis. No nosso Partido produziram-se porém circunstâncias que deram extraordinária força à afirmação da nossa independência.

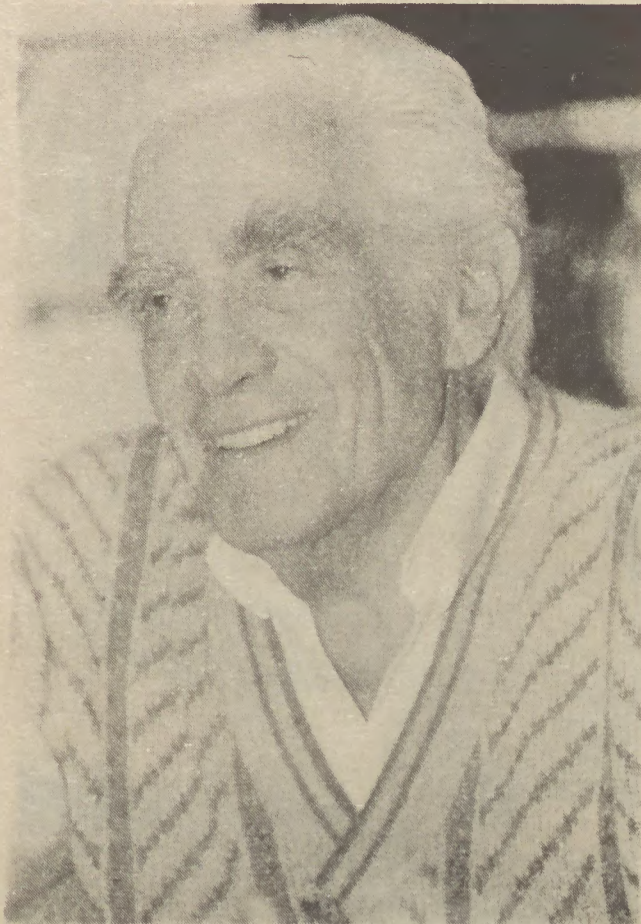
Interessa relembrar que o PCP se organizou e constituiu verdadeiramente como um grande partido nacional numa época (1939/1947) em que esteve completamente isolado do movimento comunista internacional, salvo relações de apoio e solidariedade ao PC de Espanha.

- A 2ª Guerra Mundial (1939/45), envolvendo toda a Europa em ocupações e operações militares impedia de facto relações internacionais dos partidos...

- Sem dúvida que a Guerra criou grandes obstáculos às relações. Mas a causa fundamental do isolamento do nosso Partido não foi essa. A causa fundamental foi um grave incidente nas relações do Partido com a Internacional Comunista resultante da injusta suspeita que à chegada a Paris envolveu camaradas nossos que haviam fugido da prisão em 1938. Acusou-se o PCP de estar «infestado de provocadores». Dizia-se que o PCP havia sido expulso da IC. Fizeram-se em França reuniões com emi-

PCP

entrevista com **ÁLVARO CUNHAL** **SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA** resposta a uma campanha



grantes portugueses simpatizantes comunistas com o objectivo declarado de virem reorganizar o PCP. Em Portugal defrontámos a situação com determinação. Não nos deixámos desanimar. Lançámo-nos ao trabalho com energia redobrada. Nêsse momento capital da vida do nosso Partido, adquiriu nova dimensão, que haveria de manter-se, enriquecer-se e desenvolver-se com o passar dos anos a consciência de que a razão fundamental, decisiva, determinante do PCP é ser um partido dos trabalhadores e do povo português, um partido ao serviço do povo português e da pátria portuguesa, um partido independente dos interesses e da ideologia da burguesia interna e de ingerências e pressões externas.

- Quer dizer que há males que vêm por bem...

- Tal isolamento teve naturalmente aspectos desfavoráveis. Mas teve um aspecto altamente positivo e de grandes repercussões na vida e nas características do nosso Partido até hoje: habituámo-nos a decidir e a resolver a nossa orientação e a nossa actividade com completa independência.

- Tu tens responsabilidades na Direcção do Partido há já muitos anos. Desde os anos 30 em que pela primeira vez estiveste na URSS, no tempo da IC até à actualidade. Como representante do PCP e seu Secretário-geral nos últimos 30 anos realizaste numerosos encontros com os mais altos dirigentes do PCUS e de praticamente todos os partidos comunistas no poder e também com outros partidos e forças revolucionárias de todo o mundo. Conheces certamente muitas situações concretas da história das relações e da solidariedade

internacional ao longo deste século. Nunca sentiste nessa actividade imposições ou tentativas de imposição ao PCP de tal ou tal orientação?

- Pressões sim. Tentativas de imposição não. Posso contar dois momentos ou episódios significativos.

Em 1947, por incumbência do Partido, coube-me a mim restabelecer a ligação com o PCUS e outros partidos. Para isso fui enviado clandestinamente ao estrangeiro. Dessa vez estive na Jugoslávia, na Checoslováquia, em França e na URSS. No encontro com os dirigentes soviéticos, eles ficaram surpreendidos



por encontrarem o PCP como um partido organizado, combativo e influente, quando o supunham, desde a quebra da ligação em 1938, destruído e mesmo praticamente liquidado. E perguntavam se levávamos a proposta de receber qualquer apoio ou ajuda de carácter material. Para evitar quaisquer equívocos, a nossa atitude foi de recusa. Não fora para isso que os procurávamos mas apenas (como partido comunista

que se reforçara e afirmara baseado nas suas próprias forças) para restabelecer relações de amizade e solidariedade política, na base de completa independência.

- Dado que na altura Stáline dirigia o PCUS, podes dizer com que dirigentes soviéticos te encontraste? E recordas-te de algum momento particularmente significativo nesse encontro?

- O encontro principal realizou-se com Suslov que era então o mais jovem membro do Secretariado dirigido por Stáline. Não estou em condições de fazer um juízo global de qual foi ao longo dos anos o papel de Suslov na vida e actividade do PCUS. Mas em relação ao nosso Partido mostrou sempre compreensão e respeito, mesmo quando as nossas ideias e posições não coincidiam com as do PCUS. Houve nesse encontro um momento que guardo vivo na memória. Como se sabe Bento Gonçalves, Secretário-geral fora preso em 1935 e morreu na Tarrafal em 1942. Suslov perguntou quem era então o Secretário-geral do nosso Partido. Foi-lhe dito que não havia no PCP Secretário-geral e que no Secretariado se realizava um trabalho colectivo que nos esforçávamos por alargar a toda a direcção e ao Partido. O comentário de Suslov foi significativo: «Felizes os partidos (disse ele) onde há trabalho colectivo».

- Falaste em dois momentos ou episódios. Qual foi o outro?

- Após o XX Congresso do PCUS, generalizou-se no movimento comunista a ideia de que a

«solução pacífica» era o caminho universal para a acção dos comunistas, incluindo nos países de ditadura fascista. Durante algum tempo o nosso Partido foi influenciado por essa corrente. Mas, quando em princípios de 1961, remando contra as concepções predominantes, definimos a insurreição armada - civil e militar - como caminho para o derrubamento da ditadura fascista, encontramos muitas incompreensões, tanto no PCUS como noutros partidos. Seguimos naturalmente a nossa orientação e de certeza não a sacrificaríamos se porventura sucedesse - o que nunca sucedeu - de alguém querer modificá-la como exigência para expressar qualquer forma de solidariedade. Depois da revolução de Abril, no complexo processo de instauração da democracia contamos com a solidariedade política activa e empenhada da generalidade dos partidos comunistas incluindo o PCUS. Houve alguns na Europa ocidental que tendo absolutizado a teoria da «solução pacífica» conduziam uma certa campanha contra as nossas orientações e a nossa acção. Seguimos naturalmente o caminho por nós próprios decidido.

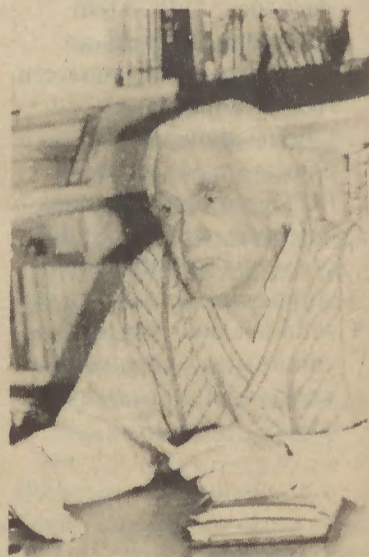
A história do PCP é a história de uma grande, contínua e cada vez mais forte e convicta afirmação de independência na análise da situação nacional e internacional, na elaboração do seu programa, na definição da sua orientação, no desenvolvimento da sua acção, na realização dos seus congressos e nas decisões da sua direcção.

Estudamos e temos em conta a reflexão e a experiência dos outros. Mas somos nós a decidir do que respeita a nós próprios. Assim quer continuar a ser o nosso Partido.

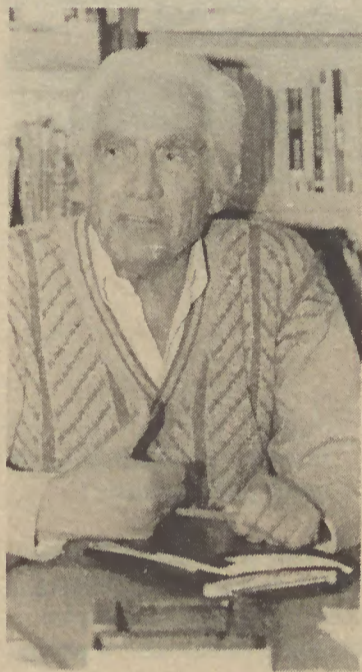
A acção do PCP em defesa de interesses nacionais e as chamadas «empresas amigas»

- Entre as linhas de ataque ao PCP (tal como a partidos de outros países) em torno de revelações ou chamadas revelações resultantes de documentos apreendidos ou supostamente apreendidos nos arquivos do PCUS, figura uma afirmação, que aliás não é nova, relativa a «empresas do PCP» ou a «empresas amigas do PCP». Tem essa afirmação algum fundamento? Contribuem essas empresas financeiramente para o Partido?

- O PCP não tem quaisquer empresas embora tenha estreita relação com algumas como é o



caso de empresas editoras. Pelo que conhecemos, todas as empresas que recentemente têm sido apontadas como «empresas do PCP» ou «amigas do PCP» são empresas privadas. Não recebemos delas qualquer contribuição.



É significativo que recentemente, quando na Assembleia da República começou a discutir-se a lei do financiamento dos partidos, tenha havido partidos que propuseram que fosse permitido o financiamento por parte de empresas. O nosso Grupo Parlamentar opôs-se a tal proposta.

- É conhecido que à frente de algumas dessas empresas estão membros do Partido. Tu próprio conheces alguns.

- É perfeitamente natural que os haja nessas empresas como os há em numerosas outras. Ser gestor de empresas é um direito de todos os portugueses embora alguns TSD (que como se sabe são sindicalistas do PSD) venham agora exigir que, à boa maneira fascista, sejam expulsos da gestão das empresas todos aqueles que não estiverem de acordo com o Governo!

- É conhecido que no período mais agudo da crise económica da década de 80, algumas empresas portuguesas tiveram verdadeiros balões de oxigénio graças a encomendas de países socialistas, nomeadamente da URSS. O PCP interferiu de qualquer forma nesses contratos?

- Respondo à questão com duas ordens de considerações. Uma de ordem geral. Outra no particular.

A primeira, de ordem geral, interessa fazê-la com clareza para esclarecimento e juízo dos portugueses.

O nosso Partido, desde o 25 de Abril, actuou persistentemente em defesa dos interesses de Portugal para o desenvolvimento das relações económicas e comerciais entre Portugal e a URSS e outros países socialistas. Lembro que em 1974 dirigi, como Ministro sem Pasta, a primeira missão governamental portuguesa à URSS tendo como objectivo principal esse desen-

volvimento e que por isso uma grande parte das conversações se realizou com Patolichers Ministro do Comércio Externo.

Após a saída do PCP do Governo em 1976, continuamos defendendo uma tal política chamando a atenção para as possibilidades de exportações para a URSS e outros países socialistas. E agora pergunto eu: se um partido tem relações de amizade com um partido que noutra país se encontra no poder não será, não só legítimo mas exigível que, para defesa dos interesses portugueses, diligencie com a sua influência junto desse partido amigo chamando a atenção para os interesses portugueses e no fim de contas assumindo uma iniciativa que o Governo, por via própria ao nível do Estado, teria também a obrigação de accionar?

Nestes anos, realizei numerosos encontros com os mais responsáveis dirigentes do PCUS e de outros partidos que se encontravam no poder. Nesses encontros foi sublinhado e defendido pelo PCP o desenvolvimento das relações diplomáticas, políticas, económicas e culturais com Portugal, independentemente do partido que em Portugal se encontrava no Governo. Essa nossa posição é de há muito defendida e publicitada. Repetidamente temos afirmado que as relações do nosso Partido com partidos que se encontram no poder visa não só a troca de opiniões, a amizade e a cooperação política entre os partidos, mas também dar uma contribuição efectiva para o desenvolvimento das rela-

ções entre os povos e entre os países.

- Essa a consideração de ordem geral. Mas no concreto em relação às relações económicas?

- Numerosas vezes referimos situações existentes na economia portuguesa e nas relações económicas com os países respectivos e expressamos a opinião de que seria favorável a Portugal (e por isso solicitámos a consideração aos nossos interlocutores) o andamento e desenvolvimento de acordos existentes entre empresas portuguesas e empresas dos seus países.

- Um exemplo: foi referido nesse plano de relações de amizade o caso dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo?

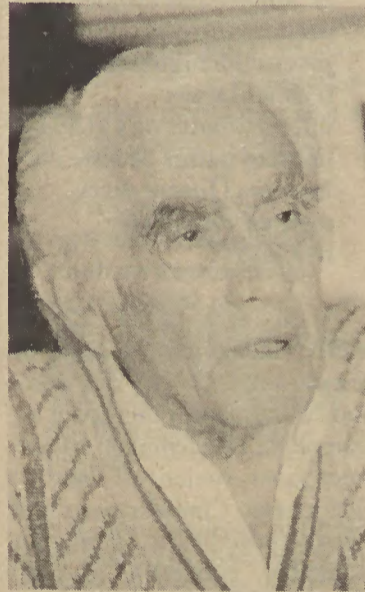
- Não haja equívocos. Não intervimos de qualquer forma em quaisquer contratos nem tirámos deles quaisquer benefícios materiais. Mas no quadro exposto da defesa dos interesses portugueses, referimos, e mais de uma vez, o caso que citas dos Estaleiros de Viana e a importância que a nosso ver tinham para Portugal as encomendas feitas pela URSS aos Estaleiros. Além do mais porque era uma empresa nacionalizada. Não foi naturalmente caso único. Muitas outras situações tivemos ocasião de referir aos nossos camaradas.

- É feita ao PCUS e pessoalmente a Gorbatchov a acusação de ter salvado da falência, através de pagamentos prioritários, algumas empresas portuguesas ligadas ao PCP. Tal acusação terá algum fundamento?

- Não conheço os termos do que se diz ser essa acusação. Admito que aquilo que é dito se reporte a uma situação do meu conhecimento e mesmo a mais

do que uma. O ano passado os atrasos no pagamento por empresas soviéticas, de mercadorias portuguesas já exportadas para a URSS causou graves dificuldades a uma série de empresas portuguesas. Foi, por exemplo, o caso do atraso no pagamento, se a memória me não falha, de cerca de meio milhão de contos a empresas portuguesas que haviam exportado calçado para a URSS e que, por virtude desses atrasos se encontravam em situação financeira muito difícil. Como vos lembrais vários jornais atacando a URSS deram na altura a notícia. Havia outras situações semelhantes.

Conhecendo-as, chamamos a atenção para elas aos nossos camaradas soviéticos. Ignoro se



a nossa diligência teve ou não resultado, mas, se teve, creio termos prestado bom serviço a empresas em perigo (algumas muito provavelmente de empresários filiados no PSD e outros partidos) e à economia nacional.

Se algum juízo pode haver em Portugal dessas nossas posições e atitudes creio que se justifica que seja de apreço e não de censura. Estes factos mereciam figurar mais em materiais de avaliação positiva da acção dos comunistas portugueses do que em campanhas de denegrimto.

- Ainda no âmbito de supostas ajudas do PCUS ao que chamam «empresas amigas do PCP» há uma referência que a nós, «Avante!», diz particularmente respeito. É a especulação feita em torno do que seria a oferta pela URSS ao «Avante!» de papel de jornal. Que podes dizer sobre isto?

- Segundo as informações de que disponho e que procurei recentemente completar, a empresa editora do «Avante!» - esta sim, é uma empresa amiga do PCP - comprou regularmente cada ano papel de jornal à União Soviética. O preço era vantajoso. O pagamento efectuou-se, como é obrigatório, através do Banco de Portugal. Segundo as informações de que disponho, há pagamento em atraso mas as contas estavam sendo postas em dia.

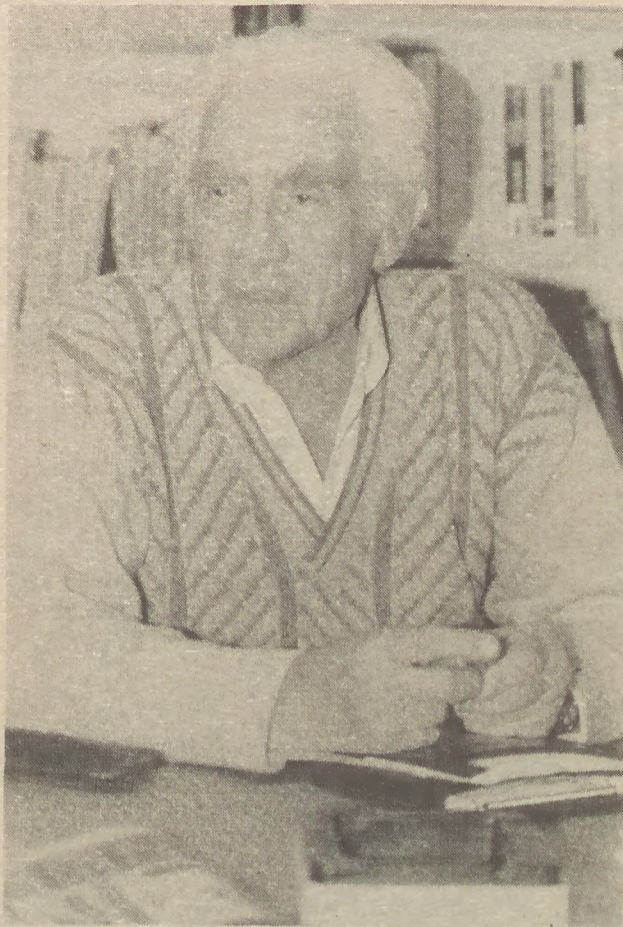
- É curioso que a imprensa burguesa que agora faz tanto barulho em torno do que chama «empresas amigas do PCP», não faça em geral barulho quando são postos a nú financiamentos por vezes escandalosos por grandes capitalistas e empresas a outros partidos, nem tão pouco em torno de fundações criadas como pontos de passagem e cobertura de tais financiamentos e de outras ajudas externas.

- Sim, é curioso e esclarecedor. Esclarecedor do ambiente político de falsidade e hipocrisia em que vivemos e actuamos.

- Com larga referência na comunicação social, por mais de uma vez entidades soviéticas fizeram ofertas significativas a entidades portuguesas. Recorde-se por exemplo, a oferta de um avultado número de tractores, maquinaria

PCP

entrevista com **ÁLVARO CUNHAL** **SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA** resposta a uma campanha



agrícola e camiões a cooperativas e UCPs da Reforma Agrária. O PCP teve alguma interferência neste tipo de ofertas? Beneficiou alguma coisa com elas?

- Interferência política sem dúvida a tivemos através da insistência junto dos nossos camaradas soviéticos e de outros países para promoverem, na medida das suas possibilidades, apoios e ajudas das entidades dos seus países à revolução democrática portuguesa. Dessas ajudas, o PCP não retirou qualquer benefício material.

Escolas, cursos, estudantes portugueses na URSS

- Há dias, também no âmbito das «revelações» anticomunistas a partir da URSS, foi afirmado, como se de um crime se tratasse, que, no quadro da ajuda do PCUS ao PCP, tinham frequentado a Escola do Komsomol numerosos jovens portugueses. Sendo também conhecido que frequentaram cursos na União Soviética numerosos militantes do PCP, que podes comentar a este respeito?

- É questão conhecida - que tem sido referida em numerosos documentos do nosso Partido. Posso até dar uma informação mais completa. No quadro da cooperação entre o PCUS e o PCP numerosos militantes do nosso Partido frequentaram na URSS cursos de ciências sociais. Ainda no tempo do fascismo, de 1961 a 1974, frequentaram esses cursos cerca de 100 camaradas. No total, até hoje cerca de 1000. Trata-se de um importante aspecto da solidariedade do PCUS ao PCP.

- Já agora, que balanço faz o PCP da preparação adquirida? Frequentaram esses cursos muitos funcionários do Partido?

- Sim, algumas centenas em todo este espaço de tempo. Os grupos dos nossos militantes foram em geral muito aplicados e o aproveitamento foi positivo. Nos últimos anos alterou-se significativamente a orientação dos cursos. Actualmente, com a situação criada na URSS, esses cursos acabaram.

- Conhecemos também um número apreciável de jovens portugueses que frequentaram universidades na URSS e noutros países de leste da Europa. Queres dizer alguma coisa a esse respeito?

- De facto, desde o 25 de Abril, inteiramente à custa do Estado soviético, que nós sabemos e portanto o número é incompleto, frequentaram as universidades soviéticas mais de 200 jovens. Concluíram os seus cursos (engenharia, agronomia, medicina, geografia, história) mais de 100 jovens. Também na



Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polónia, RDA frequentaram as escolas e tiraram cursos superiores mais de 100 jovens portugueses. Muitos eram jovens comunistas. Muitos outros não o eram. A maior parte destes jovens não teria tido a ocasião de estudo e formação em Portugal. Trata-se de um importante aspecto de cooperação entre o nosso Partido e os partidos desses países, entre Portugal e esses países. Trata-se de um testemunho de solidariedade ao povo português e à juventude portuguesa.

- Alguns jovens que frequentaram os cursos denunciaram entretanto hoje essa solidariedade...

- Assim procedem alguns mostrando além de que mudaram, que houve qualquer coisa fundamental que não aprenderam. A grande maioria sente reconhecimento e utiliza os conhecimentos que adquiriu, tanto na profissões para as quais lá se prepararam, como na actividade do Partido.

- Pessoalmente, frequentaste algum curso na URSS ou noutro país socialista?

- Não. Conduzi durante dois anos cursos a membros do nosso Partido numa Escola Superior do PCUS e, além de numerosas conferências centradas sobre a orientação e a experiência do PCP, dei também num Instituto de Ciências Sociais cursos breves a camaradas de alguns outros partidos. Mas tenho pena de não ter frequentado nenhum curso nesses países. Certamente teria podido adquirir valiosos conhecimentos.

- Na escola e cursos de quadros funcionando em Portugal alguma vez houve

instrutores soviéticos ou de outro país socialista?

- Não. Tanto o PCUS, como o PSUA da RDA e PC Búlgaro se ofereceram para nos ajudar na organização da escola e programas, na preparação dos cursos e mesmo com professores. Não aceitámos nenhuma dessas ofertas. As escolas e cursos do PCP foram e continuam a ser inteira e exclusivamente concebidos, organizados, orientados e conduzidos pelo nosso Partido e os nossos quadros. É também desde sempre um aspecto de independência da nossa orientação e elaboração política e ideológica.

- É conhecido por nós, mas o povo português não conhece, que o PCUS acolheu e assegurou a educação de numerosos filhos de camaradas presos ou vivendo na clandestinidade em condições demasiado duras para crianças.

- Sim, é verdade. Muitas crianças receberam esse apoio e foram educadas numa grande escola onde conviveram com crianças de muitos outros países para aí enviadas por razões semelhantes, depois tirando cursos diversos noutras escolas. A situação em Portugal era para elas insustentável. Obtiveram grande ajuda. Mas, como experiência de ordem geral, há que fazer tudo para que não haja situações que obriguem a afastar dos pais e para longe crianças em tenra idade. Pelas razões apontadas ou por outras. O choque é sempre violento e por vezes deixa marcas para toda a vida.

- A solidariedade da URSS e de outros países socialistas era vasta e diversificada. Não referiste

ainda, mas é sabido, que a convite dos partidos de vários países numerosos camaradas passaram lá as suas férias e muitos outros receberam lá tratamento médico. Tu próprio, como se sabe, foste com frequência passar férias a países socialistas e foste há tempos operado na URSS. Podes dar uma ideia global da importância dessas formas de solidariedade?

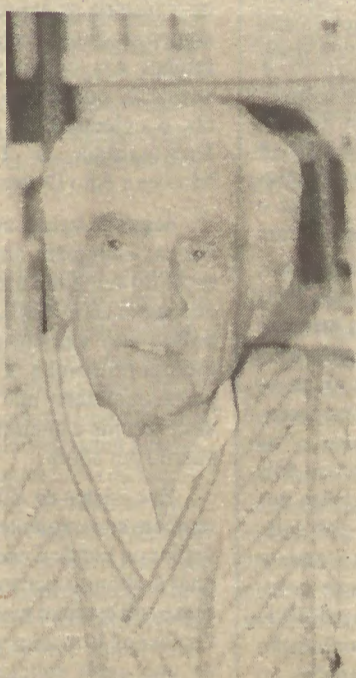
- Não estou em condições de vos dar um balanço completo. Mas posso dizer-vos que tanto antes como depois do 25 de Abril dezenas e dezenas de camaradas foram tratados e operados em hospitais soviéticos, por vezes de doenças graves, muitos descansaram em clínicas e casas de repouso. Ao longo dos anos atinge a casa de muitas centenas o número de camaradas que a convite do PCUS passaram as suas férias na URSS.

Apoios semelhantes, recebemos na Bulgária, na RDA, na Hungria, na Checoslováquia, na Polónia, na Roménia, em Cuba, na Mongólia e na Coreia.

Agora também os documentos falsos

- Nesta campanha contra o PCP apareceu também recentemente a referência a um facto insólito: teria sido descoberto em instalações do PCUS um gabinete de fabricação de documentos falsos e entre os objectos apreendidos encontrar-se-ia um carimbo do Governo Civil do Porto. Como interpretas o facto?

- Do caso citado nada sei. Não posso fazer qualquer juízo da informação. É porém ridículo integrar esse suposto facto na campanha contra o nosso Partido. Carimbos falsos, impressos e



Moscovo referiu o caso do tal carimbo...

outros objectos então utilizados para o efeito são hoje objectos de museu.

Na luta clandestina serviam-nos naturalmente de documentos falsos. Não é segredo. Alguns desses documentos, assim como materiais usados para a sua feitura, foram mesmo expostos na grande exposição que realizámos em Lisboa no 60º aniversário do nosso Partido.

O PCP lutou durante 48 anos na clandestinidade contra a ditadura, pela liberdade, pela democracia, a defesa dos interesses do povo e do país. A luta clandestina exigia uma técnica apurada de montagem e defesa de instalações, de defesa dos militantes vivendo na clandestinidade e sujeitos, se descobertos e apanhados, à prisão, a torturas, a longos anos de cárcere e mesmo à morte, assassinados pela PIDE como sucedeu com alguns.

Era indispensável possuir documentos como bilhetes de identidade, cartas de condução ou passaportes quando se tratava de ir ao estrangeiro e de viajar. O nosso Partido montou o seu serviço próprio de fabricação desses documentos.

A PIDE apreendeu em fins de 1961 instalações onde esses trabalhos se realizavam.

- Como conseguiu o Partido adquirir a técnica necessária para tal realização sem dúvida complexa?

- Com muito trabalho, muita habilidade, muita dedicação. Tornámo-nos especialistas na matéria... A solução deste problema permitiu que o PCP conseguisse desenvolver a organização e uma luta dura e contínua contra a ditadura, defender a liberdade e a vida de centenas de militantes perseguidos e ameaçados e desenvolver relações internacionais, assegurando os meios técnicos indispensáveis para a deslocação e viagens dos camaradas em países estrangeiros.

- Disseram-nos que foi Carlos Fino que de

- Se foi ele, devia sentir um ressaltado na consciência. Ele em tempos passou pelo PCP, e nos anos 70, ameaçado de ser preso, foi clandestinamente para o estrangeiro e finalmente para a URSS com a utilização dos meios e recursos do nosso Partido. Para maior sabor da história, quem directamente colaborou na sua defesa e saída de Portugal em segurança foi o camarada Octávio Pato, hoje tão atacado na campanha contra o PCP.

- Confirma que Dias Coelho, assassinado a tiro pela PIDE trabalhou no Gabinete laboratório de fabricação de documentos falsos?

- Sim, Dias Coelho, escultor de talento, e militante clandestino do nosso Partido, deu nesse domínio uma contribuição de grande valor para a feitura de trabalhos que exigiam excepcional habilidade manual. Foi um exemplo de modéstia e dedicação de verdadeiro revolucionário comunista.

A política financeira do PCP

- Referiste largamente nesta entrevista, e em muitos casos com informações inéditas, aspectos concretos da solidariedade internacionalista ao PCP por parte do PCUS e de outros partidos. O panorama que resulta de tudo quanto disseste é a existência de uma

importante ajuda ao PCP em formas muito diversificadas. Com a mudança radical da situação na URSS e nos outros países do leste da Europa essa ajuda desapareceu. A nova situação não irá afectar gravemente a actividade do PCP porque terá de resolver só com os seus próprios meios problemas que essa ajuda permitia solucionar?

- Sem dúvida que o desaparecimento de todas as referidas formas de solidariedade (como férias, tratamentos, operações, cursos e outras) criam-nos novos problemas. Mas creio que estaremos em condições de os resolver e ultrapassar.

Por uma razão simples. O nosso Partido tem uma política financeira muito activa. Além das quotizações, uma parte importante das receitas respeita a contribuições, dádivas e ofertas de militantes e amigos, cuja compreensão das necessidades do Partido e cuja dedicação são notáveis. Realizam-se com frequência grandes campanhas de fundos com objectivos concretos, como foram as que realizámos para a compra do edifício dos Centros de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes (70 000 contos), do Vitória (126 000 contos), da Quinta da Atalaia (189 000 contos), assim como de outras localidades num total de mais centenas de milhar de contos: Porto, Barreiro, Almada, Setúbal, Marinha Grande, Pinhal Novo, etc.. Importantes também as Festas do Avante e muitas outras, as bancas, as subscrições, e mesmo doações e heranças.

Para se ter uma ideia mais exacta posso informar-vos que em 1989 e 1990, as receitas atingiram no conjunto bem mais de 1 milhão de contos.

- Uma outra dificuldade actual para o Partido resultará certamente da diminuição do número de votos e consequente diminuição do subsídio do

Estado e da diminuição do número de deputados de cujos vencimentos, como é sabido, importantes somas são entregues ao Partido.

- Trata-se de facto de importantes reduções de receitas que faremos o possível para compensar por outras formas.

- Não resulta dessa situação a necessidade de restringir certas actividades?

- De certeza temos de reduzir despesas. E isso significa que, em alguns aspectos, teremos que reduzir actividades e torná-las mais modestas e menos dispendiosas. Imprensa, propaganda, funcionários, transportes comportam enormes despesas. Tudo faremos para não afrouxar a nossa acção. Para isso contamos com o forte espírito militante de dedicação de todo o Partido.

- A necessidade de restringir despesas não conduzirá também ao agravamento de dificuldades já existentes na vida dos nossos quadros, nomeadamente dos funcionários do Partido?

- É um problema real. No nosso Partido são boas tradições a administração cuidadosa dos recursos e a aceitação revolucionária pelos funcionários do Partido de um nível salarial bastante baixo. Temo-nos esforçado por dar resposta a situações por vezes aflitivas e a carências mais flagrantes. Continuaremos a procurar melhorar e confiamos em que conseguiremos melhorar as suas condições de vida e de trabalho. Mas a apontada redução imediata e substancial de certas fontes de receitas (como o subsídio do Estado e os venci-

mentos dos deputados) obrigará aquilo que se pode chamar uma «política de austeridade» no Partido. Faremos todos os possíveis para que não afecte no fundamental o desenvolvimento da intensa actividade do Partido.

- Uma última questão, esta não directamente relacionada com o assunto da entrevista mas que vem a propósito: O PCP tem sido acusado pela campanha anticomunista de ter «saqueado» os arquivos da PIDE no sentido de ocultar elementos que lhe pudessem ser desfavoráveis. Com o barulho agora gerado, não é de excluir que o assunto volte à baila. Não seria oportuno dizer também alguma coisa a esse respeito?

- A acusação é refinada mentira. Seria de grande utilidade que os arquivos da PIDE fossem estudados de fio a pavio. Quase certo lá se encontrariam numerosas novas informações, não apenas relativas à luta heroica dos comunistas e de outros democratas contra a ditadura fascista, mas também relativas ao terror fascista e às responsabilidades com a ditadura e de colaboracionismo com a PIDE, de gente cuja memória é exaltada e mesmo de gente que agora aparece na ribalta anticomunista como campeões da democracia.

- Ao terminar esta entrevista ficamos com a ideia de que agarraste o boi pelos cornos....

- Se é essa a vossa apreciação e se é justa fico contente com ela.

resposta a uma campanha

Reuniu Executivo da DOREV

Lutas reivindicativas alastram no distrito

A ameaça de despedimento colectivo de 124 trabalhadores, na empresa Simens em Évora é apenas um aspecto da realidade do distrito, onde segundo o Executivo da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP, reunido na passada segunda-feira, "intensificou-se a degradação das condições de vida de várias camadas sociais", após as eleições de 6 de Outubro.

A luta na empresa conduziu já à convocação de uma greve de duas horas, à realização de grandes plenários e à ida de um grupo de trabalhadores à Assembleia Municipal de Évora, onde recolheram o apoio deste órgão que exigiu a suspensão do despedimento.

Mas outras lutas estão a ser desenvolvidas no distrito como é o caso dos protestos dos estudantes universitários contra os preços especulativos dos quartos na cidade, reivindicando do poder central apoio para a construção

de residências estudantis, bem como a melhoria das cantinas e salas de aula.

Também os professores das escolas secundárias, C+S e preparatórias do distrito, estão em luta para que o Ministério da Educação lhes pague as horas extraordinárias do mês de Junho, em vez de procurar atirar a sua responsabilidade para cima dos serviços administrativos das escolas.

O PCP considerou "irresponsável" a forma como serviços oficiais acompanharam a destruição de toneladas de peixe na Barragem do Maranhão, em que o processo de queima poderá afectar as condições ambientais, não só em Avis mas também no concelho de Mora e contaminar as respectivas águas.

O Executivo da DOREV analisou igualmente os resultados da reunião da Unidade de Acompanhamento regional dos Programas Operacionais e solidarizou-se com a posição das autarquias, quan-

to ao reforço de verbas para 1992. Por outro lado salientou o empenhamento dos órgãos autárquicos da CDU e das organizações de pensionistas e idosos nas comemorações do Dia Mundial da Terceira Idade nas iniciativas de confraternização em vários concelhos. Só em Évora as comemorações juntaram mais de mil reformados num alegre convívio.

Relativamente à actividade partidária, aquele executivo regional refere que, nos plenários e reuniões realizados em todo o distrito, para além de continuarem a ser discutidos os resultados eleitorais e as suas consequências, tem sido analisada a situação orgânica do Partido em cada concelho e foram apontadas medidas para reforçar a estrutura nos diferentes níveis. A actuação dos comunistas nas autarquias locais foi igualmente debatida com o objectivo de melhorar a eficácia do seu trabalho e aprofundar a sua ligação às populações do distrito.

O Executivo da DOREV considerou ainda que a composição do XII Governo constitucional "em nada de essencial modifica as previsões e preocupações expressas quando da campanha eleitoral pelo PCP". Relativamente à actualização anual das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência, ao limitar-se a acompanhar a taxa de inflação, segundo a DOREV não alterou os valores extremamente baixos e insuficientes e constitui "um primeiro, mas esclarecedor, sinal do abandono do PSD das suas principais promessas eleitorais". Qualificados de ridículos foram ainda os aumentos das pensões, recentemente anunciados, "os mais baixos dos últimos dois anos" que ficam aquém dos aumentos médios dos salários ocorridos este ano, e "desmentem o solene compromisso assumido pelo PSD de promover a aproximação dos valores das pensões ao salário mínimo nacional".

Democratas independentes encontram-se com Álvaro Cunhal

Com a participação do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, decorreu num hotel de Lisboa, na passada segunda-feira, um encontro com democratas independentes promovido pela DORL.

Os momentos iniciais marcaram-se por um ambiente de conversa informal que proporcionou o encontro de amigos e a presença dos que participavam pela primeira vez num encontro desta natureza.

Álvaro Cunhal abriu o período destinado ao debate, apresentando numa breve síntese as posições fundamentais do PCP neste período pós-eleitoral, e fez um apelo à participação dos presentes para contribuírem com as suas opiniões e reflexões próprias.

Seguiu-se uma fase animada de intervenções diversas com pontos de vista diferenciados que convergiram quanto à necessidade de continuar a luta, de aprofundar o debate e o diálogo entre os democratas, de melhorar a comunicação, num ambiente em que não passaram despercebidas as dúvidas e preocupações, mas que revelou confiança nos princípios e valores da esquerda, bem como num futuro melhor para Portugal.

No final, Álvaro Cunhal agradeceu em nome do PCP as contribuições dos presentes e renovou o apelo ao prosseguimento e aprofundamento do debate no sentido de se encontrarem as respostas adequadas para a defesa dos interesses do povo e do País.

JCP comemora 12.º aniversário

A JCP — Juventude Comunista Portuguesa resultou da unificação, em 10 de Novembro de 1979, de duas organizações juvenis de

grande prestígio: a União da Juventude Comunista Portuguesa (UJC), que agrupava jovens operários, empregados e camponeses,

e a União dos Estudantes Comunistas (UEC) em cuja organização combatiam desde a clandestinidade os estudantes comunistas e que, por sua vez, apareceram na continuidade da luta e da organização da juventude comunista desde a formação da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas (FJCP) ainda antes do golpe militar fascista de 28 de Maio de 1926.

Doze anos volvidos desde a sua fundação, a JCP, organização de jovens comunistas, é um espaço de participação democrática e revolucionária onde o convívio, a fraternidade e a amizade se desenvolvem a par do espírito de participação, de iniciativa, de afirmação própria e de responsabili-

dade individual e colectiva.

Na JCP, os jovens comunistas trabalham e lutam pela construção de uma sociedade mais justa, onde não haja lugar à exploração do homem pelo homem, onde seja possível a plena concretização dos direitos e anseios juvenis, onde não haja lugar para a desigualdade e a exploração, onde os direitos sejam realidades, uma Democracia Avançada no Limiar do Século XXI, pelo Socialismo e pelo Comunismo.

As comemorações do 12.º aniversário da JCP, momento alto de afirmação da JCP e do seu dinamismo realizar-se-ão por todo o país nos dias 9 e 10 de Novembro.

PCP E PS REÚNEM-SE EM BEJA

Delegações das direcções regionais do PCP e do PS vão estar amanhã reunidas na cidade de Beja, encabeçadas pelos respectivos responsáveis, António Murteira e José Luís Ameixa.

A reunião, segundo uma nota da DORB, «insere-se na atitude de diálogo entre forças políticas democráticas, com responsabilidades regionais e nacionais».

CANTINAS AUMENTAM 22 POR CENTO

«A cada novo ano escolar, a história repete-se: são os aumentos dos preços das refeições nas cantinas, desta vez de 22 por cento» denuncia o colectivo da JCP da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Segundo aquela estrutura indica, «ninguém entende a razão do aumento: ultrapassa de longe a taxa de inflação; as bolsas não aumentaram na mesma proporção, a relação preço-qualidade não existe, uma vez que a qualidade não passou por aqui».

Este núcleo da JCP critica também severamente as condições do Lar de Codessais, o qual é «bonito por fora, mas segue um estatuto medieval». Os jovens ironizam propondo que «seja solicitado um subsídio à CEE para a sua manutenção como Museu de Costumes Medievais». Com polficia particular à porta, proibição de visitas, e de entrada de raparigas, colegas ou professores, ausência de salas de convívio à noite, o lar parece de facto apostado no isolamento dos estudantes que lá vivem, contra o que se insurgem energicamente os jovens comunistas, que prometem empreender acções de protesto para alterar o regime naquela instituição.



PINTURA NA SEDE DA JCP EM SETÚBAL

Uma exposição de pintura com trabalhos da autoria do jovem artista Sérgio Cardoso Parreira, esteve patente até ao passado domingo, na sede da JCP, em Setúbal, na Rua Cláudio Lagrange. A mostra, a primeira de Sérgio Parreira, incluiu dez quadros «sem escola, mas onde a tendência é o abstracionismo sem excluir a referência ao corpo humano». Esta iniciativa surge depois de, com 16 anos, este jovem pintor ter participado na recta final da campanha da Juventude CDU, o que constituiu a sua iniciação política que consi-

derou «muito interessante» e que o levou a aderir à JCP.

Residente em Macau nos últimos quatro anos, começou a desenhar e pintar, entre 1998-99. Hoje, aluno do 11.º ano na Escola Secundária do Viso, na área de Arte e Design, procura «desenvolver a sua técnica de expressão» e acalenta o objectivo de ingressar na Universidade. Publicidade e Marketing são campos que persegue. Esta experiência levou-o já a considerar, a curto prazo, outras iniciativas do género, sendo estimulado neste sentido pelos seus companheiros da Juventude CDU, que seguem o lema «Vamos continuar juntos».

VIOLENÇA EM ALVERCA

A propósito dos graves incidentes ocorridos junto às escolas secundárias de Alverca, nos dias 23 e 24 de Outubro, o executivo concelhio de Vila Franca de Xira da JCP, reunido extraordinariamente a 27 de Outubro, considerou que «os fenómenos de violência e marginalidade juvenil na área do concelho, particularmente na zona sul, têm vindo a agravar-se». Perante factos de «violência gratuita e por motivo de furto, o aumento vertiginoso do consumo de drogas e o constante crescimento da população», a JCP acusa as autoridades competentes, nomeadamente o Ministério da Administração Interna, de «não reagirem com a eficácia necessária». A JCP manifestou a sua solidariedade com os jovens e seus familiares, chamando a atenção para a falta das necessárias estruturas de segurança e policiamento em Alverca, cujo reforço é há muito reclamado pelos diversos órgãos autárquicos, designadamente através da instalação na cidade de uma esquadra da PSP.

PUBLICIDADE DISCRIMINATÓRIA

Movimento Democrático das Mulheres considerou na passada segunda-feira, uma campanha publicitária da «Mabor» «discriminatória» e «primária», por associar a frase «o português gosta de curvas» a uma imagem feminina. Em comunicado, o MDM refere que o anúncio viola as normas que regem a actividade publicitária, pelo que decidiu «fazer uma participação da mesma ao provedor de justiça, ao Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, à DECO (Associação da defesa do Consumidor) e ao Conselho de Publicidade».

CAMARADAS FALECIDOS

CARLOS SANTOS

Vítima de acidente de trabalho, faleceu, no passado dia 2 de Novembro, Carlos Pereira Santos, natural de Setúbal, da freguesia de S. Julião. Membro do PCP, emigrou para a Suíça em 1988, onde pertenceu ao organismo de direcção do Partido neste país. Montador de profissão, foi delegado sindical do FOBB e trabalhou no Entrepósito em Setúbal. Na Suíça era operário da construção civil.

PEDRO PEREIRA

Faleceu aos 23 anos Pedro Pereira. Foi membro da Direcção Distrital de Leiria da JCP e pertencia actualmente ao colectivo concelhio de Caldas da Rainha.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Nota do Gabinete de Imprensa

Comentário aos discursos da posse do novo Governo

Numa primeira apreciação aos discursos hoje pronunciados na tomada de posse do novo Governo do PSD, o PCP considera oportuno salientar:

1. Assumem particular significado as justificadas referências do Presidente da República quer às condições particularmente favoráveis de que o anterior governo beneficiou, quer a sua chamada de atenção para importantes e graves problemas e injustiças existentes na sociedade portuguesa, quer ainda o forte sublinhado que colocou quanto à necessidade de o governo não se tornar imune às críticas dos cidadãos e à fiscalização democrática, designadamente pela garantia de uma comunicação social responsável, plural e independente.

2. Não se pode deixar de criticar e de lamentar que o Primeiro Ministro, embora tenha referido numa passagem do seu discurso que o seu Executivo agora empossado emana «de vontade livre e consciente de mais de 50% dos votantes», quando se tratou de extrair conclusões políticas e de lançar com alguma arrogância avisos «a todos aqueles que têm responsabilidades políticas aos mais variados níveis» já tenha falado do «voto dos portugueses a favor da estabilidade governativa» e do seu «significado profundo»: É por isso indispensável continuar a lembrar ao Primeiro Ministro e ao seu Partido que a sua acção anterior no governo e as suas propostas tiveram a oposição nas umas de quase metade dos votantes. É por isso também indispensável lembrar ao Primeiro Ministro, que hoje mesmo enunciou uma pobre, redutora e perigosa concepção da democracia como sendo estritamente «o governo da maioria», que a democracia é muitíssimo mais e que também envolve o respeito pela

opinião, pelos direitos e pela intervenção das minorias.

3. É ainda essencial assinalar no discurso de Cavaco Silva que muitos dos grandes objectivos gerais que apresentou abrangem exactamente matérias e domínios em que as forças democráticas justamente mais criticaram a acção do anterior Executivo e matérias e domínios que este sistematicamente desvalorizava ou em que negava a dimensão e gravidade dos problemas existentes. Quanto à credibilidade e sinceridade dos objectivos anunciados, basta referir que o Primeiro Ministro falou da melhoria da situação dos reformados e pensionistas dois dias depois de ter decretado ridículos aumentos de pensões que defraudam escandalosamente as promessas feitas pelo PSD na campanha eleitoral.

4. Finalmente merece destaque especial o facto de, para abrir caminho à política de austeridade que realmente prepara, o Primeiro Ministro, que fez uma campanha baseada na demagogia e no culto do «sucesso» e das facilidades, tenha vindo declarar que «o momento que se vive não é para facilidades», assim como o facto de o Primeiro Ministro que, ao longo de 4 anos sistematicamente declarou que os méritos eram todos seus e do seu governo e não do benefício da conjuntura económica externa muito favorável, já tenha vindo falar agora de «uma envolvente internacional em contracção e plena de interrogações», deixando antever que planeia passar futuramente as culpas para a conjuntura internacional.

31 de Outubro de 1991

O Gabinete de Imprensa do PCP

Parlamento inicia VI Legislatura

Depois da sua tomada de posse - acto de verificação de poderes que preencheu integralmente na passada segunda-feira a primeira sessão plenária da VI Legislatura -, os deputados elegem hoje o Presidente da Assembleia da República e restantes membros da Mesa, procedendo de seguida à eleição do Conselho de Administração. Com estes actos, ficam cumpridas as tarefas prioritárias que, de acordo com os termos regimentais, devem preceder qualquer outra actividade parlamentar.

Para a presidência do Parlamento é tida como praticamente certa a eleição de Barbosa de Melo, nome proposto pela bancada da maioria, depois de indicado pela Comissão Política do PSD, que assim sucede no exercício do cargo a Vítor Crespo.

Juntamente com o Presidente - segunda figura na hierarquia do Estado - os 230 deputados eleitos no escrutínio de 6 de Outubro último elegem quatro vice-presidentes, quatro secretários e quatro vice-secretários. Leonor Beza (PSD), Ferraz de Abreu (PS), José Manuel Maia (PCP) e Adriano Moreira (CDS) eram à hora de fecho desta edição os nomes encarados como mais prováveis para preencherem em resultado do sufrágio os lugares da vice-presidência na Mesa do Parlamento. Quanto aos secretários e vice-secretários é praticamente certa a divisão de lugares entre o PSD e o PS, uma vez que o novo Regimento aprovado na V Legislatura determina que as candidaturas tenham de ser subscritas por um mínimo de um décimo dos parlamentares, ou seja, 23 deputados, facto que inviabiliza a apresentação de candidatos por parte da bancada comunista.

A nova Mesa a eleger durante a sessão plenária de hoje exercerá as suas funções para os quatro anos da Legislatura, período durante o qual se prevê a discussão de algumas matérias polémicas, como a delimitação territorial das regiões administrativas, a lei eleitoral, a lei de imprensa ou o segredo de Estado.

A discussão e aprovação do Programa do Governo, com início previsto para o próximo dia 11, constitui entretanto a primeira grande matéria a polarizar a atenção da Câmara, interesse que será extensivo até final do ano à aprovação de um novo regimento e à discussão e aprovação do Orçamento do Estado para 1992.

PARLAMENTO EUROPEU

Uma proposta nada democrática

Socialistas querem calar eurodeputados

O Grupo Socialista do Parlamento Europeu apresentou recentemente à Comissão do Regimento do PE uma proposta que visa limitar e suprimir do mesmo a possibilidade de intervenção dos grupos políticos em vários aspectos importantes e decisivos da actividade parlamentar.

A ser aprovada tal proposta, os grupos políticos deixariam de poder interrogar o Conselho, a Comissão e os ministros dos Negócios Estrangeiros reunidos no âmbito da Cooperação Política Europeia, através de perguntas orais com debate para serem inscritas na ordem do dia das sessões plenárias, obterem com elas uma declaração e activarem um debate em torno das questões assim suscitadas; deixariam também de poder encerrar o referido debate apresentando propostas de resolução sobre os temas em discussão para que o PE tome posição sobre o assunto.

Cabe lembrar que o actual Regimento do PE contém 20 artigos definindo a constituição, composição, competências e actividade dos grupos políticos e que o presente quadro político-parlamentar

do Parlamento abarca 10 grupos e os não-inscritos, ou seja, os deputados que por várias razões não aderiram aos grupos existentes ou deles saíram (o quadro que publicamos em separado permite comparar a composição do PE em 1987 com a actual).

Para se compreender o alcance das alterações ao Regimento propostas pelo Grupo Socialista basta dizer que as mesmas significariam, na Assembleia da República, o fim da possibilidade dos partidos nela representados fazerem perguntas ao Governo ou aos seus ministros, ou de realizar debates com o Governo sobre um tema importante da realidade nacional.

O risco da proposta a que nos vimos reportando ser aprovada não é de subestimar, tendo em conta que ao PPE (e não só) ela não desagrada.

Ninguém duvida hoje que os Grupos Socialista e PPE procuram hegemonizar a vida do Parlamento Europeu, impondo aos restantes Grupos o facto consumado. O que se passa com a próxima eleição do Presidente do PE é um exemplo significativo e revelador.

Jogos de interesse

O actual presidente, Barro Crespo, socialista espanhol, termina o seu mandato e em 14 de Janeiro do próximo ano será eleito um novo presidente, que todos sabem já ser Klepsch, um alemão do partido de Helmut Kohl, com os votos socialistas. Foi esse o acordo: na primeira fase da legislatura um presidente socialista com os votos do PPE e na segunda um presidente do PPE com os votos socialistas.

Neste arranjo entre os dois grupos tudo se negocia. Segundo consta, desde o cargo de secretário-geral do PE passando por presidências e vice-presidências, comissões e delegações até à proposta a que temos vindo a referir-nos, tudo faz parte do «marchandage».

Acrescente-se, sem a preocupação de se ser exaustivo, que a proposta socialista ataca ainda os direitos dos deputados, cerceando e limitando as suas possibilidades de intervenção.

Vários artigos do Regimento permitem que sete ou treze deputados, conforme os casos, interroguem o Conselho, a Comissão e os MNEs, promovam debates, interven-

REPARTIÇÃO ACTUAL DOS DEPUTADOS AO PE POR ESTADOS-MEMBROS E GRUPOS POLÍTICOS														
	B	D	A	G	E	F	IR	I	L	PB	P	RU	TOTAL 31/10/91	25/07/89
S	8	4	31	9	27	22	1	14	2	8	8	46	180	180
PPE	7	2	32	10	17	6	4	27	3	10	3	1	122	121
LDR	4	3	4	-	6	13	2	3	1	4	9	-	49	49
DE	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	34	34
V	3	-	7	-	1	8	-	7	-	2	-	-	28	30
EUE	-	1	-	1	4	-	-	22	-	-	-	-	28	28
ADE	-	-	-	1	2	13	6	-	-	-	-	-	22	20
DRE	1	-	3	-	-	10	-	-	-	-	-	-	14	17
CE	-	-	-	3	-	7	1	-	-	-	3	-	14	14
ARC	1	4	1	-	2	1	1	3	-	-	1	1	15	13
NI	-	-	3	-	1	1	-	5	-	1	-	1	12	12
TOTAL	24	16	81	24	60	81	15	81	6	25	24	81	518	518

SIGLAS DOS ESTADOS-MEMBROS

B • Bélgica
D • Alemanha
DK • Dinamarca
E • Espanha
F • França
GR • Grécia
I • Itália
IRL • Irlanda
L • Luxemburgo
NL • Países Baixos
P • Portugal
RU • Reino Unido

SIGLAS DOS GRUPOS POLÍTICOS

ADE • Aliança dos Democratas Europeus
ARC • Arco-Iris
CE • Coligação de Esquerda
DE • Democratas Europeus
DRE • Direitas Europeias
EUE • Esquerda Unitária Europeia
LDR • Liberal, Democrático e Reformista
NI • Não-Inscritos
PPE • Partido Popular Europeu
S • Socialista
V • Verdes

ham no processo orçamental, apresentem uma moção de censura à Comissão ou exijam a verificação do quorum em plenário. A proposta socialista altera para vinte e três esse número de deputados, diminui o tempo destinado às declarações de voto individuais e retira também a faculdade de um deputado reapresentar em plenário uma proposta de alteração sua vencida em comissão mas que tenha obtido nesta votos suficientes para o efeito.

Basta olhar a composição numérica actual dos grupos políticos no PE para se avaliar o que significará a aprovação da proposta socialista.

Por um lado, seria o empobrecimento do debate par-

lamentar, o esvaziar da sessão plenária de debates políticos importantes, a limitação drástica do papel fiscalizador do PE, o afinilamento da diversidade e do pluralismo numa falsa bipolarização antecipadamente negociada, o cercear ainda mais dos direitos e possibilidades de intervenção individual e colectiva dos deputados na continuação do que se tem verificado nos últimos anos.

Por outro lado, significaria a marginalização antidemocrática dos pequenos grupos no PE retirando-lhes, por artifício regimental, a voz que milhões de eleitores em toda a CEE neles delegaram.

Os argumentos invocados para justificar a apresen-

tação de tal proposta são por de mais conhecidos e não colhem - necessidade de maior rentabilidade e eficácia no debate e actividade parlamentar e impedir o grupo de Le Pen de intervir no Parlamento Europeu.

Estranha forma esta de penalizar a extrema-direita punindo igualmente vários grupos democráticos e o próprio Parlamento!

No Grupo Socialista há quem não aceite passivamente a "mercadoria" como boa e proteste. Se algum mérito teve esta proposta foi justamente a de, perante o perigo que ela representa, aproximar democratas e possibilitar um maior diálogo.

Conferência sindical em Dezembro

A prossecução do processo unitário mereceu a concordância de todos os participantes no Conselho Nacional da CGTP

O Conselho Nacional da CGTP-IN aprovou recentemente a realização da Conferência Sindical Nacional e as suas linhas mestras. A iniciativa está marcada para 13 e 14 de Dezembro próximo.

Segundo Carvalho da Silva, coordenador da Central, houve um «debate rico e participado na discussão

dos temas», com «diversidade de opiniões».

Entre as principais conclusões da reunião do CN (26 de Outubro) é de destacar a necessidade de o movimento sindical «dar vida às bases», disse Carvalho da Silva à Lusa.

Para aquele dirigente, é preciso aumentar a participação dos trabalhadores,

«procurando a articulação e complementaridade do movimento sindical».

Com a Conferência pretende-se designadamente contribuir para satisfazer a «necessidade de se criarem condições para que a estrutura sindical responda de forma eficaz, dando uma dimensão mais profunda à democracia sindical, garan-

tindo a execução dos objetivos da CGTP».

Carvalho da Silva sublinhou, segundo a Lusa, a «unanimidade de todos os participantes no Conselho Nacional para prosseguir o processo unitário que é a CGTP-IN em defesa de princípios como a unidade, a democracia, a independência e os movimentos de massas».

Despachantes oficiais

8500 com emprego em risco devido à reconversão

Um fundo para a reconversão do sector e a criação de uma bolsa para apoiar os trabalhadores excedentários foram exigidos pelos despachantes oficiais em 1 do corrente, no final de um encontro de dois dias que efectuaram em Lisboa. Em

consequência dessa reconversão podem perder os seus empregos 8500 trabalhadores.

Estiveram no encontro nacional cerca de 600 profissionais.

O problema central é a abolição das fronteiras al-

fandegárias, com a entrada em funcionamento do Mercado Único na Europa em 1993.

Nas conclusões do encontro de Lisboa refere-se a decisão de lançar um programa de formação profissional que ajude a reverter

profissionalmente os trabalhadores do sector.

Ainda nas conclusões, aprovadas por unanimidade, é sublinhada a «urgência» de as autoridades nacionais e comunitárias adoptarem «medidas concretas, rápidas e justas» para tornar menos graves os problemas sociais que sem dúvida vão afectar aqueles profissionais.

Os despachantes oficiais, cujo comunicado é referido pela Lusa, chamam igualmente a atenção para «os prejuízos incalculáveis» que originará a «inevitável criação» de mecanismos alternativos de cobrança e controlo «menos eficazes e mais caros».

Esses custos, afirmam os despachantes, terão de ser suportados pelos contribuintes, se a Administração Pública resolver desperdiçar «os recursos humanos e técnicos» das empresas do sector «responsáveis pela cobrança anual de cerca de 900 milhões de contos para os cofres do Estado».

O vice-presidente da Câmara dos Despachantes Oficiais, António Fernandes, disse à Agência Lusa que uma das consequências desta situação será um «buraco orçamental» de pelo menos 450 milhões de contos em 1993.

Neste contexto, acrescenta a Lusa, os despachantes lamentam que Portugal, ao contrário da «abertura demonstrada pelas autoridades em Bruxelas», através do arranque do inquérito social ao sector, não tenha tomado até agora medidas claras para dar solução aos problemas com que a classe se debate.

Comércio

Baixa nas vendas e reivindicações

Dirigentes sindicais do comércio (Sul, Santarém e Lisboa) analisaram a semana passada em reunião com António Quintas, membro da comissão executiva do Conselho Nacional da CGTP, as propostas a apresentar à Conferência Nacional desta última organização unitária, marcada para Dezembro.

Os dirigentes sindicais,

entre eles os representantes da Fepces (Federação), mostraram-se preocupados com a precarização do emprego que continua a verificar-se com a degradação do pequeno comércio e com a baixa de vendas que consideram constante.

Os dirigentes sindicais reclamam medidas contra essa situação, ao mesmo

tempo que reivindicam melhores salários, carreiras profissionais mais curtas, regulamentos de higiene e segurança, bem como um melhor nível de vida face à entrada no Mercado Único em 1993.

Os dirigentes sindicais reunidos em Setúbal representam cerca de 50 mil trabalhadores.

Provedor intervém no ex-«Diário Popular»

O Provedor de Justiça é de parecer que o Estado deve reconstruir o património da empresa pública «Diário Popular» (EPDP) para poder indemnizar os trabalhadores.

Como se sabe, aquele vespertino encerrou recentemente, despedindo todo o pessoal, designadamente os jornalistas.

Um comunicado do Sindicato destes profissionais (SJ) refere que o Provedor tomou posição no seguimento de uma reunião com a direcção do SJ, no sen-

tido de se cumprirem as leis laborais.

O Provedor pretende saber, segundo a Lusa, se o Governo está receptivo à possibilidade de defender os trabalhadores da extinta EPDP «da grave situação que lhes foi criada».

Quanto aos reformados, o Provedor pediu ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade da disposição que extingue os complementos de reforma substituídos por indemnizações.

Indústrias eléctricas Privilegiar a luta contra os despedimentos colectivos

Numa resolução político-social divulgada em 4 do corrente, os corpos gerentes do Stien-Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte reunidos em sessão plenária, acusam o partido do Governo de «usar de deslealdade institucional» por ter publicado diversos diplomas, nomeadamente os do pacote laboral, «em vésperas da tomada de posse do novo governo». O Stien, ao verificar que a acção sindical «terá de privilegiar a luta contra o despedimento colectivo», refere as «ameaças que pairam sobre os trabalhadores da Grundig, Efavec, Texas Instruments e EDP».

Os dirigentes sindicais do Stien manifestam a sua solidariedade para com as vítimas recentes dos despedimentos colectivos. A resolução menciona os casos (a título de exemplo) da Seagate, AEP, Siemens, Firestone e Commercial Union.

Perante as ameaças sobre o emprego, os dirigentes do Stien consideram o despedi-

mento colectivo «um dos principais problemas políticos que o nosso Sindicato terá de enfrentar».

Nesse sentido, os corpos gerentes do Stien vão promover, «no quadro do Sindicato, uma discussão por toda a estrutura, com vista a avaliar e a perspectivar a consequente acção, tendo em conta os resultados eleitorais e a Conferência Sindical Nacional que será mais oportuna do que nunca na conjuntura sociolaboral portuguesa e necessariamente nas respostas aos problemas do nosso tempo».

A resolução político-social em 5 pontos, distribuída pelo Stien, termina manifestando «grande confiança nos trabalhadores do sector», na convicção de que «a sua luta prosseguirá na defesa dos direitos conquistados, reforçando a sua unidade na acção e ao mesmo tempo lutando pela unidade mais geral no seio do MSU (Movimento Sindical Unitário) em torno da CGTP-IN».

Relatório dos enfermeiros

Uma comissão constituída quinta-feira passada em Coimbra entregará ao Governo e à Assembleia da República um relatório sobre as alegadas injustiças verificadas na aplicação das carreiras de enfermagem aos profissionais do sector.

Foram entretanto pedidas audiências às referidas entidades.

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) marcou para ontem uma conferência de Imprensa em Lisboa. Terão sido abordadas com os jornalistas as conclusões da reunião do Conselho Nacional e o caderno reivindicativo a apresentar ao novo Governo, anuncia o SEP.

Encontro Porto-Galiza

Segundo anunciou fonte sindical no Porto quinta-feira passada, reuniu-se no mesmo dia em Vigo uma delegação da União dos Sindicatos do Porto (USP) com representantes da Intersindical Nacional dos Trabalhadores Galegos (INTG).

O encontro foi a pedido desta última organização sindical para debate das situações económica, sociolaboral e sindical nas duas regiões.

Fonte da USP disse à Lusa que ambas as organizações concordam no facto de terem problemas comuns. Como eles afectam tanto a Galiza como o Norte de Portugal, impõe-se o diálogo entre representantes das respectivas organizações sindicais para se encontrarem «respostas válidas e eficazes» na defesa de interesses e direitos dos trabalhadores galegos e portugueses.

TRABALHADORES

Seguros

Companhia inglesa despede em Portugal

A companhia inglesa do ramo segurador **Commercial Union-Portugal** acaba de despedir 21 trabalhadores ao abrigo do «famigerado pacote laboral», anuncia o STSN — Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, filiado na UGT.

O STSN, que fez publicar um anúncio em vários jornais sobre o despedimento, convocou um plenário em 29 de Outubro findo para analisar aquele despedimento colectivo e a situação no sector.

Para o sindicato da UGT «a gravidade da situação exige o empenhamento de cada um de nós e a resposta consequente da classe».

Acrescenta o mesmo sin-

dicato que «a empresa, utilizando um dos decretos do famigerado pacote laboral, alega, sem qualquer fundamento, inadaptação e incompetência dos visados, para impor esta medida selectiva, que justifica pela situação económica da empresa e pela adesão à CEE».

O STSN considera esta actuação da empresa «uma violência», para a qual se esperou pelo «momento político mais propício».

Sublinha ainda o sindicato da UGT que essa «violência» inaugura no sector «uma política anti-social, sem moderação nem pudor».

Arnaldo Silva, da direcção do STSN, dizia entre-

tanto à Lusa que a empresa alegou ainda para o despedimento colectivo «os maus resultados» da **Comercial Union**, devido a um processo de fusão com outra empresa do sector, a **Northern**, que não foi compensador.

Aquele dirigente sindical acrescentou que o processo de despedimento envolve cerca de um quarto dos trabalhadores da empresa britânica em Portugal.

Segundo o mesmo dirigente, a **Commercial Union** é «um dos maiores empórios mundiais no ramo do seguro directo».

Muitos dos despedidos têm mais de 40 anos de idade. Um deles tem mais de 60.

Congresso dos sindicatos agrícolas

Entre 14 e 17 deste mês, reúnem-se em Vilamoura representantes de 22 sindicatos nacionais e europeus no XIII Congresso estatutário da Federação Europeia de Sindicatos Agrícolas.

Participam nos trabalhos cerca de 130 delegados. Representam mais de 2 milhões de trabalhadores agrícolas, florestais e pecuários.

Sindicatos polacos, checoslovacos, húngaros, tunisinos e são-tomenses participam como convidados.

O Congresso é organizado este ano pelo Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas, o único sindicato português que é membro da Federação.

Museus e palácios voltam a encerrar

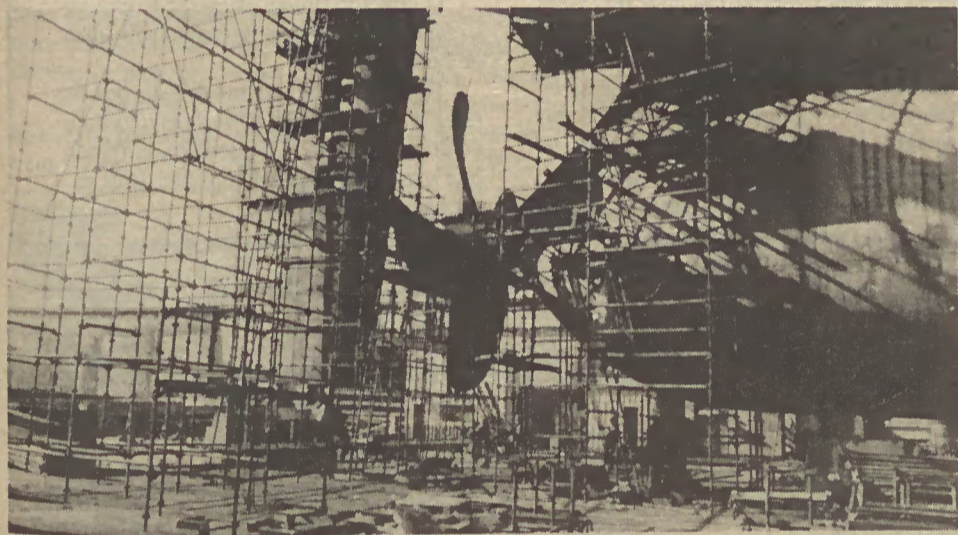
Numa nota à Imprensa a Comissão Executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) revela que os trabalhadores dos museus e palácios, além da paralisação de 1 do corrente, voltarão a parar em todos os feriados até ao fim do ano, se entretanto não forem cumpridos os acordos «celebrados em Abril e Novembro de 1990 entre o IPPC (Instituto do Património Cultural) e a FNSFP».

Esses acordos referem-se à redução do trabalho semanal para 35 horas e à criação de uma carreira de técnico auxiliar.

Além disso, acrescenta a Federação, «continua a não se verificar o justo pagamento dos feriados aos trabalhadores que prestam serviço nesses dias».

Para a direcção da FNSFP, «a responsabilidade pelos efeitos desta greve só pode ser assacada ao Governo e à Secretaria de Estado da Cultura».

Recorde-se que os trabalhadores dos museus e palácios ficaram durante meses privados dos seus salários. O problema só foi resolvido depois de uma greve de três dias, efectuada recentemente.



Instabilidade na Solisnor

Paralisações na ex-Setenave

Conforme foi anunciado no princípio desta semana, os trabalhadores da **Solisnor** (ex-Setenave) devem paralisar hoje o trabalho, à semelhança do que sucedeu anteontem, durante duas horas por dia. A greve parcial deve-se a reivindicações salariais.

Segundo a agência Lusa, Graciano Gonçalves, da co-

missão intersindical, disse que a administração não está a cumprir os seus compromissos nessa matéria.

«Em Janeiro de 1991 — acrescentou — fomos aumentados 11 por cento, mas a administração comprometeu-se à revisão em Outubro, a fim de acompanhar a inflação».

Segundo o referido re-

presentante dos trabalhadores, é incompreensível «a intransigência da administração» e há uma «recusa sistemática de diálogo».

Os trabalhadores, no passado fim-de-semana, recusaram-se já a fazer trabalho extraordinário.

A paralisação foi anunciada para o período das 14 às 16 horas.

Boicote dos músicos

De acordo com uma proposta sindical, como o «Avante!» noticiou a semana passada, os músicos sinfónicos decidiram boicotar os reforços de orquestras.

Aprovado em plenário de 2 do corrente, o boicote durará até 31 de Janeiro do próximo ano. A brevidade do prazo deixa prever que o assunto se resolva nos próximos meses.

A acção dirige-se contra a Secretaria de Estado da Cultura. O Governo de que faz parte deverá pôr termo à situação de precariedade de emprego dos músicos sinfónicos. Para isso é ne-

cessário completar os quadros de pessoal das orquestras.

Segundo o Sindicato, o que se está a passar é precisamente o contrário: o recurso a músicos de determinadas orquestras para reforçar outras.

Mas não se limita a isso a crise no sector. Na opinião do Sindicato, as questões lesivas dos interesses da classe estão interligadas, pois as decisões tomadas por algumas entidades vão afectar todos os grupos profissionais.

O Sindicato dos Músicos

entende promover uma reunião em que participem os músicos profissionais e pessoas da área do património e da educação. Pretende-se discutir as causas dos problemas prejudiciais aos músicos.

No plenário do dia 2 aprovou-se uma indicação no sentido da sindicalização (ou associação) de todos os músicos. Será feita uma campanha nesse sentido.

A Agência Lusa diz que existem actualmente em Portugal cerca de 300 músicos sinfónicos. 250 pertencem ao Sindicato dos Músicos, com sede na capital

Governo Civil informado da situação na Coind

Representantes dos trabalhadores da empresa têxtil **Coind** de São Mamede de Infesta entregaram a semana passada no Governo Civil do Porto um documento acerca da situação na fábrica (antiga Fiação de Leça), que não paga salários desde Junho.

A delegação laboral pretendeu assim chamar a atenção para esse e outros proble-

mas graves, como seja a ausência da administração e a paralisação da empresa.

Os trabalhadores da **Coind**, gerida há dois anos por empresários brasileiros, estão em greve desde 1 de Outubro.

Exigem o pagamento dos salários e parte dos subsídios de férias em atraso.

O presidente da Câmara de Matosinhos garantia entretanto aos trabalhadores que levaria o assunto ao Governo.

A **Coind** exporta 95 por cento da produção.

Os trabalhadores não abandonam a fábrica desde o início da greve.



Os músicos não têm calado as suas reivindicações

INTERNACIONAL

EUROPA

Trabalhadores em luta

As políticas socioeconómicas implementadas pelos governos da Europa Ocidental têm vindo a gerar profundo descontentamento popular e algumas significativas acções de luta por parte de trabalhadores de diferentes sectores.

Aqui referimos alguns exemplos dessas acções, num quadro muito sucinto destes últimos meses.

Astúrias

Em fins de Outubro, os trabalhadores das Astúrias participaram numa greve geral, que se realizou em simultâneo com manifestações de rua que em Oviedo e Gijon reuniram centenas de milhar de pessoas. As organizações sindicais que convocaram estas jornadas de luta reivindicam um plano de reconversão industrial de toda a região. Note-se que está oficialmente prevista a liquidação de 40 000 postos de trabalho, enquanto 30 000 já foram sacrificados nestes últimos dez anos.

Mesmo o secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores, próxima do PSOE, partido no poder, pôs directamente em causa «a política realista do primeiro-ministro socialista Felipe Gonzalez».

Holanda

Em Setembro, quase um milhão de pessoas se manifestou contra as medidas de austeridade inseridas no orçamento

para 1992. Os sindicatos holandeses acusam o governo de coligação democrata-cristão e socialista de pôr em causa os direitos e a protecção social.

O grande protesto popular foi desencadeado pelo congelamento dos subsídios por incapacidade para o trabalho (que abarcam 900 000 pessoas) e a redução dos subsídios para a casa.

Um jornal económico holandês explicava entretanto a perspectiva do patronato: trata-se de «nivelar os parâmetros macroeconómicos para corresponder aos compromissos previstos no quadro da União económica e monetária».

Grécia

Em fins de Outubro realizaram-se em Atenas, capital da Grécia, grandes manifestações, que mobilizaram dezenas de milhar de trabalhadores dos hospitais, transportes públicos e construção civil.

Os manifestantes protestavam contra a política socioeconómica do governo conservador de Mitsotakis, que ainda agravou mais a política anteriormente implementada pelo socialista Andréas Papandréou.

Itália

O projecto de lei do orçamento para 1992 desencadeou por todo o país uma onda de críticas.



Dia 24 de Outubro, realizaram-se manifestações em várias cidades francesas contra o desemprego e por melhores condições de vida. Em Paris desceram à rua cerca de 50 000 manifestantes

Para protestar contra este projecto do governo de Andreotti, as três centrais sindicais lançaram conjuntamente um apelo à realização de uma greve geral em que participaram muitos milhares de trabalhadores por todo o país.

Durante mais de quatro horas, e por todo o país, não houve comboios, nem escolas, nem serviços públicos abertos. Manifestações tiveram lugar em várias cidades, nomeadamente Palermo, Crémone, Milão, Turim, Bolonha e Génova. Segundo a CGIL, o movimento atingiu 90% da indústria, 80% a 85% do sector público e 70% a 85% dos serviços.

A política socioeconómica do governo italiano, desta forma contestada, prende-se às exigências das principais instituições financeiras internacionais, no sentido da redução do défice orçamental. Como resposta, os primeiros sectores a ser

atingidos foram os salários - de que os aumentos deverão ficar aquém da inflação e as despesas com a saúde.

Finlândia

No início de Outubro decorreu em Helsínquia a maior manifestação realizada desde 1956.

Também aqui se tratou de reagir contra o plano económico do governo finlandês de coligação centro-direita, esboçado por pressão do patronato.

O governo finlandês pretende reduzir os salários em 10% e suprimir os subsídios de férias.

Num país onde as manifestações de rua são raras, mais de 40 mil pessoas concentraram-se frente ao senado, exigindo que a protecção social continue a ser garantida.

América Central

Miséria crescente

Seis em cada 10 cidadãos de países centro-americanos têm fome, 57 por cento encontram-se no desemprego e 40 por cento não têm acesso aos serviços de saúde, revela um documento da UNICEF divulgado no Panamá.

«Cada vez é maior o alcance e o nível da pobreza na América Central», lê-se no documento de António Blanco, consultor da UNICEF na Guatemala.

Blanco participa na capital guatemalteca num seminário sobre as dimensões sociais dos programas de reajustamento económico na região, patrocinados por organismos financeiros internacionais.

O dramático documento da organização das NAÇÕES UNIDAS para a infância (UNICEF) acrescenta que entre 1986 e 1989 aumentaram de 60 para 76 por cento as condições de pobreza na América Central.

As receitas médias dos habitantes da região são actualmente inferiores em 20 por cento relativamente a 1978, lê-se no texto de Blanco, citando neste ponto o Instituto Centro-americano de Administração Pública (ICAP).

O perito da UNICEF denunciou uma deterioração

das condições de vida na América Central durante a década passada, onde vários países aumentaram as despesas militares devido aos conflitos internos.

Os conflitos armados na América Central já provocaram a morte a 160 mil centro-americanos e dois milhões foram obrigados a fugir dos seus países.

O texto denuncia também que o orçamento para a segurança social diminuiu sensivelmente na região, especialmente com a saúde, e que continuam em vigor padrões histórico-culturais que discriminam a mulher.

Milhares de crianças — refere o consultor da UNICEF — deambulam e pernoitam nas ruas das principais cidades para sobreviver.

Uma em cada 10 crianças da região morre antes de atingir os cinco anos e, dos nove que sobrevivem, seis sofrem de desnutrição.

Dos 28,7 milhões de habitantes dos sete países da região (Guatemala, El Salvador, Honduras, Belize, Panamá, Nicarágua e Costa Rica), cerca de 10 milhões não têm água potável, proporção que se agrava nas zonas rurais.

Anticomunistas

O padre jesuíta italiano Antonino Gliozzo revelou ao semanário católico «Il Sabato» ter sido remunerado pela CIA, de 1955 a 1963, para efectuar operações de propaganda anticomunista.

Com o acordo das autoridades eclesásticas, o padre Gliozzo fundou um centro de estudos encarregue de assegurar um apoio eleitoral à democracia cristã e organizar «cursos ideológicos» a padres destinados a conduzirem uma acção anticomunista em Itália.

«Cento e vinte e quatro bispos aceitaram esta iniciativa. Nós assegurámos aos padres em questão um salário e mesmo um automóvel com motorista, se tal fosse necessário... Dinheiro não nos faltava», afirmou o padre Gliozzo.

O religioso recebia anualmente de um italo-americano, um certo Joseph Calderon, que segundo ele trabalhava para a CIA, 200 milhões de liras (cerca de 290 mil contos ao câmbio actual).

O padre Gliozzo mostrou-se orgulhoso de ter «vacinado imensos fiéis contra o vírus perverso do comunismo».

Haiti

O presidente deposto do Haiti, Jean Baptiste Aristide, lançou na UNESCO um apelo a favor da liberdade e da democracia no seu país, contra «a ditadura e violência».

«Não nos vamos inclinar perante esta ditadura, nem optar pela violência mas continuar a caminhar convosco para que o processo democrático se restabeleça no Haiti e assim dar uma lição de não-violência mais forte, mais poderosa do que os tanques e as armas», disse.

«Houve em duas semanas um milhar de cadáveres, estações de rádio metralhadas e tanques nas ruas, mas o povo haitiano não partirá para a violência e sofrerá digna e corajosamente», acrescentou.

Em declarações aos jornalistas no final de um encontro com Mitterrand, Aristide considerou que o embargo contra o Haiti tem de ser «respeitado na sua totalidade para reabrir não-violentamente a porta da democracia».

«Os dias da junta estão contados», disse.

Enterrados vivos

Os corpos de 44 soldados iraquianos enterrados vivos pelas tropas norte-americanas durante a guerra do Golfo foram descobertos próximo da fronteira entre o Iraque e Arábia Saudita, noticiou a agência Ina.

Citando o seu correspondente em Bassorá, a Ina informou que as equipas iraquianas encarregadas de procurar os

mortos conseguiram encontrá-los em duas valas comuns na região fronteiriça de Al-Lahis.

A agência iraquiana disse que os médicos legistas, após as autópsias, informaram que «a maioria dos soldados morreu por asfixia quando foram enterrados vivos».

Em 11 de Outubro a imprensa iraquiana denunciara que numerosos corpos de soldados do Iraque enterrados vivos pelas tropas dos Estados Unidos haviam sido descobertos numa zona desértica do Iraque, próxima da Arábia Saudita.

Bagdade exigira em Setembro ao Comité Internacional da Cruz Vermelha que obtivesse informações do governo de Washington sobre os locais das valas comuns onde soldados iraquianos tinham sido enterrados vivos.

O Pentágono confirmou informações de que milhares de soldados iraquianos enterrados no deserto e em bunkers morreram ao ser enterrados vivos no primeiro dia da ofensiva terrestre.

Desemprego

Mais de 20 mil pessoas em idade activa estão desempregadas na província de Manica, no Norte de Moçambique, onde a crise de emprego se deve ao encerramento de várias empresas e afluxo de deslocados.

O director provincial do Trabalho, Pedro João de Deus, afirmou ao jornal «Notícias» que a capacidade de absorção desta mão-de-obra é mínima e que as suas perspectivas de auto-suficiência são «sombrias».

A faixa de desempregados em Manica é constituída por trabalhadores dispensados de seis empresas que fecharam entre Janeiro e Outubro deste ano por falta de competitividade e má gestão, mutilados de guerra, deslocados e por regressados da antiga República Democrática Alemã.

Os serviços de emprego da província estão a encorajar, através da ajuda de uma organização humanitária alemã, a criação de pequenas empresas de carácter familiar capazes de criarem novos postos de trabalho — tendo já dado entrada nos serviços oficiais cerca de 100 projectos desta natureza.

Checoslováquia

Os preços da carne, do leite, da farinha e do pão, na Checoslováquia, foram liberalizados sexta-feira, segundo uma norma do Ministério das Finanças divulgada em Praga.

Cinco por cento dos preços na Checoslováquia estão submetidos ao controlo estatal mas prevê-se que, no próximo ano, tal regulamentação se limite a produtos da área da energia, dos transportes e comunicações, da metalurgia e da saúde.

Conferência de Madrid Falar de paz sem ilusões

A realização da Conferência iniciada em Madrid é, em si mesma, um facto positivo. Pela primeira vez, as autoridades de Israel são obrigadas a sentarem-se à mesma mesa que representantes palestinos. No entanto, esta realização não permite um excessivo optimismo quanto aos seus possíveis resultados, nem a falta destes deverá ser pretexto para que aqueles que apoiam a luta pelos direitos dos palestinos lhe encontrem um significado negativo. Se é certo que toda a encenação em redor da Conferência visa no fundamental salientar o papel de árbitro dos Estados Unidos num difícil processo de paz, a verdade é que o precedente criado, obrigando Israel a discutir o que há bem pouco era para os radicais de Tel-Aviv uma questão "indiscutível", abre possibilidades que não devem ser negligenciadas.

É o próprio "Pravda", que até há pouco era o órgão central do PCUS, que co-

menta a encenação montada em Madrid para fazer realçar o papel dos Estados Unidos, comentando os seus aspectos de "espectáculo hollywoodes-co", em que o Presidente Bush e James Baker "pretendem obter o Óscar do Médio Oriente para o melhor cenário, pela melhor encenação e pela melhor fidelidade ao tema", fazendo notar que o eventual sucesso das conversações seria favorável a Bush na corrida para as próximas presidenciais, não deixando de vir a ser favorável a Gorbachov, compensando a sua derrota em política interna...

Divergências

Nas vésperas da abertura da Conferência, e no seu decorrer, entretanto, no mundo árabe e islâmico, dividiam-se as posições quanto à iniciativa. Multiplicaram-se as acções dos fundamentalistas, com vista a comprometer as conversações de Madrid. No dia 29, um coman-

do da Jihad islâmica palestina confronta-se com tropas israelitas. Estudantes islamitas, em Amã, apelam à greve na Jordânia. O Partido Hizbollah, pró-iraniano, ameaça intensificar as suas actividades militares, no Líbano, na Síria e na Palestina. Uma dezena de organizações que haviam participado uma semana antes na Conferência Internacional de Teerão sobre a Palestina, apelam à rejeição do que chamam a "conferência da capitulação" de Madrid. E, como não podia deixar de ser, os radicais do Irão condenam à morte os participantes na iniciativa. Por seu lado, Israel bombardeia o sul do Líbano.

Mas alastram também as manifestações de apoio às iniciativas conducentes à paz. A Organização da Conferência Islâmica exorta ao reforço do processo de paz, pronunciando-se embora pela aplicação integral das resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da

A luta vai continuar

"O PCP tem defendido a realização de uma Conferência Internacional para a solução global dos problemas do Médio Oriente, com destaque para o reconhecimento do direito do povo palestino à criação de um Estado independente no território da Palestina e a retirada de Israel dos territórios ocupados" - afirmava a nota da Comissão Política do CC do PCP, que o "Avante!" publicou na passada semana.

Dias antes, Álvaro Cunhal, comentando para a RTP/2 a iniciativa de Madrid nas vésperas da sua realização, afirmou entretanto que a Conferência "tem lugar numa situação em que os Estados Unidos e seus aliados procuram explorar a nova correlação de forças resultante da situação e enfraquecimento da URSS e da guerra do Golfo para impor as suas posições hegemónicas no Médio Oriente em detrimento da luta dos povos árabes pela sua emancipação nacional e social".

"Ao mesmo tempo" - afirmou o diri-

gente comunista - "com o apoio e cumplicidade dos Estados Unidos, Israel continua a estabelecer colonatos, a reprimir e a expulsar os palestinos das suas casas, a fazer bombardeamentos, a recusar ou a procurar sabotar a participação efectiva da OLP nas conversações".

"Por tudo isto" - referiu -, "é duvidoso que esta Conferência atinja os resultados necessários".

Mas Álvaro Cunhal não deixou de sublinhar:

"Desejamos apesar de tudo resultados positivos à Conferência. A luta tem pois que continuar. E aproveitamos a ocasião para expressar a nossa solidariedade para com a OLP e para com os povos árabes e sublinho (uma vez mais) que a solução dos problemas do Médio Oriente passa pelo abandono por Israel dos territórios árabes ocupados e pelo reconhecimento ao povo palestino do direito à constituição de um Estado independente na Palestina."

ONU. Na Faixa de Gaza, milhares de palestinos surpreendem as tropas de ocupação israelitas com uma manifestação de apoio à Conferência de Madrid, acenando-lhes com ramos de oliveira.

Divisão no seio do mundo árabe? Certamente. Mesmo os países directamente envolvidos no processo têm perspectivas diferentes, resultado de solidariedades diversas. Enquanto a Jordânia e o Líbano se mostram favoráveis aos interesses dos palestinos, e a Síria se aproxima destes, já a Arábia Saudita, por exemplo, alinha incondicionalmente ao lado dos Estados Unidos, seguida pelo Egipto que, apesar de ser o grande derrotado da guerra dos seis dias, será o interlocutor mais favorável a Israel e o mais obediente parceiro dos EUA. Nos primeiros dias da Conferência, os ministros da Defesa egípcio e norte-americano encontravam-se em Washington, debatendo planos de segurança para o Médio Oriente e analisando as implicações da guerra do Golfo na zona. O ministro egípcio visitava ainda os campos de treino de Fort Irwin, na Califórnia, onde as tropas dos Estados Unidos treinam para o deserto...

Nova situação

A guerra do Golfo, criou efectivamente uma nova situação na zona, decorrente, ela própria, de uma nova correlação de forças a nível

mundial, onde avulta o papel de superpotência dos Estados Unidos. Com o enfraquecimento da União Soviética e com as suas novas opções em política externa, os EUA agem como se não encontrassem ninguém, hoje, que se oponha com êxito aos seus propósitos de dominação imperialista. O papel da URSS e de Gorbachov, no patrocínio da Conferência de Madrid é extremamente apagado. De resto, o Presidente soviético, cujo discurso de abertura não conteve qualquer novidade, parece ter-se deslocado à capital espanhola mais para discutir com Bush os temas da ajuda americana a uma URSS em enormes dificuldades, do que para afirmar a solidariedade que antes existiu para com os direitos do mundo árabe e dos palestinos em particular.

É Bush quem brilha, insistindo, no discurso de abertura, na necessidade de compromissos territoriais e na definição de fronteiras seguras, parecendo assim substituir-se à ONU, que não esteve representada. Quanto a essa ausência, também foi o Presidente americano a "explicá-la", afirmando que as Nações Unidas não haviam sido marginalizadas, mas que não participavam na iniciativa porque algumas partes eram contrárias a essa participação.

Da parte da Comunidade Europeia, também se verifica a insistência de que Israel deve renunciar à colonização dos territórios ocupados

e pelo cumprimento das resoluções da ONU. Foi essa a posição do ministro holandês que representou a CEE, embora o Comissário Europeu Manures afirmasse que "não há que ter ilusões sobre os resultados imediatos das negociações" e se pronunciasse por acordos e compromissos, dando razões "de monta": Israel tem capacidades tecnológicas importantes, enquanto os árabes têm petróleo e mão-de-obra disponível...

Assegurada a supremacia dos EUA na zona - agora também o Japão pretende entrar na corrida e contribuir para a paz... -, deve ter soado a hora, em Washington, para fazer uma revisão das alianças. Israel tem sido um sugadouro para os EUA, cuja economia está debilitada e que tem de fazer face às "despesas" da derrocada do Leste. Milhares de milhões de dólares era o que os EUA gastavam com Israel, para que este defendesse com eficácia os interesses do imperialismo no Médio Oriente. Talvez alguns países árabes o façam hoje por menos. Bush estará disposto a obrigar o seu aliado a algumas cedências.

O certo é que, sem o cumprimento das resoluções da ONU, não há paz entre as oliveiras. Nem um estado para os Palestinos, nem uma terra livre de ocupantes. E os palestinos, que insistem nesse cumprimento, já afirmaram que a Intifada só terminará quando acabarem as razões que a motivaram.



Frente à base militar de Tavernay, numa manifestação que assinala o dia da ONU pelo desarmamento, pacifistas exigem o fim dos ensaios nucleares

FRANÇA

Movimento da Paz afirma: Há «razões para agir»

Em 26 de Outubro, o dia mundial de protesto contra o desperdício dos gastos com armamento foi assinalado em vários países do mundo.

Em França, alguns milhares de pessoas concentraram-se frente à base militar de Tavernay e junto de outras instalações militares, para exigir, em particular, a redução do orçamento militar e o fim dos ensaios militares. Em nome do movimento da paz, foi lançado um apelo para que prossiga e se amplie «o élan do movimento pela paz, ou seja, pelo desarmamento, pela suspensão dos ensaios nucleares, a redução das despesas de armamento». Os manifestantes presentes junto à base de Tavernay comprometeram-se a agir «na riqueza da nossa diversidade, para impor o fim da escalada» militarista.

Na Declaração do Movimento da Paz, divulgada em vésperas do dia mundial pelo desarmamento, afirma-se: «Temos actualmente razões de inquietação e razões para ter esperança. Ou seja, razões para agir». A organização pacifista põe em paralelo o «nível dos créditos para equipamentos militares» e a «premência das necessidades sociais, de formação, de criação de postos de trabalho civis no nosso país», e ainda «os dramas da fome, das epidemias, do analfabetismo, da dívida do terceiro mundo, do ambiente».

Paralelamente a estas acções pela paz, decorreu em Paris o primeiro encontro do Centro Europeu da FIDM (Federação Democrática Internacional das Mulheres), em que a questão do desarmamento esteve também no centro dos trabalhos.

Annie Perronnet, coordenadora da FIDM para a Europa, lembrou na sua intervenção que «somos colossais são hoje delapidadas nas indústrias de armamento, somas que poderiam ser utilizadas na satisfação das necessidades sociais, culturais, educativas (...) enquanto 80% dos habitantes do planeta não têm electricidade, 850 milhões são analfabetos, 250 mil crianças morrem, em cada semana, de doença».

Annie Perronnet referiu-se ainda à constituição do grande mercado único, perguntando-se: «De que Europa se trata? A do desemprego, da flexibilidade, do racismo, do trabalho nocturno para as mulheres ou a da igualdade de direitos, da cooperação?»

Annie Perronnet referiu-se ainda à constituição do grande mercado único, perguntando-se: «De que Europa se trata? A do desemprego, da flexibilidade, do racismo, do trabalho nocturno para as mulheres ou a da igualdade de direitos, da cooperação?»

PCP saúda resultados eleitorais

As eleições legislativas realizadas em Outubro na Bulgária e na Polónia, em situações particularmente complexas, testemunham um peso significativo da votação na esquerda comunista.

Na Polónia, a Aliança da Esquerda Democrática obteve praticamente o mesmo resultado da União Democrática vencedora.

Na Bulgária, o Partido Socialista, com 33,14% dos votos, fica a 1,22% de diferença da União das Forças Democráticas, o partido vencedor. A nível local, o PS vence mesmo por maioria esmagadora, conquistando 385 Câmaras, contra 69 para a UFD e 94 para o movimento ligado à mi-

noría turca (Movimento dos Direitos e Liberdades).

A importância destes resultados é assinalada pelo Secretariado do Comité Central do PCP.

Manifestando a sua satisfação, o Secretariado do CC do PCP sublinha, em cartas dirigidas ao Comité Executivo Central da Aliança da Esquerda Democrática (Polónia) e ao Conselho Supremo do Partido Socialista Búlgaro, que tais resultados confirmam que ambos os partidos constituem uma força essencial para a defesa dos interesses dos trabalhadores e dos povos dos respectivos países e da causa do socialismo renovado.

Pedro Tadeu

Barragem do Maranhão

O crime dos peixes

As mil toneladas de peixe morto no Maranhão são um crime ecológico. Há que apurar responsabilidades. Há que fazer algo para diminuir as consequências económicas para a região de Avis.

Deficiências no funcionamento da barragem do Maranhão estão na base do esvaziamento de 40 quilómetros de curso de água e da morte de mil toneladas de peixe. Irregularidades, incompetências, dinheiros da CEE, conflitos entre instituições, fazem uma história que ainda não terminou. É que o caso está nos tribunais e os efeitos económicos e sanitários não são ainda conhecidos na sua real extensão. Há quem pense poder a situação ainda agravar-se mais, até se transformar num dos mais graves acidentes ecológicos algumas vezes ocorridos no nosso país.

Neste momento o peixe morto está em adiantado estado de decomposição e putrefacção, mas os responsáveis insistem em enterrá-lo no leito do rio, falando-se da vinda ainda esta semana de militares que iriam proceder à incineração dos cadáveres com lança-chamas, o que ainda não se confirmou.

Ontem o deputado dos «Verdes», André Martins, visitou o local e vai levar o caso à Assembleia da República.

Uma tentativa de fazer passar despercebido o esvaziamento da albufeira do Maranhão, dando o facto por consumado quando ele ocorresse, foi feita pelos responsáveis da barragem. Apesar de já terem agendada a obra, tudo fizeram para que a Câmara Municipal de Avis e o Centro Regional de Saúde soubessem o mais tarde possível da necessidade de reparação na comporta avariada e, sobretudo, das consequências que a obra acarretaria.

Câmara sabe no café

«Foi por conversas de café que acabámos por saber que a coisa se ia passar, quando alguns agricultores nos disseram que tinham sido avisados de que em breve não poderiam usar a água da barragem», conta ao «Avante!» o vereador Ferreira Correia.

A Câmara, assim que teve conhecimento do que se estava a preparar, solicitou uma reunião com a entidade que, em primeira instância, é a responsável pelo que ali está a acontecer: a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia, con-

cessionária da exploração da barragem e responsável pela sua conservação e manutenção desde a sua abertura (1958), dirigida pelo engenheiro Oliveira e Sousa.

Já perto do Verão deste ano acabou por se conseguir fazer uma reunião onde participaram todas as entidades interessadas: para além da Câmara e da Associação de Regantes, estiveram as Juntas de Freguesia, a Comissão de Turismo de São Mamede, o governador civil e representantes de três direcções-gerais - Florestas, Hidráulica e Engenharia Agrícola e Recursos Naturais.

A Câmara faz uma proposta para que não seja realizada a obra neste ano de 1991, uma vez que as razões dadas para a reparação da comporta existiam há mais de dez anos e seria possível utilizar uma segunda comporta enquanto se preparavam medidas para diminuir os efeitos do esvaziamento da barragem.

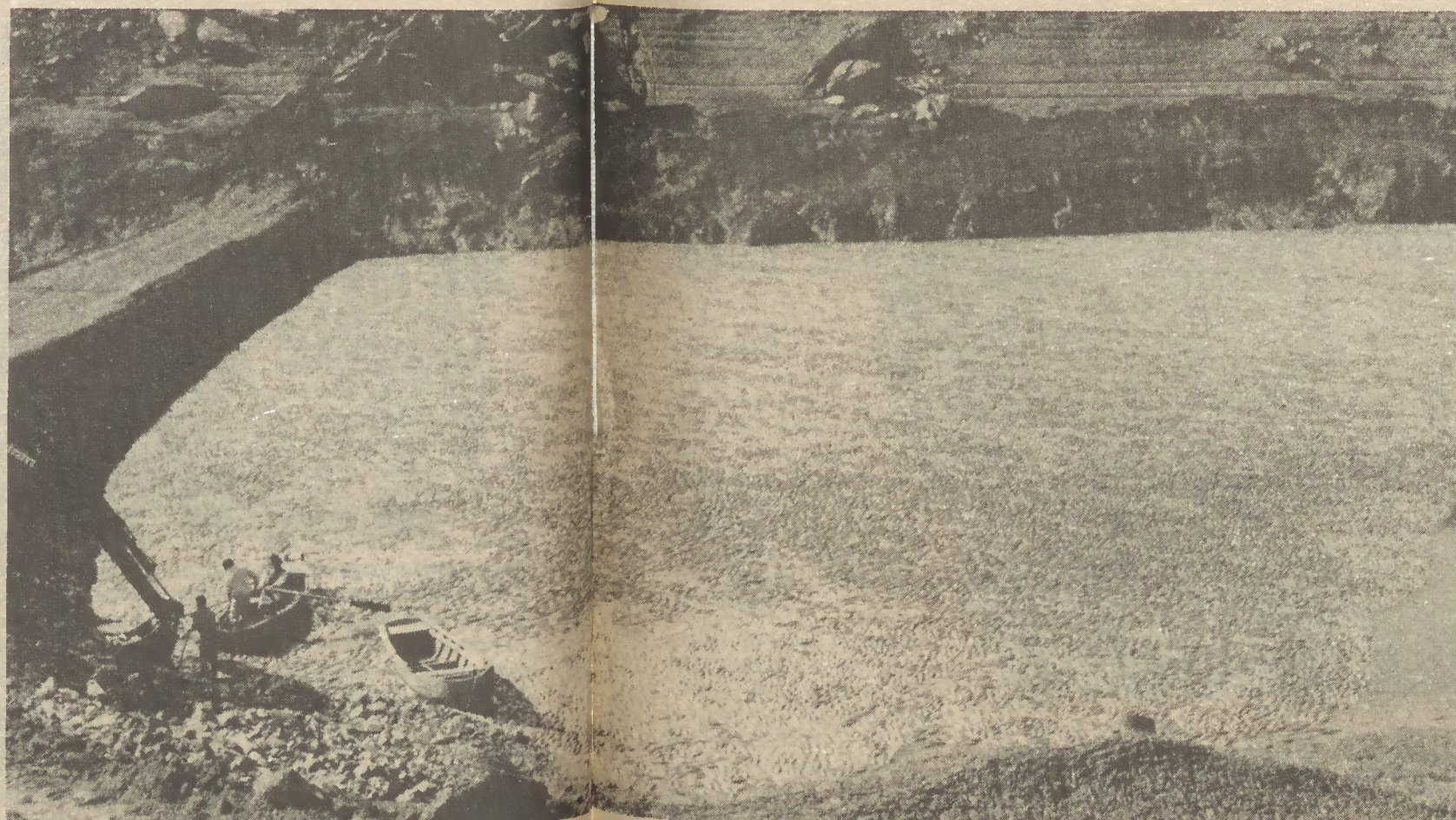
«A nossa ideia era durante este ano e o próximo ir construindo pequenos diques ao longo do leito da albufeira, diques esses que armazenariam a quantidade de água suficiente para a preservação da fauna piscícola antes do esvaziamento da zona fronteira à barragem», diz o presidente da Câmara de Avis, António Raimundo Bartolomeu, que se queixa de nunca as propostas da edilidade terem recebido qualquer tipo de resposta, negativa ou positiva.

A «pressa» em esvaziar

Ao que parece, a «pressa» em realizar a obra ainda este ano tem a ver com uma comparticipação comunitária em 63,75 por cento, sendo o resto pago pelo Estado português (21,25 por cento) e pela Associação de Regantes (15 por cento).

Na reunião referida, os membros da Câmara apercebem-se da inexistência de qualquer estudo sobre o impacto ambiental do esvaziamento da barragem: «esse estudo seria imprescindível, trata-se de uma barragem com mais de 205 milhões de metros cúbicos de água, não pode ser encarada como uma pequena barragem do interior», afirma Raimundo Bartolomeu que se admira por os responsáveis da barragem sabermos do defeito na comporta avariada há cerca de dez anos e nunca, entretanto, terem tomado qualquer tipo de medidas cautelares.

A Câmara contacta ainda antes do Verão os secretários de Estado da Agricultura e do Ambiente e envia documentação para a Assembleia da República onde se referiam alguns dos prejuízos que poderiam advir para o concelho com o esvaziamento precipitado da barragem.



Uma manta densa de peixes mortos cobriu as poucas águas da albufeira do Maranhão após o esvaziamento da barragem

A preocupação pela falta de um estudo de impacto ambiental leva a edilidade a tomar a iniciativa de o encomendar a uma empresa da especialidade em Junho passado, pagando do seu orçamento qualquer coisa como três mil contos mas as entidades responsáveis pelo projecto da barragem não forneceram os elementos necessários para a conclusão do estudo, apesar de prometerem toda a colaboração necessária.

«A Câmara não foi ouvida em relação às suas reclamações e propostas e o esvaziamento foi-se fazendo, por vezes de uma forma mais lenta, por vezes de forma mais acelerada, até que acabou por se consumir». E o presidente da Câmara de Avis vê concretizarem-se os seus maiores receios: mil toneladas de peixe morto é o primeiro prejuízo do esvaziamento, fora o perigo para a saúde pública e as consequências económicas para a região.

Processo nos tribunais

A Câmara Municipal de Avis deliberou levar um processo ao tribunal da comarca local e, em conjunto com a Liga para a Protecção da Natureza, (cujo núcleo de Évora acompanha de perto todo o processo) apresentar queixa no Tribunal de Justiça das Comunidades contra os responsáveis pelo esvaziamento da barragem do Maranhão.

Em causa está a actuação da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, da Direcção-Geral das Florestas, da Direcção-Geral dos Recursos Naturais, e da Associação de Regantes do Vale do Sorraia, podendo a queixa envolver o próprio

Ministério do Ambiente por ter concedido autorização para o esvaziamento da barragem sem que antes tenha sido feito qualquer estudo de impacto ambiental.

Estas entidades «passaram por cima de toda a legislação», diz Raimundo Bartolomeu que questiona todo o processo de retirada do peixe morto e seu enterramento, nalguns casos feito no próprio leito do rio.

A Associação de Regantes afirma que a Direcção-Geral dos Recursos Naturais procurara alternativas ao esvaziamento da albufeira e acções de salvamento do peixe e que a solução encontrada seria a melhor. Uma solução que implicou a morte de quase um milhão de toneladas de espécimes e a mais que provável contaminação das águas que a mesma associação afirma que «para o ano serão muito melhores». Como se o simples enchimento da albufeira pode-se recuperar o que levou trinta anos a construir.

Saúde pública em perigo

O delegado de Saúde em Avis, António Paula Campos, emitiu entretanto um comunicado à população alertando-a para o perigo para a saúde pública que representa o consumo da água e peixe da barragem, bem como de lençóis de água subterrâneos por estarem eventualmente em contacto com as águas e terras da barragem do Maranhão, com consequente contaminação. Tal facto põe em perigo a laboração de unidades industriais da zona que utilizam água a partir de furos artesanais.

Paula Campos apresentou também um relatório onde apon-

tava para a abertura de valas e queima do peixe morto em zonas que ficassem acima dos 150 metros do nível pleno da barragem e apesar dos responsáveis da barragem do Maranhão terem anuído a fazê-lo numa reunião entretanto efectuada, a verdade é que não estão a cumprir essas medidas.

O presidente da Câmara de Avis lembra as dificuldades que teve para legalizar uma piscina colocada a 50 metros do nível pleno da barragem: «foi um processo que demorou dois anos» e ainda recentemente uma empresa da região foi multada, pelas mesmas entidades que fazem agora estas ilegalidades no Maranhão, por queimar embalagens plásticas vazias num local junto à barragem.

«Estas entidades obrigam as autarquias, as empresas e os cidadãos e cumprir a legislação, mas elas próprias passam por cima de tudo; para elas não existe legislação», diz Raimundo Bartolomeu que recorda a Lei 2/88 que obriga à efectivação do estudo de impacto ambiental e cumprimento das medidas cautelares que o estudo indicam, em qualquer linha de água com mais de 80 metros de máxima cheia, medida que a barragem ultrapassa em muito.

Por outro lado, sendo esta obra comparticipada pela CEE (através do FEOGA), não se compreende a não efectivação desse estudo, uma vez que toda a legislação comunitária de concessão de subsídios assim o obriga.

Competências

Aliás, o envolvimento de diversos organismos nesta questão levou a situações equívocas, como a que nos foi contada por

um guarda-rios que, desanimadamente, acompanhava o enterramento de peixe no leito no rio, no dique da Carapeta. Um engenheiro do ambiente de uma das direcções-gerais que têm a responsabilidade da obra foi assistir a estes trabalhos, a título pessoal, e aconselhou o guarda-rios a exercer uma das suas competências: instauração de um auto contra os responsáveis por aquele enterramento. O guarda-rios conferência com os seus colegas. Decidem levar por diante a ideia. A história teve rápida conclusão, nas palavras ditas ao «Avante!»: «No dia seguinte telefona-me um dos chefes a mandar-me esquecer o assunto»...

A última medida de Macário

Já veio nos jornais mas em Avis ninguém tem confirmação oficial: talvez a última medida do recém-demitido secretário de Estado do Ambiente, Macário Correia, tenha sido o ordenamento de um inquérito ao processo de vazamento da albufeira do Maranhão, depois de técnicos da Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente terem estado a semana passada no local, para ver como estava a ser eliminado o peixe morto e em putrefacção.

A decisão surge tardia e até parece uma forma de Macário Correia «bater com a porta» com algum estardalhaço, depois de se ter recusado a emitir qualquer tipo de opinião sobre o assunto, num recente encontro solicitado pela Liga para a Protecção da Natureza, mera formalidade depois de o ministro do Ambiente, Carlos Borrego, se ter recusado várias vezes a receber os ambientalistas para depois, dizendo aceitar discutir o assunto, adiar sucessivas audiências até, finalmente, acabar por delegar no então «seu» secretário de Estado a realização do encontro.

O ministro Carlos Borrego, que inclusivamente terá assinado um despacho a autorizar o esvaziamento da barragem sem a realização de qualquer estudo de impacto ambiental, esteve durante semanas insensível às queixas da Liga e dos autarcas de Avis. Só quando os jornais apresentam as primeiras fotografias dos milhares de peixes mortos nas águas do Maranhão é que Macário Correia acaba por receber a incumbência de receber os queixosos.

Resta saber que evolução vai agora ter o inquérito instaurado por Macário Correia, uma vez que ele será supervisionado por uma nova secretária de Estado, Teresa Patrício Gouveia, que aparentemente aceitou o esvaziamento de poderes daquela Secretaria recusado pelo seu colega de partido.

Entre a «guerra de competências» que parece ter estado na origem da surpreendente demissão do sucessor de Carlos Pimenta, espera-se que não se venha a perder um processo que entretanto chega já aos tribunais europeus e parece comprometer diversos organismos do Estado português, entre os quais está certamente o Ministério do Ambiente.

Há que saber a quem compensa o crime...

■ PT

Raimundo Bartolomeu (à esquerda), presidente da Câmara de Avis e o vereador Ferreira Correia (ao centro) disseram ao «Avante!» estranhar ter sido possível concretizar o esvaziamento do Maranhão sem antes ter sido feito um estudo de impacto ambiental



Um subsídio comunitário parece estar na origem da pressa de concretização da obra. Ou era este ano ou a CEE não comparticipava

Erro técnico provoca esvaziamento



Uma barragem vazia

Um erro cometido pelos técnicos no uso feito ao longo de trinta anos no sistema de comportas de fundo da barragem do Maranhão está na base dos problemas que, segundo a Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, motivaram o esvaziamento das águas e a morte de mil toneladas de peixe.

Quem projectou esta barragem fez a previsão da necessidade de substituição de uma dessas comportas de dez em dez anos. Precisamente para evitar o esvaziamento construiu-se, a dado passo do trajecto do túnel por onde se escoava a água, uma câmara de acesso fácil. À entrada dessa câmara colocou-se uma primeira comporta de segurança e à saída uma segunda para o trabalho normal.

O funcionamento projectado seria, logicamente, o seguinte: em trabalho permanente estaria a segunda comporta da câmara de fundo e, quando fosse necessário, em princípio algumas semanas de dez em dez anos, a com-

porta de segurança na entrada da câmara baixaria para impedir a entrada de água e permitir a substituição da comporta avariada numa operação a seco, sem necessidade de esvaziamento da barragem.

Usar a comporta errada

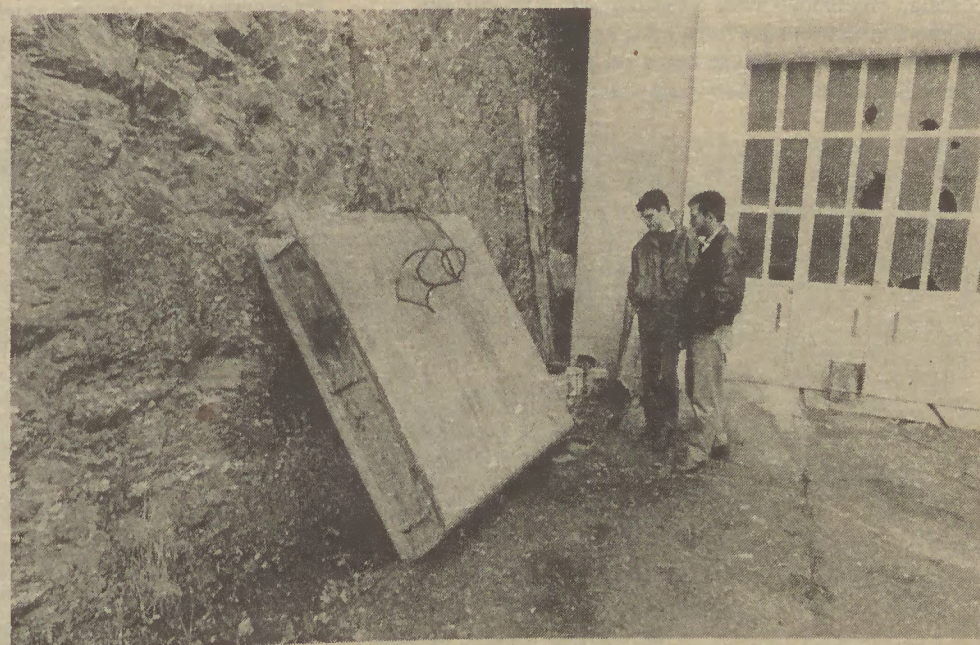
Tudo deveria correr bem durante pelo menos cem anos, tempo de «vida» previsto para esta barragem, não propriamente por qualquer erosão previsível na maquinaria mas sim por a deslocação de tantas linhas de água até ao local da barragem arrastar consigo uma quantidade de terras tal que, ao fim desse tempo, o assoreamento entretanto provocado tornaria escassa a quantidade de água para que a barragem funcionasse de forma conveniente.

Os próprios técnicos responsáveis pelo trabalho da barragem do Maranhão re-

conheceram à Câmara Municipal de Avis ter sido um erro no uso de comportas, no mínimo infantil, que levaria a este esvaziamento: durante muitos anos a comporta de fundo utilizada foi a de entrada de água na câmara e não a de saída. Um erro detectado há dez anos, tempo pelos vistos insuficiente para que os mesmos responsáveis tomassem as medidas necessárias que evitassem a catástrofe ecológica provocada pelo esvaziamento repentino da barragem.

O erro na utilização de comportas levou a que qualquer reparação na câmara de fundo implicasse o esvaziamento da barragem.

Segundo a Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola a câmara de manobras das comportas seria inundada no Inverno passado pela deficiência de funcionamento na comporta que indevidamente fora usada, pondo em risco a segurança da barragem por «eventual colapso dos órgãos de segurança».



Esta comporta, que não devia ter sido utilizada, foi a causa do esvaziamento da barragem

Esta afirmação é contestada pela Câmara de Avis por ainda existir, em pleno funcionamento, a segunda comporta e por o local em causa se tratar de um túnel com cerca de um metro e meio de largo por onde a pressão da água que eventualmente por ali corra, mesmo na sua máxima força, nada ter a ver com um hipotético «rebetamento» de barragem.

Assustar pessoas

«Foi uma forma de assustar as populações e evitar qualquer tipo de discussão sobre o processo e altura de esvaziamento da barragem», disse ao «Avante!» o vereador da Câmara Municipal de Avis, Ferreira Correia, que contesta a real necessidade de esvaziar a barragem ainda este ano, sem antes terem sido

tomadas as medidas necessárias para salvar as mil toneladas de peixe que ao longo de trinta anos as águas da barragem do Maranhão conseguiram criar.

«Vamos levar outros trinta anos para voltar a ter esta riqueza», lamentar-se-ia o presidente da Câmara de Avis, Raimundo Bartolomeu.

A quem pedir responsabilidades?

Barragem do Maranhão

Pneus como combustível O holocausto dos peixes

À medida que se foi efectuando o esvaziamento da barragem do Maranhão, a força das águas foi arrastando consigo milhares e milhares de peixes pelo túnel de escoamento com saída para o rio Raia. As primeiras toneladas de peixe ficariam feitas em pedaços, destruídas pela força de impacto no betão. Quando o caudal se tornou menos denso, 40 toneladas de carpas, barbos e bogas depositaram-se numa poça entretanto formada na base desse túnel, prisioneiros vivos numa câmara de morte onde o oxigénio se rarefazia, a escassa possibilidade de sobrevivência - o local onde acaba a rampa de betão e recomeça o rio.

A construção dessa «prisão de peixes» parece ter a ver, novamente, com incompetência, falta de previsão ou inexperiência dos responsáveis por toda a operação de esvaziamento da barragem do Maranhão - em vez de tentar manter dentro deste túnel um nível de água suficiente para os peixes pelos seus próprios meios conseguirem passar para o rio, decide-se antes retirar toda a água (cortando o acesso ao rio) deixando só a suficiente para cobrir os peixes de forma a facilitar uma hipotética «pesca».

Uma quinzena de pessoas, coordenadas pela engenheira Teresa Guimarães, da Direcção-Geral das Florestas, tenta efectuar uma operação de salvamento deste peixe.

Com pequenos baldes e alguidares este grupo começa por recolher os peixes da sua prisão e, subindo a rampa de betão, lança-os directamente para o rio. O processo verifica-se demorado, penoso, ineficaz. Perante a quantidade de peixe preso no túnel a tarefa apresenta-se improdutivo e inglória.

Vender os mortos

Tardiamente alguém se lembra de tentar vender o peixe a fábricas de farinha e rações da zona de Setúbal. Telefona-se para várias, todas manifestam interesse na aquisição do peixe caso estivesse garantido o transporte. Os responsáveis da barragem desistem da ideia, mesmo sem tentar indagar da possibilidade de mobilização de transporte no concelho.

A engenheira Teresa Guimarães adopta um outro processo de «salvação»: manda colocar na poça onde o peixe jazia um pequeno bote que seria sucessivamente cheio de peixe e alguma água, de-

pois, à força de pulso, arrastar-se-ia a embarcação até ao final da rampa e, de três ou quatro metros de altura, o peixe era lançado ao rio, com alguns a esborracharem-se em pedras e rochas.

A operação foi repetida dezenas de vezes durante alguns dias, mas verificou-se que grande parte dos peixes já morria também no rio por a escassa água existente naquela enseada não ter capacidade suficiente de regeneração de oxigénio para tamanha quantidade de peixes. Além disso essa água poderia muito provavelmente estar poluída e inquinada pela decomposição dos mortos.

Uma das cenas que qualquer eventual espectador nesses dias podia assistir ilustra o patético da situação: dentro do túnel um bote «navegava» em cima de uma mancha densa de 40 toneladas de peixe enjaulados numa poça de água com uma vintena de metros de comprimento onde dois homens escolhiam exemplares para serem deitados ao rio; alguns metros adiante, debruçada sobre as margens do Raia onde boiavam de barriga para o ar alguns peixes mortos, a engenheira responsável pela operação de salvamento mergulhava o cabo de uma vassoura para tentar «convencer» uma solitária carpa, entalada entre duas pedras, a seguir o caminho da corrente...

Decomposição acelerada

Todos os mortos no rio Raia eram recolhidos para uns sacos em matéria plástica, não biodegradável, para posterior enterramento em sepulturas abertas na terra.

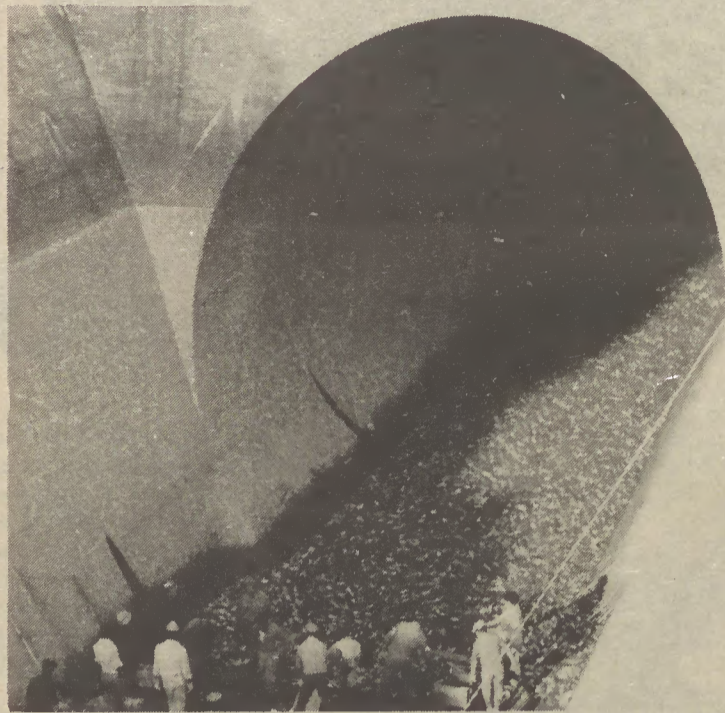
A situação era pior no túnel, onde com o correr do tempo o número de mortos era já superior ao dos vivos, o cheiro a matéria orgânica em decomposição tornara-se insuportável e a escolha dos peixes que ainda teriam possibilidades de sobrevivência extremamente difícil.

Decidiu-se então a «solução final»: queimar todo o peixe preso no túnel. Combustível escolhido: pneus velhos!!! Durante dias o ar em torno da barragem cheirou a borracha queimada e há sérias dúvidas se essa borracha não terá passado para as águas, contribuindo para a sua poluição. A capacidade de envenenamento através deste tipo de queima é elevada.

Para citar um membro da Liga para a Protecção da Natureza: «um acto irres-

ponsável e sem o menor critério de protecção e defesa do ambiente».

Primeiro tentou salvar-se 40 toneladas de peixe preso neste túnel. Depois queimaram-no usando pneus como combustível



A salvação frustrada

Pelas margens do rio milhares e milhares de peixes mortos boiavam à deriva enquanto outros milhares e milhares de sobreviventes, num acto impressionante de luta pela vida, procuravam à tona da pouca água existente o oxigénio que o seu meio natural já não tinha, bocas a surgir cá fora num desesperado movimento contínuo de «abrir e fechar», vã tentativa de conseguir «engolir» o ar...

Os pequenos barcos a motor que por qualquer razão tinham de circular vagarosamente por aquela zona embatiam constantemente nos peixes, hélices despedaçando-os. As poucas forças de muitos dos animais não davam sequer para fugir ao choque...

Foram os primeiros dias após o início do esvaziamento da barragem do Maranhão: um doloroso espectáculo de morte.

Iniciou-se então um rocambolesco processo de salvamento de peixes ainda vivos. A responsabilidade cabe à Direcção-Geral das Florestas e à Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola.

Os pescadores da região foram chamados para lançar redes de forma a recolher os peixes. Promete-se aos pescadores, primeiras vítimas humanas deste desastre ecológico, o pagamento de 50 contos por dia para este trabalho.

Primeiro trabalham cinco barcos por dia, depois o número é reduzido para três.

Verifica-se depois que a verba existente não chega para continuar a pagar a todos e decide-se fazer uma escala, escolhendo cada pescador um determinado número de dias em que trabalharia nesta operação.

Cada barco consegue cerca de uma tonelada de peixe por dia, muito pouco para conseguir recolher em

tempo as 680 toneladas que os responsáveis pela barragem diziam estar na albufeira, pior ainda para as mais de mil toneladas que a Câmara de Avis verificou como sendo o valor real de quantidade de peixe que ali vivia.

No meio de um cheiro nauseabundo, sem máscaras de protecção que só surgiram uma dúzia de dias depois, os pescadores enchem os botes de peixe que é demorada e desajeitadamente transportado para camiões onde umas cubas acrílicas contendo água do Maranhão (certamente inquinada) serviriam de meio de transporte do peixe até pequenas barragens vizinhas.

Chegados ao local, o peixe é pura e simplesmente atirado para dentro de água, grande parte dele já morto - a conclusão foi óbvia: seis dias depois do início desta operação, as pequenas albufeiras onde o peixe foi lançado repetiam o espectáculo do Maranhão e os cadáveres boiavam à deriva e em decomposição. A fauna ali existente era contagiada e também morria.

Os próprios meios postos ao serviço desta operação de transporte de peixe eram ridículos: dois homens na recolha e dois camiões para o transporte. Seria a Câmara de Avis que trataria de, por sua iniciativa, disponibilizar mais homens, camiões e, até, outro tipo de tinas já que a fragilidade das cubas acrílicas utilizadas foi comprovada: partiram-se todas!

Alguns dias depois é iniciada uma segunda operação de salvamento, já mais organizada e com alguns resultados positivos. Câmara e técnicos da barragem conseguem salvar algumas toneladas de peixe - pouco, muito pouco para o que realmente seria preciso.

A questão básica, no entanto, prevalece: seria este sacrifício necessário?



Rapidamente, a tentativa de salvamento dos peixes vivos tornou-se numa incómoda recolha de peixes mortos

Consequências socioeconómicas Avis depende da barragem

As consequências socioeconómicas para a região de Avis provocadas pelo desastre ecológico da barragem do Maranhão são vastas e estão ainda por contabilizar. Não será exagerado dizer que toda a actividade económica do concelho está, de uma forma ou de outra, ligada às potencialidades naturais e às águas do Maranhão.

Para além da demora no reenchimento de 40 quilómetros de leito de rio (no mínimo um ano mas que poderá estender-se até três anos caso o índice de pluviosidade venha a ser baixo), pode-se facilmente constatar que em termos imediatos todos os sectores de actividade económica do concelho e muitos em concelhos vizinhos, especialmente no concelho de Mora, estão seriamente prejudicados.

Agricultura e indústria

A agricultura de regadio a montante da barragem está seriamente comprometida: durante pelo menos um ano não tem abastecimento de água do leito do rio. Por outro lado todas as linhas de água existentes e mesmo os lençóis de água subterrâneos que os agricultores façam vir à superfície através de furos artesianos, correm o risco de contaminação pelo contacto que têm com a água onde o peixe morto entrou em decomposição. Culturas, animais e mesmo pessoas correm riscos de contrair diversas doenças e esta situação pode manter-se durante muito tempo.



Os sacos com peixe morto chegam a ficar dois ou três dias expostos antes de serem enterrados

Uma fábrica de concentração de tomate, que funciona sobretudo no Verão após a colheita do fruto, tem a sua tomada de água na albufeira do Maranhão. Pode não funcionar na próxima época de laboração, não só pela eventual inexistência de água mas também pela contaminação da que exista. Para além dos postos de trabalho na fábrica, afectados estarão os postos de trabalho nos campos, pois a colheita do tomate poderá não se fazer.

Uma fábrica de lacticínios, que já enfrentou dificuldades assim que começou a faltar a água, tentou remediar a situação recorrendo a furos artesianos. Em qualquer altura esses furos podem secar ou serem contaminados. Para além dos postos de trabalho na empresa é todo um conjunto de vacarias que corre o risco de não encontrar um conveniente escoamento da sua produção.

Pescadores no desemprego

Vinte pescadores profissionais, de diversas idades, viviam do rio mas estão neste momento no desemprego, muitos deles com investimentos em equipamento recentemente realizados através de crédito que está por pagar.

O comércio local está igualmente afectado, sobretudo os restaurantes. Deixou de haver a procura da barragem ao fim-de-semana e o período de férias do próximo ano está comprometido. Muitos comerciantes dimensionaram a sua actividade para

essa procura, situação agravada pela «fuga» dos pescadores desportivos e das competições, nacionais e internacionais, que regularmente ali se realizavam.

A barragem do Maranhão, no início da sua actividade, destinava-se sobretudo para a rega, mas o seu potencial natural fez com que, ao longo de trinta anos, evoluísse para o aproveitamento turístico. A Câmara de Avis teme que investimentos feitos nessa área estejam agora comprometidos. É o caso da construção do parque de campismo, da piscina e de uma albergaria na zona do clube náutico, investimentos previstos que podem não se efectuar, obras começadas que podem não se concluir uma vez que a principal razão de ser da sua existência, a riqueza ecológica do rio e da albufeira do Maranhão, corre o risco de desaparecer.

Avis esquecida?

Avis é uma região particularmente afectada pelos custos da interioridade. As estradas nacionais que passam pelo concelho estão num estado lastimável, apesar de nos concelhos em volta as principais vias rodoviárias terem recentemente levado melhoramentos significativos.

Parece ser uma região que o poder central tenta esquecer ou isolar. É uma região vítima também do processo de extinção da Reforma Agrária empreendido pelos sucessivos governos de direita, levando a que, por exemplo, a cooperativa 1.º de Maio ali sediada, há poucos anos expoente elevado dessa conquista de Abril produzindo em centenas e centenas de hectares de terras, esteja agora reduzida a algumas dezenas e tendo como principal actividade a exploração de uma vacaria.

O desenvolvimento de Avis passa certamente pela exploração do Maranhão. Um desenvolvimento que pode ter sido adiado por trinta anos, o tempo que demorará a recuperar ecologicamente as águas da barragem.



Os peixes são enterrados no próprio leito da albufeira. Quando as águas subirem as sepulturas poderão reabrir

A sepultura no dique

A construção de um dique de terra a um par de quilómetros do paredão da barragem do Maranhão foi uma das medidas tomadas pelas autoridades na, diziam, tentativa de salvar algum do peixe que, alguns dias depois do início do esvaziamento, ainda sobrevivia nas águas do leito do rio. A ideia seria criar uma zona junto à barragem onde o nível de água seria mais baixo e onde se encontrava a maior parte do peixe morto, separada de uma outra zona onde uma maior quantidade de água poderia dar mais hipóteses de sobrevivência à fauna piscícola.

Este dique, por outro lado, serviria como barreira de protecção, evitando uma possível subida do nível das águas na baía de acesso imediato à barragem.

Apesar das boas intenções, a medida revelou-se um completo fracasso: em primeiro lugar ela foi tomada tardiamente, numa altura em que já haviam morrido muitos exemplares de peixes a entrar em rápida decomposição, em segundo lugar a própria construção do dique foi muito mais demorada do que inicialmente se tentava fazer crer e quando as retroscavadoras deram o trabalho por concluído era já tarde de mais para evitar a contaminação da água que se pretendia servir de morada provisória para os sobreviventes.

Enterrar os mortos

O dique acabou por servir de forma de concentração de grande parte dos peixes, mortos e vivos, que arrastados pela corrente e pelo vento até à zona do paredão aí ficaram presos quando se deu por concluída a obra.

E o dique acabou também por servir de sepultura para algumas toneladas de peixe!

Esta foi outra das medidas, no mínimo questionáveis, dos responsáveis por esta operação, na qual a Câmara Municipal de Avis entendeu não dever participar: o processo de enterramento dos milhares de toneladas de peixe parece constituir só por si um grave atentado ecológico com prováveis consequências nefastas para a saúde pública.

De facto, a operação de enterramento

do peixe desenvolve-se em duas frentes: uma primeira que na prática significa o enterramento dos animais mortos no próprio leito do rio, a pouca profundidade como sucede na zona do dique da Carapeta; uma segunda na qual os peixes são colocados dentro de sacas de rações (por vezes expostos ao sol e à chuva durante dois ou três dias) não biodegradáveis, por sua vez enterrados em valas igualmente de pouca profundidade e cuja maior parte fica a muito menos de 150 metros do nível pleno das águas da barragem, contrariando a recomendação do delegado de saúde da região, António Paula Campos.

Inverno perigoso

Significa isto que quando o caudal do rio aumentar e as primeiras chuvas de Inverno chegarem, pode facilmente acontecer uma deslocação de terras que descubra milhares de toneladas de cadáveres de peixe putrefacto, então a surgir à tona de água.

Por outro lado, o processo de enterramento nas valas faz recear, mesmo que não venha a acontecer uma deslocação de terras que as reabra, a possibilidade de envenenamento dos locais onde as sepulturas estão colocadas, até pela forma como os peixes estão ensacados, a fazer demorar por muitos anos a capacidade da natureza em eliminar ou absorver os resíduos ali colocados.

Caso não sejam tomadas medidas (e a simples colocação de alguns quilos de cal-viva é manifestamente insuficiente) poderá acontecer uma tragédia possivelmente maior da que neste momento ocorre na barragem do Maranhão.

Imagine-se só os problemas para a saúde pública que poderão significar o reaparecimento de toneladas de restos de peixes mortos à mesa nas águas da região, ou o possível contágio de lençóis de água subterrâneos nos locais onde estão as valas com peixe enterrado.

A Câmara Municipal de Avis e a Liga para a Protecção da Natureza têm exigido a incineração do peixe morto, mas até agora nada conseguiram.

A Câmara pediu mais um metro de altura para este muro que sustém as águas antes da barragem. Não foi atendida nesse pedido que significaria mais uns milhares de hectolitros na albufeira e a possibilidade de salvar mais peixes

As «vacas magras» pós-6 de Outubro

Durante a recente campanha eleitoral, o discurso público de Cavaco Silva e os documentos de propaganda do PSD apresentavam a realidade socioeconómica do País e dos portugueses como um mar de rosas, pejado de velas ufanas abertas às brisas suaves (pois nem ventanias existiriam neste rectângulo à beira-mar plantado), sem quaisquer escolhos que dificultassem o avanço seguro e sereno da nau nacional pela rota do «sucesso».

Leituras diferentes da realidade nacional - assinalando os escolhos, mostrando a fragilidade das velas e os rasgões que muitas delas ostentavam, apontando para os perigos de alguns vendavais que se aproximavam e demonstrando que a rota escolhida pelo homem do leme laranja visava o interesse mercantil de algumas naus particulares mas inviabilizava um efectivo sucesso da nau nacional - foram permanentemente apelidadas de atitudes de despeito, ditadas pela incapacidade das oposições, e em particular do PCP, de enfrentarem e protagonizarem a «epopeia» das novas descobertas deste final do século XX.

A permanência de elevadas taxas de crescimento económico nos anos vindouros estaria garantida, a baixa das taxas de juro e a redução dos impostos sobre os cidadãos seriam o resultado automático de uma nova maioria cavaquista, o pleno emprego era já um facto, ninguém poderia duvidar que as pensões e reformas mais baixas igualariam o montante do salário mínimo ou que a redução do horário máximo de trabalho para 40 horas semanais seria objecto do primeiro decreto-governamental pós-eleitoral, num descarado desfiar de promessas sem fim.

A partir da madrugada de 7 de Outubro tudo isto se alterou nas hostes cavaquistas. O discurso de Cavaco Silva e dos seus mais próximos seguidores - daqueles (poucos) a quem permite que falem em público - passou a centrar-se em torno das **dificuldades**.

O discurso das facilidades deu lugar ao discurso das dificuldades, as promessas e os sofismas pré-eleitorais foram substituídos pelas realidades e pelos verdadeiros desígnios da política laranja, o filme do «país das maravilhas» foi submergido por imagens do país real.

A própria RTP, sempre subserviente aos interesses cavaquistas, promoveu alguns debates - que antes das eleições impediu - para dar público e «consensual» reconhecimento de que as dificuldades e os perigos existiam.

E a realidade, agora não desmentida, aí está para confirmar a justeza das análises do PCP sobre a verdade económico-social do País e o fundamento para os alertas sobre os riscos e perigos de uma nova maioria do PSD.

O crescimento da produção nacional desacelera substancialmente, desmentindo de forma categórica a

propaganda de Cavaco Silva de que Portugal estaria a aproximar-se do pelotão da frente da CEE. O Banco de Portugal, que ainda há pouco tempo tinha reduzido de 4 para 3% a previsão de crescimento do PIB em 1991, põe já sérias reservas a que mesmo esta última (e baixa) taxa de crescimento possa vir a ser atingida.

O défice das trocas comerciais com o estrangeiro continua a aumentar, mas as razões que agora fundamentalmente o determinam são bem mais perigosas que anteriormente. Não é já o crescimento das importações (justificadas pelo aumento do investimento e/ou do consumo) o responsável pela degradação da balança comercial, mas essencialmente a diminuição real (e mesmo nominal!) das exportações portuguesas. O sofisma laranja do défice «virtuoso» desmorona-se por si próprio.

A desaceleração do crescimento económico, a diminuição das exportações nacionais e o elevado (e especulativo) nível das taxas de juro do crédito interno, agravam fortemente a crise que se abate sobre alguns sectores da actividade produtiva (têxteis, agricultura,...) e põem em causa a sobrevivência de muitas empresas portuguesas.

E não apenas das pequenas empresas. Mais de metade das empresas cotadas no mercado oficial da Bolsa de Valores registam um decréscimo da sua actividade e são já diversas as empresas que, tendo sido oficialmente consideradas económica e financeiramente sólidas para procederem a emissões públicas de empréstimos obrigacionistas, se mostram agora incapazes de pagarem os respectivos juros e, muito menos, as amortizações a que se comprometeram.

O até há pouco apregoador rigor na condução das finanças públicas e o permanente desmentido do aproveitamento, pelo Governo de Cavaco Silva, dos dinheiros públicos com objectivos eleitoralistas, são agora pudicamente calados, face às «fugas de informação» que trazem para o cabeçalho dos jornais a notícia da existência de um buraco de 130 milhões de contos no Orçamento de Estado.

Buracos orçamentais, dificuldades da actividade económica, das exportações e das empresas, necessidade de redução da inflação, etc., que começam já a ser brandidos pelas hostes do PSD, incluindo neófitos ministros do Governo de Cavaco Silva, como factos que «justificam» o não cumprimento de promessas eleitorais e a necessidade de «austeridade» nos salários (controlando-os a um baixo nível), nos impostos (aumentando o nível real de fiscalidade) e nas despesas sociais (contraindo-as).

A promessa eleitoral de aproximação do valor mínimo das pensões e reformas ao do salário mínimo



OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão Política

A partir da madrugada de 7 de Outubro o discurso de Cavaco Silva e dos seus mais próximos seguidores - daqueles (poucos) a quem permite que falem em público - passou a centrar-se em torno das **dificuldades**.

(com que Cavaco Silva tentou caçar o voto de muitos milhares de idosos) foi completa e descaradamente esquecida. A montanha da promessa eleitoral pariu um rato de aumentos entre os 12% e 14%, que mal dão para acompanhar a taxa de inflação, e mantém a nível inaceitável os recursos financeiros de quase dois milhões de portugueses.

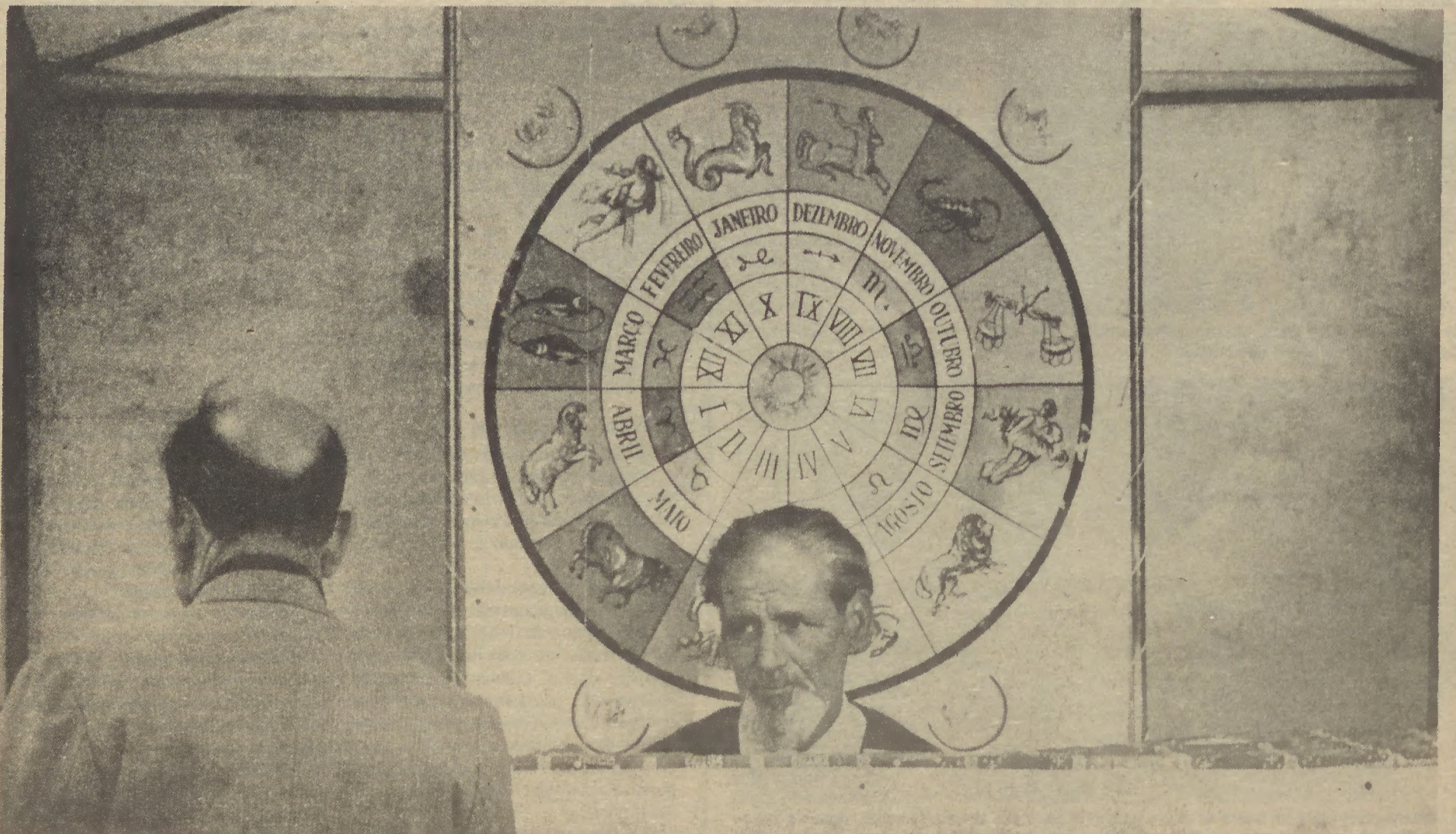
Antes das eleições de 6 de Outubro, quando o PCP denunciava os despedimentos que estavam na forja e os efeitos daí resultantes para os trabalhadores, o Governo e o PSD desmentiam e os órgãos de informação social calavam ou, na melhor das hipóteses, mostravam-se cépticos.

No dia 7 de Outubro, como que por encanto, o anúncio pelos jornais de casos concretos de despedimentos colectivos passou a ser «normal», e o número de trabalhadores despedidos ou em vias de despedimento rapidamente atingiu alguns milhares, só em despedimentos colectivos anunciados.

Para nós, para os comunistas, estas realidades não são novidades, eram conhecidas e previsíveis. Mas para muitos portugueses só agora elas começam a ser visíveis, só agora começarão a ter consciência da forma despudorada como foram eleitoralmente manipulados. Mas esse facto só pode estimular-nos a impor ao Governo e ao PSD (nas empresas, nos campos ou nas instâncias políticas) o confronto permanente da sua prática política com as suas promessas eleitorais, e a continuarmos a luta pelo projecto do PCP para Portugal, em favor de um País mais próspero e de uma sociedade mais justa e solidária, para combatermos as desigualdades e as crescentes exclusões sociais.

Dir-se-á que, nas novas condições, essa luta não será fácil.

Mas alguma vez o foi?



A Revolução de Outubro

Refiro-me em primeiro lugar à dramática evolução da situação na URSS, precisamente a pátria de Outubro, de Lénine, do Partido Bolchevique, da primeira revolução socialista vitoriosa, dos «10 dias que abalaram o mundo» abrindo de facto uma nova época histórica no desenvolvimento da humanidade. Refiro-me também ao novo contexto internacional negativamente marcado pelos recuos e derrotas do socialismo na URSS e na Europa de Leste, pelo avanço das forças da reacção e do imperialismo e por uma gigantesca campanha contra os valores e os ideais do socialismo.

Quem podia prever que 74 anos depois, as gloriosas jornadas de 7 de Novembro de 1917 deixassem de ser celebradas na URSS como um acontecimento maior da história dos povos deste grande país? Que tal acontecimento e os generosos ideais que o determinaram se tornassem objecto de uma tão ampla e sistemática campanha de denegrimiento na própria «pátria do socialismo»? Que na URSS tenham ascendido a posições dominantes a nível do poder político forças que, negando méritos, conquistas e realizações de valor histórico, trabalham para desmantelar o socialismo e restaurar o capitalismo? Que o próprio Partido Comunista - a força política de vanguarda que dirigiu a insurreição popular anticzarista, conduziu o processo pioneiro de edificação de uma sociedade e (perante atrasos, erros e gravíssimas deformações do ideal socialista) se propôs com a «perestroika» renovar e reestruturar o socialismo - tenha sido ilegalizado, desapoassado, efectivamente desmantelado? Que a URSS, grande potência mundial, socialista e solidária, se encontre hoje em processo de desagregação com tudo o que isso significa de negativo para a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e para a própria paz mundial?

Há precisamente um ano, a saudação enviada pelo nosso Partido ao Comité Central do PCUS, ao mesmo tempo que valorizava o imenso património histórico da Revolução de Outubro formulava votos pelo «pleno êxito na luta pela rápida superação das actuais dificuldades e pela realização dos objectivos revolucionários da «perestroika» de modo a defender, renovar, reforçar e dar um novo impulso ao desenvolvimento humanista do socialismo no país dos Sovietes, dando uma nova e vigorosa contribuição à luta pela causa do progresso social, da paz e do socialismo».

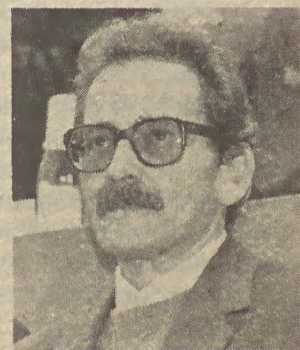
Não foi entretanto neste sentido que evoluíram os acontecimentos. A situação de profunda crise económica, social, política e ideológica que se vivia na URSS, aprofundou-se. O processo contrarrevolucionário que já então se desenvolvia à sombra e em confronto com o processo revolucionário da «perestroika» (que entretanto se enfraquecia) teve novos e perigosos desenvolvimentos. Com a derrota/fracasso do golpe de Estado de Agosto as forças antisocialistas e obscurantistas deram um enorme salto em frente, assenhorearam-se de posições determinantes a nível do poder político, vibraram um duro golpe no PCUS, imprimiram à evolução da situação na URSS uma orientação abertamente antisocialista.

Não podemos hoje saudar o PCUS, mas tal como já havíamos feito no documento saído da reunião do CC de 29 de Agosto, saudamos e expressamos a nossa solidariedade aos milhões de comunistas sinceros e devotados à causa dos trabalhadores e do socialismo na URSS, certos de que prosseguirão a sua luta pelos generosos ideais da revolução de Outubro e acabarão por reconstruir de forma renovada o seu Partido Comunista.

*

O caminho percorrido desde Outubro mostrou que o processo de edificação de uma nova sociedade guia-

O que de verdadeiramente grande a História registará será seguramente o que faz avançar (e não recuar), o que surge de inovador (e não o retrocesso), o que abre mais espaços de liberdade e fraternidade (e não o que os fecha)



ALBANO NUNES
Membro
da Comissão Política

da pelos ideais humanistas da classe operária, liberta de todas as formas de exploração, opressão e alienação, é bem mais difícil, complexo e demorado do que supúnhamos. Mostrou a extraordinária dificuldade de, após milénios de sociedades assentes na exploração do homem pelo homem, forjar estímulos mais poderosos à produtividade do trabalho que permitam vencer o capitalismo nas condições de aguda confrontação e competição dos sistemas. Mostrou que tal processo, pela sua própria natureza pioneira, não só comporta experiência e descoberta como não está ao abrigo de graves erros e mesmo de dramáticos



fenómenos de degenerescência. Confirmou os perigos da dogmatização da teoria marxista-leninista, da perda de contacto e sintonia do Partido com as massas, de subestimação da democracia como elemento essencial constitutivo do poder popular socialista. O socialismo tem de ser em todas as suas etapas obra criativa e empenhada das próprias massas trabalhadoras.

Como temos insistido sobretudo após o nosso XIII Congresso, tudo isto tem de estar presente nas lições a extrair da dramática situação a que chegou a URSS e dos trágicos recuos e derrotas do socialismo na Europa do Leste, sem que isso leve a subestimar a necessidade de uma profunda reflexão sobre o próprio processo da «perestroika» e a deixar de questionar sobre que erros e mesmo que fenómenos de degenerescência se terão verificado neste processo que conduziram a resultados opostos aos que o PCUS se tinha proposto alcançar.

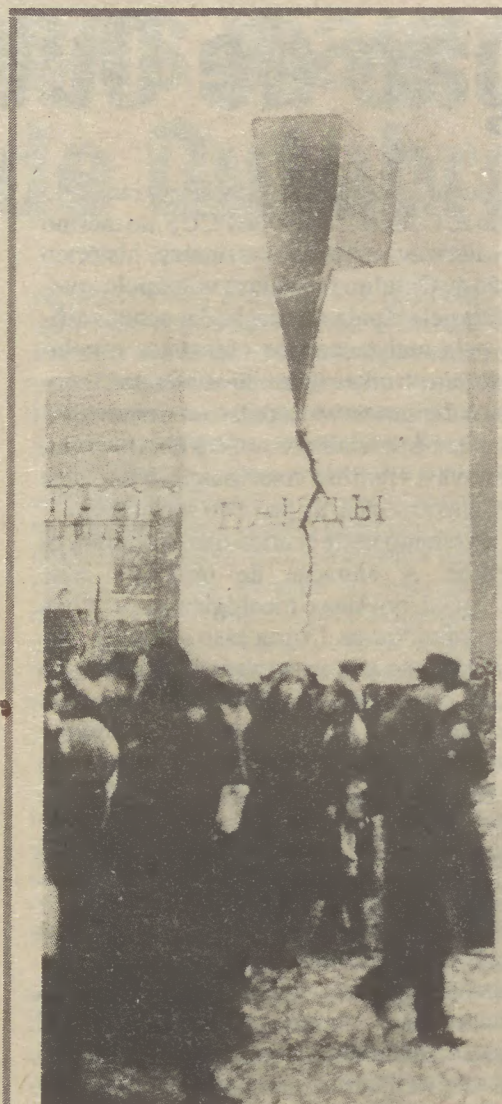
Nada autoriza porém a pôr em causa os ideais comunistas que em Outubro ganharam e conduziram à vitória as massas exploradas da velha Rússia czarista, nem a possibilidade da sua realização prática. O socialismo não é apenas um ideal, uma aspiração de liberdade, justiça e igualdade social que brota do carácter injusto e desumano da sociedade dividida em classes antagónicas. Não é apenas um movimento de luta e transformação da sociedade. O socialismo, como nova formação económica e social assente na propriedade social dos principais meios de produção e no poder dos trabalhadores é uma necessidade histórica basicamente determinada pelas exigências do progresso que as relações de produção capitalista travam.

Nem as extraordinárias dificuldades surgidas no processo da sua concretização nem a afirmação pelo capitalismo de potencialidades de desenvolvimento que, apressadamente como se vê hoje, se consideravam esgotadas, põem em causa esta tese marxista fundamental.

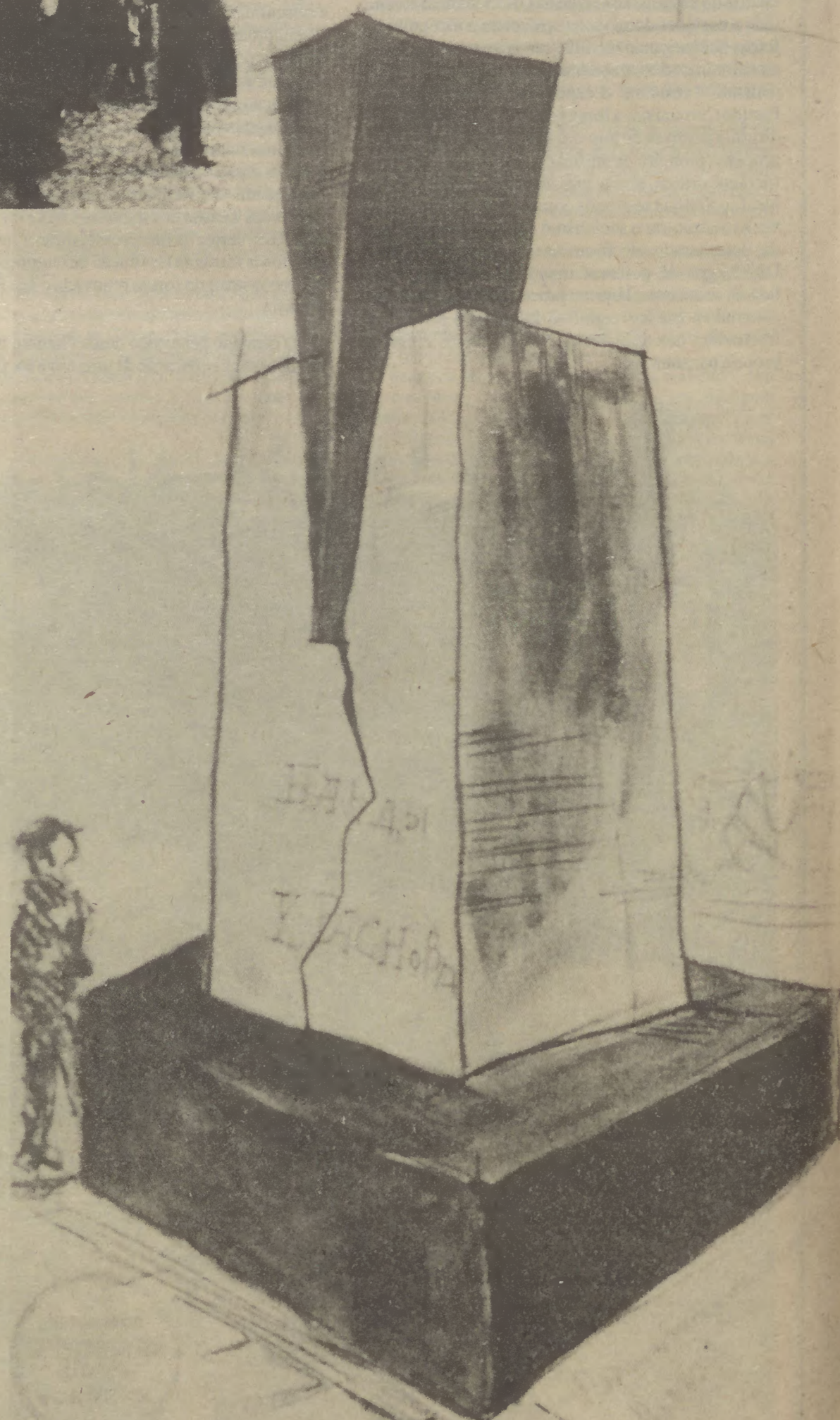
A evocação do 7 de Novembro não é para nós, comunistas portugueses, fruto de um qualquer ritual saudosista mas o reconhecimento da enorme importância e significado histórico da Revolução de Outubro, não apenas para os povos da URSS, mas para toda a humanidade. Importância e significado que entendemos fundamental valorizar contra ventos e marés, face ao triunfalismo arrogante dos que, sem se atreverem ainda a negar o valor dos seus ideais, proclamam entretanto a sua inviabilidade prática, incitam ao conformismo para com o «estado de coisas existente», procuram desviar o movimento operário e comunista para o leito inconsequente do reformismo que Lênine tão firmemente combateu.

Evocamos o passado voltados para o presente e para o futuro, procurando aprender com a experiência e as lições da vida para prosseguir a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo sempre com maior eficácia e renovada confiança e determinação.

Sim, é necessário avaliar o caminho percorrido, é necessário extrair da Revolução de Outubro e de todo o percurso de mais de 70 anos de socialismo todas as experiências e ensinamentos que comportam. Do bom e do mau, do heroico e do trágico, das vitórias e derrotas. Com os graves desenvolvimentos da situação na URSS e no Leste da Europa, os comunistas e os progressistas de todo o mundo estão confrontados com problemas de dimensão histórica no domínio da teoria e da prática revolucionária cujas respostas não são simples, exigem e exigirão tempo, estudo rigoroso, reflexão e exame colectivo, no qual o PCP está profundamente empenhado com a sua contribuição própria.



À esquerda, em cima, foto do monumento «A canha vermelha» concebido por Nikolai Kolli e erguido em Moscovo na Praça da Revolução em Outubro de 1918 para o primeiro aniversário. Em baixo, o primeiro esboço de Kolli para o monumento. Em cima, o esboço em quadrícula de Vladimir Labodov a partir do qual foi pintado o enorme painel que decorou, também em Outubro de 18, a Praça do Povo, em Leningrado. À direita, uma das raras fotografias da época mostrando os pintores Ilya Mashkov, Andrei Goncharov e G. I. Lazarov frente ao painel Voevobuch executado para as comemorações moscovitas do segundo aniversário da Revolução



Em Outubro de 1918, Anatoly Lunacharsky, o Comissário do Povo para a Educação Pública do governo saído da Revolução de Outubro fazia-se eco do apelo lançado por Maia Kosky: «Façamos das praças as nossas paletas, das ruas os nossos pinceis». Era o início de um dos mais apaixonantes processos de criação e debate artísticos da História da humanidade em que se entrecruzariam o radicalismo que defendia a existência de uma cultura proletária que deveria enformar toda a acção cultural do novo Estado soviético e os que - como Lênine - a este radicalismo opunham a visão humanista da herança pelo novo mundo criado pelo acesso de camponeses e operários ao poder político de todo o património de beleza criado por milénios de vida do Homem. O entusiasmo revolucionário dos primeiros anos da Revolução viu, por outro lado, florir manifestações artísticas e ela profundamente ligadas e que mobilizaram pintores, escultores, arquitectos, tal como músicos, escri-

tores, encenadores, incluindo Maia Kosky, Tatlin, Rodchenko, Stepanova, Rozanova, Vesnim.

Um dos traços mais interessantes desta actividade foi a intervenção ao nível dos grandes espaços urbanos e que se manifestou nas numerosas propostas de novos monumentos, tal como na criação de obras percíveis ligadas a comemorações e grandes manifestações de massas.

Tal como noutros aspectos da Revolução de Outubro, a evolução após a primeira década da Revolução viria a ser marcada pelas dificuldades do isolamento, da agressão nazifascista e suas destruições, tais como pelos problemas ideológicos e políticos do estalinismo.

Mas, como em tudo o resto, o devir complexo e contraditório da primeira revolução socialista do mundo não retira uma linha à apaixonante aventura criadora daqueles que, também na arte, se lançaram à criação de um mundo novo e para ele deixaram, já, obra feita

Entretanto a vida não pára. A luta de classes não é posta entre parêntesis. As derrotas do socialismo não tomam menos injusto e desumano o capitalismo, antes pelo contrário estimulam a sua natureza exploradora e opressora. A solidariedade internacionalista sofre um golpe duríssimo cujas consequências se fazem já sentir tão dramaticamente como em Cuba socialista; mas arrancando das contradições objectivas no terreno social, a luta dos trabalhadores e dos povos pela liberdade, a democracia, a independência nacional e o progresso social poderá ter de retroceder e descobrir novos caminhos, mas não se deterá no seu curso libertador.

O imperialismo e em particular o imperialismo norte-americano sonham com uma «nova ordem internacional» talhada à medida dos interesses egoístas do grande capital, tomam iniciativas visando a sua concretização. Depois de repetidas tentativas para destruir o socialismo na URSS (a invasão das 16 potências na sequência da Revolução, a agressão nazifascista, a chantagem nuclear) crêem ter finalmente diante de si a possibilidade de impôr ao mundo o seu domínio incontestado. E de todos os enormes recursos à sua disposição talvez que o mais perigoso se situe no terreno da luta das ideias, designadamente na tentativa de irradiar da consciência do movimento operário, do movimento de libertação nacional e demais forças progressistas tudo quanto a Revolução de Outubro (e com ela os ideais comunistas que a guiaram e as grandes realizações económicas, sociais e culturais a que deu lugar) representou para as profundas transformações revolucionárias que marcam o século XX.

Os comunistas, os revolucionários, todos quantos estão realmente comprometidos na luta pela transformação progressista da sociedade, não podem deixar de sentir profunda inquietação, tristeza e mesmo amargura pela situação na URSS setenta e quatro anos passados sobre as heroicas jornadas de 7 de Novembro. Não foram porém os ideais de Outubro que fracassaram, mas o afastamento e o afrontamento desses ideais. Não foi por acaso que o processo revolucionário da «perestroika», que tão entusiasticamente saudámos, foi desencadeado pelo PCUS sob palavras de ordem como «todo o poder aos soviets», «regresso a Lênine» e outras directamente vinculadas com a Revolução de Outubro e com os primeiros anos do poder soviético.

Sim, há motivos de inquietação e de tristeza. Mas são bem mais numerosos os motivos de legítimo orgulho revolucionário e de confiança no triunfo do nosso ideal comunista.

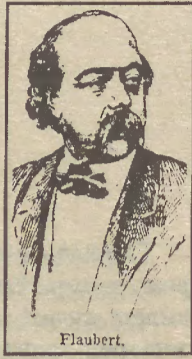
O processo revolucionário de libertação dos trabalhadores e dos povos é irregular, acidentado, comporta avanços e recuos, vitórias e derrotas. Estamos hoje confrontados na URSS com recuos e derrotas de grandes proporções. Mas o que de verdadeiramente grande a História registará será seguramente o que faz avançar (e não recuar), o que surge de inovador (e não o retrocesso), o que abre mais espaços de liberdade e fraternidade (e não o que os fecha). O que sempre se inscreverá na História em letras de ouro não serão os actos das forças antisocialistas que hoje comandam o rumo procapitalista dos acontecimentos na URSS, mas a acção ousada, corajosa do Partido de Lênine que, com a classe operária e os povos da velha Rússia, empreendeu a construção de uma nova sociedade, livre da exploração e da opressão do homem pelo homem.

O marxismo na História e no quotidiano

■ Sérgio Ribeiro

«Para subir a corrente, como bom nadador, é preciso que do occipital até aos calcanhares o corpo esteja ao longo da mesma linha. Faz-se como o sapo, abrindo e fechando os membros em toda a sua extensão, cabeça baixa e dentes cerrados.

A ideia deve fazer o mesmo através das palavras. E de nada vale esbracejar, espadeirando à direita à esquerda, porque não se avança uma polegada e, além disso, cansa.»



Flaubert.

Esta citação não foi por mim escolhida, em primeira mão, nem é literal a tradução que fiz do texto francês.

Texto que é de Gustave Flaubert, em carta dirigida a Louise Colet e datada de 18 de Dezembro de 1853.

Li aquilo que acima transcrevi em tradução um pouco livre, mas procurando ser fiel, com frase de abertura à «introdução geral» do recentemente editado livro de Jacques Nagels que traz o título **Du socialisme perversi au capitalisme sauvage**, e logo me assaltou uma vontade enorme de espalhar esta frase aos quatro ventos, e mais ainda pelos nossos quatro cantos.

No entanto, essa vontade de transmitir a outros o que me impressiona assalta-me tantas vezes - e tanto é o que me impressiona... por me parecer reflectir a realidade ou o seu contrário! - que me peço um pouco de autodisciplina, nem sempre bem sucedida, para evitar em permanente acto de escrita, não digerindo o lido, preferindo outras, e novas, e indispensáveis leituras.

Neste caso, se tivesse logo trazido para estas páginas (ou outras) aquele pequeno trecho de Flaubert, como de imediato me surgiu o apelo, esse tempo a passar à escrita, e a outros/leitores!, o que tão sugestivo e pertinente me pareceu, teria adiado, por pouco tempo que tivesse sido, a continuação da leitura do livro de Nagels.

Teria adiantado uns dias à divulgação e ao comentário sobre a necessidade de, não perdendo a referência do fio de prumo que nos diz se o occipital se mantém na mesma linha dos calcanhares, sermos, capazes de baixar a cabeça para distinguir o essencial do aparente e, serrando os dentes, avançar contra a corrente.

Não o fiz, mas não me vanglorio desse (não) feito, pois só de meio «sucesso» se trata. É verdade que entrei pelo livro de Nagels dentro, as páginas foram sendo coloridas do amarelo transparente e de notas à margem, e é verdade que melhor entendo a razão de ser da escolha, pelo autor, de tal citação de Flaubert.

Mas é um facto que não resisto, a meio do livro, a uma paragem para aqui trazer Flaubert e... Nagels em primeira (meia) leitura.

Para além do que isso revelará de incorrigibilidade, que pouco interessará a outros, e menos ainda a eventuais outros/leitores, serve de oportu-

nidade para afirmar quanto o livro de Nagels me parece importante.

Desde logo porque, ainda nessa introdução geral, nos diz que a sua análise foi feita e o seu livro escrito com a «cabeça baixa» e de «dentes cerrados» porque «nada do que se passa a Leste, nada do que respeita ao socialismo, seja ele perverso, me é indiferente». E não me parece que abunde, pelo menos por certas paragens, esta abordagem «do que se passa a Leste», «do que respeita ao socialismo», que obriga a baixar a cabeça e a cerrar os dentes mas a não perder a verticalidade, cada vez mais indispensável por certas paragens.

**

O livro de J. Nagels escora-se na tese de que o «sistema socialista» atravessa o processo de destruição que se conhece por se ter construído sobre um modelo baseado em três monopólios - o monopólio político, o monopólio económico e o monopólio ideológico -, que, por não ter sido capaz de se reformar, perverteu o socialismo provocando a transição para um regime económico a que o autor chama capitalismo selvagem.

Não estamos perante um livro que apela à empatia. Exige, sim, acompanhamento e reflexão conjunta. Sendo um livro muito bem documentado, sobretudo a partir da experiência polaca, não será esta primeira (meia) leitura, apesar da atenção e do cuidado com que está a ser feita, que possibilitará um comentário crítico nascido das notas que se vão tomando, umas de acordo, outras de dúvida, algumas de clara discordância.

O que venceu a difícil disposição de ir avançando com a leitura, reservando o eventual comentário para mais tarde, foi uma parte do capítulo IV - **Les «trois M» egrugés** - com o título «O Partido-seita». A leitura dessas três páginas é daquelas que, tal como o trecho inicial de Flaubert, obriga a reagir. Reacção que não admite esperas e adiamentos, ou que, pelo menos, serve de justificação para parar a leitura e vir a terreiro.

O aspecto que mais relevante me parece é o da caracterização de um processo que fez com que partidos comunistas que aderiram ao que um autor polaco (Kalokowski), em 1958, chamou **socialismo ético**, se tivesse transformado em Partidos-seita ao serviço do **socialismo perverso**, ou melhor: que se foi perverso. Esse processo passaria por uma certa leitura de Marx que permite cair no economicismo, no determinismo, na ineluctabilidade

histórica, ao mesmo tempo que o exercício do poder o esvaziava de valores éticos e alterava, no fundamental, o tecido das relações entre os membros do Partido, e deste com o exterior.

Queria sublinhar que a noção de socialismo ético se escora na existência de um certo número de valores, valores que deveriam enformar essas relações entre os membros do partido e ser o reflexo deste para o exterior. A passagem a partido-seita corresponde a um esvaziamento do partido desses valores.

A assnpção da ineluctabilidade histórica é questão da maior importância neste processo, e o que representa de perversão do pensamento marxista comprova-se na afirmação do próprio Marx de que os homens criam a sua própria história. E essa história é não só a que se escreve com H, como a que, por vezes, para melhor se dimensionar, se traduz por **estórias** e são a história do quotidiano de cada um e de todos nós.

É significativo que Nagels vá buscar ao livro de memórias do dirigente comunista belga Jean Blume uma passagem em que este, a propósito das relações humanas na redacção do jornal **Drapeau Rouge**, falava da dolorosa passagem da fraternidade ao respeito (acrítico) pela hierarquia, da igualdade ao servilismo, da liberdade de reflexão ao mimetismo. São valores como os da fraternidade, da igualdade e da liberdade de reflexão que têm de ser preservados para que não se perca o que define um socialismo ético (e partidos éticos) e se não dê lugar a partidos-seita e a socialismos perversos.

Por outro lado, a título individual, quando se tem da actividade política (também) uma dimensão afectiva, que se resumiria numa frase como «**gostar dos outros**», a pertença a um partido em que esses valores se traduzem na procura de **um viver melhor para todos** tem de ser coerente com a prática quotidiana desses mesmos valores, a começar no relacionamento entre os membros do próprio partido.

Por isso, dificilmente se coexiste com um ambiente e um relacionamento em que os camaradas passem a colegas, em que a fraternidade seja substituída pela competição, em que a ajuda mútua perca em favor da desconfiança e da vigilância, em que se privilegie a imagem exterior ao bom relacionamento interno, em que o trabalho colectivo ceda o lugar à luta pelo poder, mesmo que nos perguntemos de que poder se trata.

Para que não haja dúvidas: não estou a atirar carapuças ao ar à espera que alguém as enfie. Se algumas das carapuças parecem «à medida», quero afirmar o orgulho de pertencer a um partido que preserva valores e defende princípios, desde sempre seus, valores e princípios que procura conformar em projecto de sociedade adequado à realidade sempre em mudança - e por vezes com que acelerações... O que não é nada fácil, o que custa caro, particularmente quando as correntes são contra ou de viés.

**

O livro de Nagels, se outros estímulos não me tivesse trazido, muito já me teria ajudado com estas páginas que me precipitaram na escrita. Mas tem mais. Tem uma abordagem, por vezes magoada, de um pedaço da nossa História contemporânea feita por um marxista e assumindo o marxismo sem titubeios e com grande procura de rigor.

E evidente que há quem, para «conhecer o marxismo» e, quiçá, para poder dizer que o marxismo morreu com Marx, prefira outras leituras que não as de quem, sendo marxista, procura estudar as práticas que no marxismo se inspiram, sejam elas no nosso pequeno quotidiano, sejam elas na dimensão histórica de um sistema que se construiu, se perverteu, se descontrói. Desses estudos, dessas análises, como a de J. Nagels, nasce a força para dizer que o marxismo está bem vivo e vencerá correntes e marés.



A Velha Ordem Doméstica na crise norte-americana

■ Miguel Urbano Rodrigues

«Contra quem se estão a armar agora ideológica e militarmente os EUA?» A pergunta foi formulada por Andrew Rosenthal no «The New York Times», após diálogos com Bush na residência de Verão do Presidente, em Kennebunkport, no Maine.

Foi uma pergunta oportuna. O autor antecipou a resposta recorrendo a uma citação do deputado Lee Hamilton: «Devemos começar a definir uma base intelectual para o papel dos EUA no mundo. Uma lógica que o povo entenda e apoie e em torno da qual possa forjar-se um consenso, tal como aconteceu com a luta contra o comunismo».

A pergunta e a resposta são esclarecedoras da perplexidade quase angustiada que alastra pela *intelligentsia* conservadora norte-americana. Falta um inimigo e isso assusta...

A guerra do Golfo e os acontecimentos de Agosto na URSS deveriam, na lógica do *establishment*, ter escancarado aos EUA a porta do paraíso. Mas isso não aconteceu. A recessão prossegue, o povo norte-americano encara o futuro imediato com inquietação e sentimentos de insegurança e frustração aumentam no corpo social. O projecto de Nova Ordem Internacional ideado pelo presidente Bush está a desenvolver-se como prólogo de uma Nova Desordem Internacional e o povo constata que a Casa Branca não apresenta soluções para as mazelas da Velha Ordem Doméstica.

*
* *

Influente analistas políticos admitem que George Bush subestimou os efeitos psicológicos da sua proposta de desarmamento nuclear parcial. As palavras do presidente dinamizaram o debate à volta dos custos da hegemonia mundial dos EUA, meta da administração.

Não é a atitude soviética que suscita preocupações. Gorbachov já foi mais longe do que Bush na defesa do desarmamento. Mas Mikhail Gorbachov é olhado hoje como presidente de um Estado que deixou de ter existência real. Ninguém o leva a sério.

A tese defendida por Bush incentivou no seu país um aparente conflito de capital financeiro. Peter Drucker, economista prestigiado, pôs o dedo na ferida ao salientar em polémica entrevista à «New Perspectives Quarterly» que a economia transnacional é cada vez mais modelada pelos fluxos do dinheiro e não pela produção de bens e serviços. Os factores tradicionais da produção — terra, trabalho e capital — já não bastam para garantir a uma nação a vantagem.

A actual conjuntura é transitória, mas não pode prolongar-se sem graves perigos para os EUA. Um país cuja indústria é cada vez menos competitiva, um Estado que precisa desesperadamente de capital estrangeiro para tapar os défices do orçamento federal e da balança comercial carece a médio prazo de condições para sustentar as suas pretensões a uma duradoura hegemonia mundial.

A força e a fraqueza dos EUA aparecem como indissociáveis de um poder militar que funciona como calcanhar de Aquiles da grande república. Sem desmilitarização da economia a crise não tem saída, mas simultaneamente o complexo militar-industrial emerge no corpo da sociedade como fortaleza intocável.

Aos analistas económicos do «Wall Street Journal» e da «Business Week» não passou despercebida a advertência indirecta vinda do próprio Fundo Monetário Internacional. Falando em Bangkok, a 10 de Outubro, Michel Camdessus, o presidente do FMI, condenou os gastos militares improdutos. Em crítica endereçada aos países ricos que investem anualmente uma elevada percentagem do seu PIB na produção de armas e equipamentos militares,

Camdessus lembrou que para bem da humanidade deveriam cortar nessas despesas pelo menos uns 240 mil milhões de dólares «para estimular o desenvolvimento económico e social do mundo».

O recado principal foi tão transparente que o Conselho Empresarial dos EUA — organismo de que fazem parte os presidentes das 100 maiores empresas daquele país — emitiu um documento em que pede ao governo federal medidas que facilitem a infusão de dinheiro nos sectores produtivos da economia civil.

Essa tomada de posição contribuiu para o aprofundamento da polémica que vinha a desenvolver-se no Congresso e na própria administração à volta das despesas militares.

Os gigantes do complexo militar-industrial reforçaram as pressões junto do Senado e da Câmara dos Representantes no sentido de preservar os critérios vigentes na elaboração do Orçamento de Defesa. Simultaneamente, políticos e organizações liberais ampliaram a campanha que visa uma redução drástica dos gastos militares, por os considerar incompatíveis com o interesse da nação.

A Brookings Institution — organismo de prestígio nacional — aproveitou a oportunidade para acusar o Pentágono de impor uma estratégia de despesas concebida para a época da guerra fria. Na sua opinião, o Departamento de Defesa «identifica as mesmas crises potenciais nas mesmas regiões do mundo», insistindo numa política que pode inclusive conduzir a um agravamento do orçamento militar que atinge actualmente os 300 mil milhões de dólares.

A derrocada do Estado Socialista na URSS e o desaparecimento do «papão comunista», que funcionava como pretexto para colossais gastos militares, não afectou, contudo, sensivelmente os florescentes negócios do complexo militar-industrial. Presentemente, 20 milhões de trabalhadores americanos dependem das indústrias de guerra. Esse simples facto é um instrumento de chantagem política. Os negócios do complexo são, aliás, tão pouco claros que 40% das compras da União na área das telecomunicações e na aeroespacial escapam ao controlo público (1).



A participação do complexo militar-industrial na produção global é tão elevada que o Conselho Empresarial dos EUA adopta uma atitude ambígua. Por um lado, pronuncia-se pela desmilitarização da economia; por outro, manifesta o temor de que «cortes nas encomendas militares, debilidades no sistema financeiro e despedimentos no sector de serviços» possam prejudicar o crescimento económico em 1992 e, portanto, atrasar o fim da recessão.

O Presidente faz a apologia do desarmamento, mas as posições que defende no tocante à sua concretização levaram já alguns analistas a concluir que a política de desnuclearização da Casa Branca é um perigo, na medida em que ameaça fazer a fortuna de alguns dos maiores clientes do Pentágono, nomeadamente a Rockwell International, a Boeing, a Westinghouse, a General Dynamics e a Raytheon. Na prática o Governo está vocacionado apenas para desviar recursos de uma área para outra e não para reduzir as despesas. Segundo uma análise da AP-Dow Jones «a proposta do Presidente tende a estimular o complexo militar-industrial, de modo a que seja menor mas mais eficiente, de acordo com a reestruturação em curso em algumas empresas».

O que está em causa não é o volume do dinheiro a gastar, mas o tipo de armas a serem adquiridas pelo Pentágono, em função de conflitos futuros. O texto da AP-Dow Jones é muito claro: «os objectivos da Administração apontam para o distanciamento progressivo das armas nucleares em benefício das convencionais, ou seja, das utilizadas na guerra do Golfo».

*
* *

Os factos demonstram que se acentua a contradição entre as palavras do Presidente e os actos do seu Governo. O fim da recessão foi muitas vezes anunciado nos últimos meses e outras tantas desmentido.

Enquanto no mundo a Nova Ordem Internacional adquire os contornos de Nova Desordem Internacional, o Governo Bush deixa transparecer uma incapacidade real de encontrar soluções credíveis para os problemas que se acumulam e ameaçam desembocar numa crise global da sociedade norte-americana na viragem do século. Os défices — do Orçamento e da balança comercial — persistem. A dívida externa aumenta, ultrapassando largamente os 600 mil milhões de dólares. A banca e a indústria estão doentes. O consumidor não recuperou a confiança.

Não menos preocupante é o facto de a desmilitarização da economia esbarrar com obstáculos que a imprensa qualifica de intransponíveis. A redução das Forças Armadas foi até agora inexpressiva, mas as centenas de milhares de futuros desmobilizados não encontrarão empregos na previsão do «The New York Times» (2).

O *establishment* continua a aplaudir as promessas do Presidente sobre a paz e o desarmamento. Mas são aplausos de fachada. O Conselho Empresarial dos EUA, em atitude bem mais significativa, acaba de tornar pública a sua inquietação com as consequências prováveis dessa política. Teme o aprofundamento da crise se «os legisladores começarem a desviar os dólares da Defesa para os programas sociais». Tudo, excepto permitir que o Estado suavize a situação de dezenas de milhões de pobres e retome o espírito social de Roosevelt.

As realidades da Velha Ordem Doméstica prevalecem sobre as esperanças ingénuas suscitadas pela mítica Nova Ordem Internacional de Bush.

(1) Guillermo Castro, «Los conflictos del desarme», in «El Día Latino-americano».

(2) Leonard Silk, in «The New York Times», 10 de Outubro p.p.

John Major: «Só convoco eleições quando souber que as ganho»

Finalmente, medidos todos os prós e os contras, os conservadores recuaram e John Major, o eterno indeciso, não anunciou a data das eleições gerais britânicas. Todo este país sabe porquê — é que o primeiro-ministro, pura e simplesmente, tinha a certeza de que sairia vencido. Pode chamar-se a isto uma democracia, quando só se convocam eleições desde que o triunfo se afigure possível? Mr. Major, no fim de contas, não passa dum primeiro-ministro provisório. Puseram-no ali, em Downing Street, em substituição de Margaret Thatcher após a deposição desta. Para acalmar as coisas. Para tentar recuperar a iniciativa política e procurar iludir a população da Grã-Bretanha cuja desconfiança relativamente aos conservadores, entretanto, não cessa de crescer.

Assim, as eleições não se realizarão senão em plena Primavera e o anual discurso do trono já se realizou, aliás, sem brilho. Contudo, no decorrer da Conferência do Partido Conservador, que se realizou, recentemente, em Blackpool, tivemos oportunidade de assistir a uma das mais patéticas cenas da vida política inglesa dos últimos tempos: Margaret Thatcher, a celebrada, ainda temida e para sempre odiada «dama de ferro», esteve presente na conferência, sim senhores, mas, surpreendentemente, e contra tudo o que seria de esperar, nem por um só momento abriu a boca, o que, para uma mulher daquela força, deve ter constituído um verdadeiro tormento. As coisas, nos bastidores da conferência, ter-se-iam passado mais ou menos assim:

«Margaret!», disseram os dirigentes do partido Major, Patten e Baker, «pode assistir à conferência mas, quanto a discursos, nada!» Margaret, boquiaberta: «Então», disse, «eu, que destruí o socialismo e implantei a democracia...» «Silêncio», gritaram os outros... «Será possível que ainda acredite que destruiu o socialismo? Ou prefere que se denuncie da plataforma da conferência a extensão do desastre que por aí vai?»

A «dama de ferro», deixando cintilar nos olhos duas lágrimas rebeldes, acedeu, enfim, a que lhe metessem uma coisa na boca e foi assim que, triste e aos empurrões, lá foi para o meio dos ministros e dos dirigentes partidários. «Fala! Fala!», gritou-se da vasta sala. Os conservadores andam desertos pela lavar da roupa suja quanto aos acontecimentos de há um ano que levaram à saída de Margaret Thatcher do poder. Mas, a vencedora do socialismo, a triunfadora de Moscovo, a tentação impossível que conseguira iludir Gorbachev quando perdido nas encruzilhadas que se conhecem, limitava-se a ouvir os sucessivos discursos pensando nos dias de imperial glória que viveu e se distanciam já, irreversivelmente, no passado. Da malita na mão retirava um lençinho com o qual enxugava os olhos felinos mas húmidos, agora mortícios, apáticos, sem ponta de chama.

Mas, uma «dama de ferro», com mil diabos, é uma «dama de ferro». Não permite que a suprimam com facilidade. E, assim, mal a conferência conheceu o seu termo e da boca lhe retiraram a rocha, desabafou furiosamente: «A causa da liberdade, «ladies and gentlemen», ainda não venceu na Bulgária! O que é preciso é que o totalitarismo não se perpetue na Bulgária!...»

Cem anos de ilusões

A capacidade dos defensores e dos ideólogos do capitalismo — em nossa opinião indivíduos muito mais perigosos do que os próprios capitalistas que, às vezes, até são umas pessoas simpáticas — para, hipocritamente, justificarem as clamorosas derrotas do sistema, não conhece limites nem fronteiras. Passam por cima de tudo o que nós, os leigos desta vida, tínhamos e temos como iniludível, e chegam a conclusões que espantam e revoltam mas revelam, também, a pobreza de recursos em que se encontram presentemente. Os leitores do «Avante!» e, com eles, o mundo inteiro, não desconhecem o histórico papel que a indústria automóvel britânica desempenhou na economia mundial, nos sectores do emprego em vários países, no comércio de importação e de exportação, na transformação de



idades e do modo de vida em regiões inteiras nas ilhas britânicas. E não erraremos em nada se dissermos que os automóveis ingleses constituíram sempre um padrão de indelével orgulho para a indústria (incluindo a classe operária) deste país e para o respectivo comércio em tantos outros, incluindo Portugal.

Mas, as condições foram-se alterando, a luta pelos mercados foi-se transformando numa autêntica guerra, os fabricantes dos outros países ganharam ascendentes em muitos aspectos da produção e da venda e os capitalistas ingleses, fartos destas condições

desvantajosas, perderam o interesse pelos automóveis e fugiram àquilo que tanto proclamam — a luta da concorrência. Foram, numa palavra, investir na City e mandaram à fava os automóveis.

Hoje, as grandes e quase românticas marcas de carros do passado, deixaram, praticamente, de ver-se nas estradas e nas artérias das cidades. E as novas gerações não sabem o que eram os antigos Austin, Morris, Rover, Standard, Riley, Wolseley, entre muitos outros belos carros cuja produção se amalgamou na BMC (British Motors Corporation) e, mais tarde, na British Leyland, até que tudo desapareceu. Agora, restam partes da Rover já sob o controlo, na prática, dos japoneses, restam a Ford que é americana e a Vauxhall que, evidentemente, também o é. A Jaguar foi vendida à Ford. A Nissan, em Sunderland, é japonesa. A Toyota e a Honda são-no, igualmente. Da velha e pioneira indústria automóvel inglesa nada ficou senão, salvo erro, os jeeps Land-Rover e a Rolls-Royce, aliás, em apertadíssimas dificuldades de dinheiro e de mercado.

Centenas de milhares de empregos ficaram pelo caminho. Importantíssimas fábricas declinaram e encerraram. Cidades famosas e tradicionais viram entrar em si o cancro do desemprego, a tristeza, a sonolência, a decrepitude, o abandono, a decadência e a morte. A indústria automóvel britânica, essa vaidade, esse capricho legítimo do mundo do trabalho destas ilhas, fechou e sucumbiu.

Mas, os ideólogos da economia de mercado já encontraram a adequada explicação para a catástrofe que acabamos de tentar descrever. Dizem-nos eles que, ao fim e ao cabo, os ingleses nunca tinham sabido fabricar bons carros; que, aquilo fora tudo um engano, uma pura ilusão que, infelizmente, se arrastou por dezenas de anos. Os japoneses,

esclarecem-nos, esses, sim, é que sabem e, então, a «estratégica» decisão de fechar as fábricas e entregar a produção de carros aos novos imperadores de Tóquio e de Osaka teria sido a «pedrada no charco» que conduziu a que os capitalistas ingleses se achem agora com as mãos livres enquanto que os franceses e os italianos, cheios de problemas com a Renault e a Fiat, as têm cheias e bem cheias.

Não acham isto, caros leitores, uma miserável e desprezível conclusão? Entretanto, o registo de novos carros na Grã-Bretanha desceu este ano, em 21,5%, e a «Jaguar» anunciou que está a vender tudo o que lhe seja possível mesmo com prejuízo de £10 000 em cada carro. Na América, os prejuízos da «Ford» nos últimos três meses ascenderam a £338 milhões enquanto que os da «General Motors» subiram para £670 milhões.

O desespero dos bancos

Os banqueiros deste mundo encontraram-se todos, recentemente, na Tailândia, para as conferências anuais do IMF (FMI, em português) e do Banco Mundial. Tudo perfeito. Mas, desta vez, em lugar de buscarem oportunidades para a oferta de vultosos empréstimos a bom juízo, os Bancos andaram à procura de negócios que lhes fizessem entrar depósitos em casa, o que pode também ser um ótimo negócio. E foi por isso que, uma vez mais, os empréstimos à URSS não se realizaram. A verdade é que, teriam pensado os banqueiros, argutos e sempre sagazes, a URSS é produtora de ouro e, nesta circunstância, não quereria ela fazer-lhes algumas boas vendas de precioso metal pagáveis contra o papel dos Bancos? Os negociadores soviéticos teriam cerrado os punhos sobre as mesas das negociações. Então era para tal cilada que tinham ido à Tailândia? Por outro lado, dar crédito aos capitalistas em vez de recebê-lo seria tudo menos aquilo que esperavam...

Explicamo-nos, segundo os analistas especializados na indústria bancária internacional, Kidder Peabody, os empréstimos concedidos pelos Bancos internacionais ao sector das propriedades nos Estados Unidos — estilo Donald Trump — constituem 12% da totalidade dos valores activos de todos os Bancos americanos. Dado que esses empréstimos ruinosos resultaram em tremendíssimos prejuízos, o valor dessas perdas, sem contar com outras em diferentes sectores, é mais do que suficiente, se não for, eventualmente, coberto com depósitos ou outros valores, para absorver e destruir o capital de todos os Bancos. Assim, se explicam duas coisas: primeiro, o interesse no ouro dos soviéticos; segundo, a recente incapacidade da banca norueguesa para sobreviver ao naufrágio que a atingiu.

Com efeito, após o Cristiana Bank, caiu todo o leque bancário norueguês e o governo de Oslo, se não quis contemplar o encerramento do sistema por completo, teve de ir a correr «arranjar» mais dum bilião de libras para, pelo menos, manter a porta aberta aos Bancos. Já os grandes Bancos ingleses, massacrados com desesperantes prejuízos que os leitores do «Avante!» conhecem, quando confrontados com o recente pedido do emir do Kuwait para que participassem num empréstimo internacional de 5 biliões de dólares, despacharam os emissários do valente emir a quem, simplesmente, perguntaram: «E como é que o grande emir e nosso amigo nos iria pagar?» Parece que se falou de petróleo numa data indefinível. O que é certo é que os Bancos lhes fecharam a porta na cara.

Mas, enquanto na Hungria o governo previa o aumento do desemprego para mais de meio milhão de pessoas, ficamos a saber que, pelo menos na Checoslováquia a fábrica dos sapatos vai reabrir. Foi o que, sabiamente, resolveu o presidente Havel, ao mandar chamar a família Bata, os antigos proprietários que haviam abandonado o país pouco antes do início da 2ª Guerra Mundial.

VAI DAR-SE UMA VAGA !



A verdade contra tudo ou A vida por um fio

«The Thin Blue Line».
Realização de Errol Morris.
Transmissão na RTP, em
4.11.91, Canal 1, 14.35.

Não deixa de ser interessante coincidência o facto de, na imprensa portuguesa do passado fim-de-semana, se poderem ler relatos sobre o «estado crítico da América do Norte», qual «império com pés de barro», afinal «manchado» no que toca aos Direitos do Homem, com a «recessão económica» e a «vaga de problemas sociais» a avolumarem os pesadelos que pendem sobre o tão propalado «american dream». E saber de terríveis coisas como os «métodos bárbaros» da justiça penal dos EUA, bem como do «horror maior» que é o do grande número de inocentes condenados à morte por engano — «entre 1900 e 1985, 350 pessoas foram erroneamente condenadas por crimes maiores que se soube depois não terem cometido. Destas, 139 foram condenadas à morte, mas escaparam. Para 23, a prova da sua inocência chegou demasiado tarde — já tinham sido executadas». (Expresso, 2.11.91)

De coincidência se trata na realidade já que estas notícias se anteciparam por pouco tempo à transmissão, pela RTP, de dois notabilíssimos filmes de géneros diferentes — ficção e documentário — ambos produzidos em épocas diferentes nos EUA e versando esta problemática: o clássico «filme de tribunal» *Doze Homens em Fúria* (de Sidney Lumet), na 3.ª-feira 5.11, antecedido do mais recente *A Verdade Contra Tudo* (de Errol Morris), transmitido na véspera, 4.11, e aqui antevimos como provável acontecimento televisivo da semana — só não o sendo em mais generalizado grau porque a RTP cometeu o «crime maior» de ter incompetente e irresponsavelmente (?) subtraído à visão de um público mais vasto ao programá-lo escandalosamente para o horário menos nobre da Primeira Matinée.

Deve dizer-se, em primeiro lugar, nesta simples nota crítica, que a expectativa provocada pelo conhecimento prévio de algumas circunstâncias que envolveram a produção, realização e exibição de *A Verdade Contra Tudo* nos EUA e suas consequências (ver «Avante!» — Filmes na TV — de 31.10.91), veio plenamente a justificar-se. Estamos perante uma obra que, independentemente dos pruridos deontológicos que despertou nos mais puristas, tem a força exemplar da denúncia implacável face a um sistema jurídico, como o norte-americano, também ele longe da perfeição deontológica.

Investigando, com o seu filme-documentário, os factos que levaram à condenação à morte de um inocente (Randall Adams) acusado do assassinio de um agente da polícia em Dallas-Texas, Errol Morris é autor de uma obra cinematográfica que foge às regras comuns do género e, o que é mais notável, fá-lo com a centelha criativa que tornam o filme um produto fora do comum — em termos narrativos.

Ao poder, evidente, do comentário a cargo de um narrador (bem ao gosto da tradição documentarista norte-americana), Morris contrapõe a *montagem paralela* de depoimentos dos vários protagonistas da «história». A descrição cronológica dos factos, Morris prefere uma descrição descontínua, sincopada, em que as várias peças do complexo «puzzle» só fazem sentido (naturalmente, o sentido de Morris) quando todas expostas em definitivo. À aparente facilidade com que Promotores Públicos, juizes, jurados, testemunhas de acusação, convergem, sincera ou dolosamente, no apontar do dedo acusador, Morris incute no espectador a constante dúvida perante tamanha facilidade e leva-o a ser, ele próprio, um investigador, armando-o de ferramentas e argumentos, apresentando-lhe provas documentais, depoimentos contraditórios, expondo baixezas morais ou éticas, indo ao ponto de «pôr em cena» sequências do crime que vão variando na imagem (num compromisso

elaboradíssimo entre *mise-en-scène* e *montagem*) na justa medida em que variam as versões dos vários depoimentos.

Filme extremamente bem conseguido em termos narrativos, nele avulta o invulgar talento do realizador para conjugar diferentes fragmentos de um grafismo visual levado às últimas consequências (um único carácter tipográfico em GP de uma notícia de jornal!), minimal e repetitivo, como o é também a adequadíssima partitura de Philip Glass.

Óbvio adepto, seguro e incondicional, da *montagem de atracções e associações*, Errol Morris revela-se menos um seguidor de Eisenstein do que, sobretudo, de Alain Resnais (com tudo o que de radicalmente diferente existe nestes filmes, mesmo no plano ideológico, ao ver este *A Verdade Contra Tudo* pensámos frequentemente em *Nuit et Brouillard* ou em *Hiroshima, Mon Amour*, ambos mergulhados na permanente dialéctica ficção-documentário).

É que, também aqui, nos confrontamos com esta suprema dicotomia entre a *verdade* e a *mentira*, entre o *ver* e o *não ver*, entre o *mostrar* e o *deixar ver*.

Não tenhamos, entretanto, ilusões: o que o filme nos transmite é a *verdade* de Errol Morris contra a *verdade* (aquela verdade) do Poder. Os limites bidimensionais do enquadramento da câmara são uma *escolha* do realizador que nos tem como destinatário; o corte de um fotograma ou de uma frase à mesa de montagem é uma *decisão* que ele tomou e vai bulir connosco.

Independência, *imparcialidade*, neste contexto, é metafísica que não perturba o sono de Errol Morris. Ele assume o risco da sua *objectividade*, naturalmente, porque *toma partido*.

Que outra coisa se pode exigir a um artista na sua relação responsável com milhões de espectadores?

■ Francisco Costa

Notas ao vento

A «delícia» da notícia

1

Com incidência maior no período eleitoral, mas também muitas vezes depois dele, transmite-se no Canal 1 uma laracha em que se glosa a palavra *Notícia*. Há quem goste dela assim ou assado. Grande, pequena, alargada, minuciosa, vista de frente, de lado, por este ou por outro ângulo. Há até quem não goste dela de maneira nenhuma e a suprima.

No Canal 1, porém, trata-se a notícia como deve ser. Assim mesmo: «No Canal 1 a Notícia é transparente».

Ignora-se qual o conceito de transparência que vigora quando um caneiro canaliza uma notícia. Certamente, não é dos mais transparentes nem dos mais higiénicos.

Dei-me ao trabalho de observar alguns tratamentos... cirúrgicos da notícia no *Telejornal*. Apenas alguns.

2

A comissão de inquérito às finanças do Centro Cultural de Belém, criada por iniciativa da Assembleia da República, apresentou relatório por intermédio do seu presidente, o deputado comunista António Filipe. Os resultados não eram em nada abonatórios da credibilidade de uma gestão. E o PSD votou contra.

Mandava a transparência que fossem ouvidos os inter-

venientes no processo. Mandava a lógica ser o deputado António Filipe o primeiro a expor e enunciar perspectivas e consequências das conclusões do Relatório.

Telejornal entendeu doutro modo. Ignorou toda a gente, não ouviu ninguém, a não ser... o deputado do PSD, Carlos Lélis! A deputada Helena Torres Marques ainda começou a falar, mas, abruptamente, cortaram-lhe o pio.

Mais transparente do que isto só a chapa do cofre-forte na Rua Buenos Aires.

3

No *Jornal da Tarde* de quinta-feira, dia 31 de Outubro, rebenta a notícia: a possibilidade de ocorrer um sismo em Lisboa até fins de Novembro.

Claro que se tratava de uma previsão, não abonada por nenhum critério científico. Mas lá que podia ocorrer, podia...

Conhece-se já a inquietação que lavrou nas populações. Mas o *Telejornal* desse mesmo dia trazia alguma tranquilidade: as possibilidades do sismo eram apenas de 70 por cento...

Na sexta-feira vêm pôr água na fervura. Possibilidades... Previsões... Não há certezas... Não se devia ter divulgado... Os boatos, o pânico, eis o que é preciso evitar...

Ou seja: na televisão, manejada por mãos inábeis ou inconscientes, deita-se fogo — e depois diz que é preciso apagá-lo...

O *Jornal das 9*, esse, dá a estocada final: um sismo há de ocorrer em Lisboa. Não se sabe quando, mas há-de.

A população pode, pois, dormir descansada...

4

Reunião em Madrid entre árabes e israelitas, em busca da paz.

Nos dias que antecederam os trabalhos, a RTP transmitiu diversos materiais sobre o conflito. Não chegaram até à folha de parra, nem sequer até Caim e Abel. Mas foram até aos mais longínquos conflitos religiosos e tribais. Obra aseada. Depois, já em nossos dias, a ocupação inglesa, a

resistência dos judeus, e depois a crucificação da Palestina e depois as guerras e depois os colonatos e depois e depois e depois.

Só se esqueceram de um pequeno pormenor: a existência das resoluções da ONU que condenam e consideram ilegítima a ocupação da Palestina e obrigam à retirada dos israelitas. Resoluções que Israel se recusa a cumprir...

Um simples pormenor, não é verdade? Um simples esquecimento, aliás, sem qualquer importância...

Viva a transparência!

5

Naquele domingo houve eleições na Polónia. Segunda-feira, o *Jornal da Tarde* já indicava a previsão do êxito da Aliança Democrática de Esquerda (referida como ex-comunistas). Textualmente: *A subida espectacular dos ex-comunistas constituiu a grande surpresa destas eleições (...)* *A população está farta de apertar o cinto. (...) O desemprego, a recessão (...)* *A votação nos ex-comunistas traduz a nostalgia de um estado protector.*

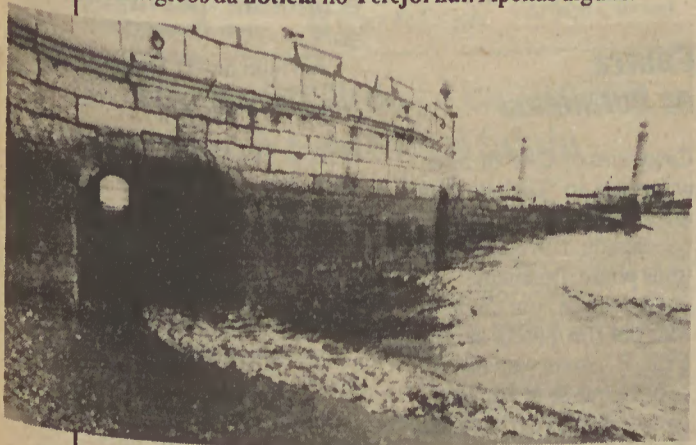
No *Telejornal* desse mesmo dia falava-se ainda em termos da subida dos ex-comunistas (9,5%) em comparação com os 14,5% da União Democrática...

Sabe-se hoje que estes números não correspondem à verdade. Sabe-se que a Aliança Democrática de Esquerda subiu muito mais e que a votação na União foi muito menos. Sabe-se, isto é, sabe quem leu alguns jornais. Não o sabe quem só sabe o que se passa através do *Telejornal*. Porque o *Telejornal* nunca mais voltou ao assunto. Para ele, as eleições polacas tinham morrido?

Foi o que pensei. Erradamente, pois claro, porque a notícia lá é transparente. Sucederá apenas que a Polónia desaparecerá do mapa, subitamente, vítima de uma trágica inundação de que só Walesa escapara. As eleições tinham sido apenas um boato, e o *Telejornal* não pactua com boatos, venham eles donde vierem.

A Notícia lá pode dormir descansada.

■ Ulisses



Gazetilha

Poupança

Comemora-se o dia da poupança desculpem!, é, mas da poupança, o dia. Poupar? Eu acho bem. Eu até queria mas a patroa diz que não se alcança...

Ah, mas eu vou sentir essa alegria! Eu vou poupar! Eu tenho confiança. Minha musa não é nenhuma tansa há-de ensinar-me a minha mais-valia.

Já sei: poupo nos versos do soneto. Exactamente. Um verso a menos meto. Catorze? Que exagero mais daninho!

Poupança não é cousa que eu despreze. Corto o soneto aqui no verso treze.

Mau poeta? Talvez. Mas poupadinho!

Ao serviço de quem?

Há punhais na bainha dos seus lodos. Há sombras entre as sombras à espreita. Gabinetam os peritos na receita das tais cassetes cacetando a rodos.

Com os ângulos agudos dos seus modos o Professor Cavaco, desta feita, diz que não é o boss de uma seita mas quer servir os portugueses todos.

Os portugueses todos? Caspité! Que trabalhadeira, homem! Eu inté inté, poeta de humores e bom senso,

eu cá, perdido o anzol da sinalefa, quero aliviá-lo da tarefa: os seus serviços, cá por mim, dispenso...

Discurso do professor

«O dia seis foi ontem. Bye, bye... tem especial sabor o fim do frete. De norte a sul, fartura de banquete câmaras de TV mais que um harém...

O dia seis passou. O meu foguete de lágrimas, soltou-se pelo Além. Lindo! Ao pé dele, o Sol era um vintém. O dia seis passou. Estamos a sete.

Estamos a sete. Todos para a gruta. Atenção, meus senhores, à batuta! Ontem foi ontem. Hoje é pra cumprir

os ajustes de contas naturais. Grandes patrões, grandes industriais: já podem começar a despedir...»

Pessoal

Fico às vezes doendo a minha esperança. Ou nem o desespero deixa rasto e tanto conta o mal de que sou pasto como a alegria tonta que em mim dança.

Do dia incerto a incerta fruta gasto. O que em mim galopava pouco avança. Esbarro-me nas curvas da mudança. Surgem distâncias entre mim e o astro.

Há quem de modos vários me esquarteje quem se renda aos moluscos e me beije me acene, gordo, que não há sentido.

Mas — pergunta o meu bravo coração — mas em troca de mim, o que me dão? O que me dão, em troca do Partido?

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Identidade

É curioso como um povo, com uma língua só e fronteiras quase tão antigas como a própria nacionalidade, esteja quase permanentemente à mercê de grupos de intelectuais e de políticos que se interrogam sobre a identidade lusa e/ou sobre a sua vocação. Para onde nos viramos? Para a Europa? Para o Atlântico? Para África?

Há dias, umas centenas de estudiosos reuniram-se na Gulbenkian, no I Congresso Mediterrânico de Etnologia Histórica. Ótimo lugar e tempo - pensaram alguns - para dar à identidade portuguesa mais alguns tratos. Um especialista defendeu a identidade mediterrânica contra a vocação atlântica. "Somos irmãos dos magrebinos", disse. "A identidade atlântica ninguém sabe muito bem o que é". Aqui há tempos, alguns políticos descobriram que os portugueses iam entrar na Europa, como se a península fosse uma espécie de apêndice indevidamente colado ao continente, o que faria dos britânicos europeus de primeira e dos iberos europeus de segunda.

De vez em quando, meia dúzia de letrados defendem a integração ibérica, ao arrepião de centenas de anos de esforçada independência. Um dia destes pedimos à CEE que nos dissolva?

Mau ambiente

Quase ao mesmo tempo que

era revelada a não inclusão no lote governamental do nome de Macário - que foi secretário de Estado do Ambiente e por isso fechou algumas discotecas - alguns periódicos voltavam à carga com novos dados sobre o alegado caso do copianço do ministro da pasta respectiva - a pasta do Ambiente e não das discotecas. Borrego, acusam, plagiou que nem gente grande, ao elaborar um "texto científico" apresentado num curso na Universidade de Aveiro. Já havia algumas queixas contra Borrego. Que ele tinha dito sentir-se tão bem num governo PS como num governo PSD. Mas nem mesmo este acumular de acusações o arredou de Cavaco. Agora Macário é que não. Terá recusado mesmo o lugar de secretário? Ou não foi simplesmente reconduzido? Mistério. Quem não se importou nada com o mau ambiente foi Teresa Gouveia. Estava com saudades.

Imelda voltou

Anos depois de ter fugido a sete pés das Filipinas, na esteira do marido, o ditador Marcos, que entretanto faleceu no exílio, Imelda Marcos tornou ao seu país. Quando a ditadura, tanto tempo apoiada pelos Estados Unidos, caiu e subiu ao poder a presidente Corazon Aquino, viúva do rival de Marcos, mandado assassinar por este, o casal de ditadores levou consigo

riquezas inúmeras. Imelda é acusada, juntamente com os filhos, de suborno, evasão fiscal, corrupção, enriquecimento ilícito e outras malandragens. Mas ao voltar afirma que vai devolver oito milhões de dólares em jóias e outras riquezas que levava consigo. Deve ter feito a conta por baixo, já que o casal possuía, só em sapatos, alguns milhares de pares. Imelda volta e diz: "Compatriotas, vocês não sabem como foi difícil ter saudades de casa e estar tão longe"... Se calhar já tinha gasto as solas todas. Voltou para arranjar mais. Terá a sua provável candidatura pernas para andar?

Contra as hormonas

Casqueiro da CAP dá uma entrevista ao "Diabo". É só a dizer bem do Governo, do que passou o do que agora toma posse. Desmente contenciosos com Cavaco. Mas por fim queixa-se... da CEE. E "alerta para os perigos que se avizinham para os nossos agricultores, diz que vai haver muitas falências, mostra-se céptico contra os nossos parceiros comunitários". E diz: "Eles continuam a inundar-nos de carne com hormonas e não há vontade política que se oponha a esse cancro". Ainda bem que, em vez de vaca com hormonas, o Casqueiro prefere... bode expiatório!

frases da Semana

“Arranje um bom advogado e processe-os. Foram eles que me mataram com as suas crueldades” (declaração do “comando” Eliseu Martins na ambulância onde viria a falecer)

««Expresso» de 2/11/91

“A CEE continua a inundar-nos de carne com hormonas”

««Manuel Casqueiro em «O Diabo» de 5/11/91

“Cá estamos para desejar felicidades ao Governo e para estarmos presentes em actos desta importância”

««Jorge Sampaio na tomada de posse do Governo segundo «O Diabo» de 5/11/91

“Ora, como toda a gente sabe, o PS, o PSD e o CDS receberam desde 1974 muito dinheiro de fora”

««Vasco Pulido Valente em «O Independente» de 1/11/91

“Parece-me descabido este novo ladrar às canelas do PC, quando é público e notório que os partidos e candidatos à Presidência nunca apresentaram contas certas, nomeadamente das campanhas eleitorais. E a quem queriam eles que o PC pedisse dinheiro? À Suíça?”

««Idem

“Braga de Macedo - O John Lennon da economia portuguesa”

««Título de «O Jornal» de 31/10/91

“O PS não pode ter eco apenas nos que são marginalizados pelo processo de desenvolvimento”

««António Guterres em «O Jornal» de 31/10/91

“O único motor económico na Europa é a Alemanha”

««Alain Minc ao «Semanário» de 31/10/91

“O CDS não está em riscos de acabar”

««Narana Coissoró ao «Semanário» de 31/10/91

Quinta-feira, 7

Lisboa

No centro de trabalho Vitória realiza-se pelas 19 horas um plenário de militantes do sector dos transportes para discutir a situação política e social. No mesmo local, pelas 18,30, reúne a célula dos TLP.

Sexta-feira, 8

Alvide

Plenário de militantes de Alvide, às 21 horas na garagem do camarada Capela, no Largo de Alvide.

Elvas

Reunião-plenário às 22,30 horas na Casa do Povo de Barbacena.

Lisboa

No centro de trabalho Vitória, pelas 21,30 horas, tem lugar uma sessão comemorativa da Revolução de Outubro, em que participará Aboim Inglês, do CC do PCP.

No centro de trabalho Duque de Loulé, tem início pelas 19,30 horas, um convívio-magusto comemorativo do aniversário da Revolução de Outubro, com a participação de Henrique de Sousa, membro do Secretariado do CC do PCP.

Pelas 21,30 horas, no centro de trabalho do Lumiar, decorre um plenário das organizações do Lumiar, Chameca e Ameixoeira, com a presença de José Soeiro.

A partir das 21 horas, decorre uma convívio na sede nacional da JCP, na Rua Sousa Martins, 8.

Praias do Sado

Plenário de militantes da organização local, às 21,30 horas, no centro de trabalho de Praias do Sado.

Sacavém

Plenário da Freguesia de Sacavém, às 21,30 horas, com Henrique de Sousa,



12.º Aniversário da JCP «Viva a Festa»

A JCP realiza mais uma edição do «Viva a Festa» que decorrerá na Marinha Grande, na colectividade da Ordem. No programa deste 5.º festival da juventude estão previstas actividades desportivas, com início às 16 horas; às 17,30 abre o café-concerto; às 18 horas terá lugar «A conversa com Agostinho Lopes»; às 18,45 começará o magusto e, 15 minutos mais tarde arranca o concurso de dança, prometendo a organização «muito, muito mais, pela noite dentro».



sa, membro do Secretariado do CC do PCP.

Trajouce

Plenário de militantes, pelas 21,30, na Cooperativa de Trajouce.

Sábado, 9

Algueirão

Realiza-se pelas 10 horas uma reunião alargada da Comissão Concelhia de Sintra, no Centro de Convívio da Junta de Freguesia de Algueirão.

de Algueirão. Às 16,30 horas começa o magusto no centro de trabalho do Partido.

Amadora

A Comissão Concelhia convoca um plenário de Quadros aberto a todos os militantes do concelho. A iniciativa tem lugar pelas 15,30 horas na Sociedade Filarmónica R.A. e conta com a participação do secretário-geral do PCP, Alvaro Cunhal.

Aveiro

A JCP organiza um magusto no centro de trabalho de Aveiro do PCP.

Beja

Realiza-se um encontro de activistas da CDU do Distrito de Beja, com início às 15 horas, na Casa da Cultura da cidade. No encontro participam membros do PCP, do Partido Ecologista «Os Verdes», da Intervenção Democrática e independentes. O encontro visa iniciar uma reflexão sobre o resultado da eleições de Outubro e sobre as medidas necessárias para a recuperação eleitoral da CDU.

Benfica

Começa às 15 horas um plenário de militantes, no centro de trabalho local.

Fornos do Arrão

Reunião-plenário às 20 horas, na Casa do Povo.

Gouveias

Reunião-plenário às 20 horas, no centro de trabalho local.

Leiria

Mais uma edição do «Viva a Festa» decorrerá na Marinha Grande, na colectividade da Ordem. No programa de actividades está previsto, pelas 16 horas, o início das actividades desportivas; pelas 17,30 abre o café-concerto; às 18 horas terá lugar «A conversa com Agostinho Lopes»; às 18,45 começará o magusto, e 15 minutos mais tarde arranca o concurso de dança, prometendo a organização «muito, muito mais, pela noite dentro».

Lisboa

É na Voz do Operário que tem início, às 15,30 horas, um magusto promovido pela Organização da Zona Oriental de Lisboa do PCP. Comes e bebes variados, água-pé, morcela, chouriço, caldo verde, castanhas e muita animação estão desde já assegurados.

No Centro de Trabalho da Antónia Serpa, decorre, a partir das 15 horas, um plenário de militantes das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus e S. Sebastião, em que participará António Abreu, do CC do PCP.

No centro de trabalho Pedro Soares realiza-se pelas 13 horas um almoço-convívio.

Longomel

Reunião-plenário às 20 horas, na Casa do Povo.



Álvaro Cunhal no plenário de Quadros na Amadora

A Comissão Concelhia convocou um plenário de Quadros aberto a todos os militantes do concelho. A iniciativa tem lugar pelas 15,30 horas, sábado próximo, na Sociedade Filarmónica R.A. e conta com a participação do secretário-geral do PCP, Alvaro Cunhal. Entre os objectivos da reunião destaca-se o debate da situação decorrente dos resultados eleitorais de 6 de Outubro e as perspectivas que se abrem na vida nacional, bem como o papel do PCP e a importância da sua intervenção.

Madeira

Pelas 15 horas, terá início um debate sob o lema «JCP - passado, presente e futuro».

Maia

A organização local realiza um magusto na Sobreira, freguesia do Milharado, pelas 15 horas.

Montargil

Reunião-plenário às 20 horas, no centro de trabalho local.

Odivelas

No centro de trabalho local tem início, pelas 15 horas, um magusto-convívio, que contará com a presença de Henrique de Sousa, membro do Secretariado do CC do PCP.

Ovar

Magusto organizado pela JCP, no centro de trabalho do PCP.

Póvoa de S. Adrião

Realiza-se às 15 horas, no Salão da Junta de Freguesia, um plenário de militantes.

Quinta do Conde

A Organização de Freguesia da Quinta do Conde do PCP promove um grande magusto com fados, no centro de trabalho do PCP, Quinta do Conde 2, Rua 6. Entre os fadistas anunciados, de referir Fernando Anselmo, Francisco Figueiras e Joaquim Lopo, que serão acompanhados por Salvador Gomes, à guitarra, e Manuel Rodrigues, à viola. A organização promete um serviço de bar, castanhas assadas, água-pé, caldo verde e bifanas no pão. A entrada é livre.

Coimbra

A JCP promove um lanche, seguido de convívio e de jantar no Ateneu de Coimbra pelas 17 horas, para assinalar o 12.º aniversário da organização.

Comemorações do 74.º aniversário da revolução de Outubro

Na próxima sexta-feira, no centro de trabalho Vitória, pelas 21,30 horas, tem lugar uma sessão comemorativa da Revolução de Outubro, em que participará Aboim Inglês do CC do PCP. O programa prevê a projecção de um filme e uma intervenção alusiva à efeméride. A tocar ao vivo vai estar o pianista Potier.

Ainda na sexta-feira, no centro de trabalho Duque de Loulé, tem início pelas 19,30 horas, um convívio-magusto comemorativo do aniversário da Revolução de Outubro, com a participação de Henrique de Sousa, membro do Secretariado do CC do PCP.

Farahão

Plenário de militantes da organização, pelas 15,30 no centro de trabalho local. Após o plenário será organizado um magusto no centro de trabalho de Farahão.

Lisboa

No centro de trabalho Pedro Soares, tem início às 15 horas um magusto-convívio.

A JCP realiza nas instalações da Voz do Operário um vasto programa que começará com uma manhã desportiva. Pelas 13 horas tem lugar um almoço, com sketches de teatro; às 15 horas começam os debates sobre temas como a solidariedade, ambiente, racismo e xenofobia; às 17 horas haverá uma intervenção política e, meia hora mais tarde, começa a música e o magusto.

S. Bartolomeu de Messines

A DORAL realiza um debate-convívio, no Auditório da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu de Messines, para discutir as experiências da campanha eleitoral das eleições legislativas de 6 de Outubro, bem como a situação criada com os resultados obtidos. A iniciativa começa às 15 horas e contará com a participação Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP, e de Carlos Luís Figueira.

Domingo, 10

Beja

A JCP inaugura às 15 horas o Espaço Jovem no centro de trabalho de Beja, onde decorrerá um convívio.

Encontro de activistas CDU no sábado, em Beja

Realiza-se, no próximo sábado, um encontro de activistas da CDU do Distrito de Beja, com início às 15 horas, na Casa da Cultura da cidade. No encontro participam membros do PCP, do Partido Ecologista «Os Verdes», da Intervenção Democrática e independentes. O encontro visa iniciar uma reflexão sobre o resultado da eleições de Outubro e sobre as medidas necessárias para a recuperação eleitoral da CDU. Vão estar em foco os caminhos para a consolidação e alargamento do importante espaço unitário que a CDU representa, o relacionamento da CDU com os trabalhadores, populações, com as diversas entidades e instituições no quadro do regime democrático, as forças democráticas e as perspectivas da construção de uma convergência democrática alargada que ponha de pé, com credibilidade, a alternativa às forças da direita.

O encontro pretende ainda relançar a reflexão sobre a intervenção das forças e activistas da CDU em instituições e áreas tão importantes como a Assembleia da República, o Poder Local, os Sindicatos e sobre a questão da Regionalização. Após o encontro terá lugar um pestisco e uma pequena mostra da cultura da região.

gueira, membro da Comissão Executiva do CC do PCP e responsável pela DORAL. O convívio é aberto à participação de simpatizantes e apoiantes da CDU.

Santarém

Por iniciativa da JCP, realiza-se um almoço-convívio em Vale Cavalos.

Seixal

A Comissão Concelhia do Seixal do PCP realiza um almoço-convívio na Quinta da Atalaia que contará com a presença de José Soeiro, da Comissão Política, do Secretariado e da CEN do CC. A ementa é bacalhau e feijoada e não faltarão os petiscos diversos, as castanhas, água-pé e fados.

Tires

Música, castanhas, água-pé e petiscos vários estão à disposição dos que quiserem participar no magusto-convívio organizado pela Comissão de Freguesia de S. Domingos de Rana do PCP, no centro de trabalho de Tires. A iniciativa começa às 16 horas.

Vila Nova de Gaia

A JCP prossegue os jogos tradicionais no Jardim do Morro, com início às 11 horas, e pelas 17 tem lugar um magusto com música ao vivo no centro de trabalho de Gaia.

Vila Real

O PCP organiza na Escola Preparatória n.º 1 de Vila Real um convívio-magusto que começará pelas 15 horas.

Segunda-feira, 11

Nisa

Reunião de Quadros, às 20,30 horas, no centro de trabalho.

Terça-feira, 12

Marvila

Plenário do sector oriental de empresas, alargado a membros de CTs e delegados sindicais, para discutir a Conferência Sindical Nacional, em que participará Marques dos Santos, membro da DORAL. A reunião começa às 19 horas.

Quarta-feira, 13

Amadora

Plenário de militantes membros de ORTs das empresas do concelho da Amadora, com início às 18,30 horas, para discussão da situação social.

Cascais

Plenário de célula da Alcatel, Ibersis e SMP (ex-Standard), com início às 19 horas, para discutir a situação política e a organização do Partido na empresa.

Lisboa

Realiza-se pelas 18 horas, no CT Vitória, um plenário do sector dos Seguros.

S. Martinho, fados e castanhas domingo à tarde na Atalaia

A Comissão Concelhia do Seixal realiza no próximo domingo, dia 10 de Novembro, na Quinta da Atalaia, um almoço-convívio seguido de uma animada tarde com castanhas, água-pé e fados. Na ementa vão estar o bacalhau e a feijoada. A iniciativa contará com a presença de José Soeiro, da Comissão Política, do Secretariado e da CEN do CC.

As inscrições para o almoço (mil escudos por pessoa) podem ser feitas em todos os centros de trabalho do Partido no concelho. Mas se preferir almoçar em casa, pode ir à Atalaia para participar apenas no convívio que decorrerá durante a tarde.

Magusto na Voz do Operário Sábado, 15,30 horas

Na Voz do Operário realiza-se um magusto promovido pela Organização da Zona Oriental de Lisboa do PCP. Com início às 15,30 horas, a iniciativa decorrerá na cantina onde estarão disponíveis comes e bebes variados, água-pé, morcela, chouriço, caldo verde, castanhas e muita animação.

Televisão

Filmes na TV

Quinta, 7

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia (II)
10.30 Ricardina e Marta
11.00 Bom Dia (III)
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Naquele Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.35 Sangue Branco
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.25 Os Simpsons
21.50 Cruz de Fogo
22.50 Os Olhos da Lua
23.50 24 Horas
00.25 Remate
00.35 Sabbath

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Os Cavaleiros das Estrelas
12.30 Curso de Alemão
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.30 Recreio do 2
16.35 Guarda Florestal
17.25 A Natureza das Coisas
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino
19.25 Aventura do Conhecimento
19.50 Música no 2
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nové
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Noite Latina
22.35 A Ilustre Casa de Black Adder
23.05 Jovem e Inocente
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 8

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 A Porta de Brandenburgo
14.00 Brinca Brincando
14.35 Com Ganhei a Guerra
(ver «Filmes na TV»)
16.05 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.25 A Guerra das Estrelas
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Cheers, Aquele Bar
00.25 24 Horas
01.00 Remate
01.25 Rambo III
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Francês
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.05 Burlescos
17.30 A Raça Humana
17.55 Clip-Club

18.30 Eterno Feminino
19.30 A Voz do Planeta
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Por Mares Nunca Dantes Navegados
22.25 Rotações
23.30 Pantanal
00.55 Cop Rock

Sábado, 9

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Notícias
13.15 Cover Story
13.40 A Guerra dos Mundos
14.30 Diamond Awards 90 (I)
15.30 T & T
15.50 Desenhos Animados
16.10 Caroline
(ver «Filmes na TV»)
17.50 E os Muros Caíram...
18.40 O Mandarim
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Kananga do Japão
22.50 Casa Cheia
23.40 Mulher Pública
(ver «Filmes na TV»)
01.50 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
13.45 Os Bravos Não Voltam Costas
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.40 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.00 As Teias da Lei

Domingo, 10

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Os Jovens Cowboys
14.00 Desafios da Vida
14.50 Top+
15.45 Escolhas do Coração
(ver «Filmes na TV»)
17.20 As Aventuras do Cavalo Preto
17.45 ET - Entretenimento Total
18.50 Os Golos da Jornada
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.50 Kananga do Japão
22.20 Domingo Desportivo
23.30 O Sangue dos Outros
00.20 Conversa Afhada
01.30 Remate

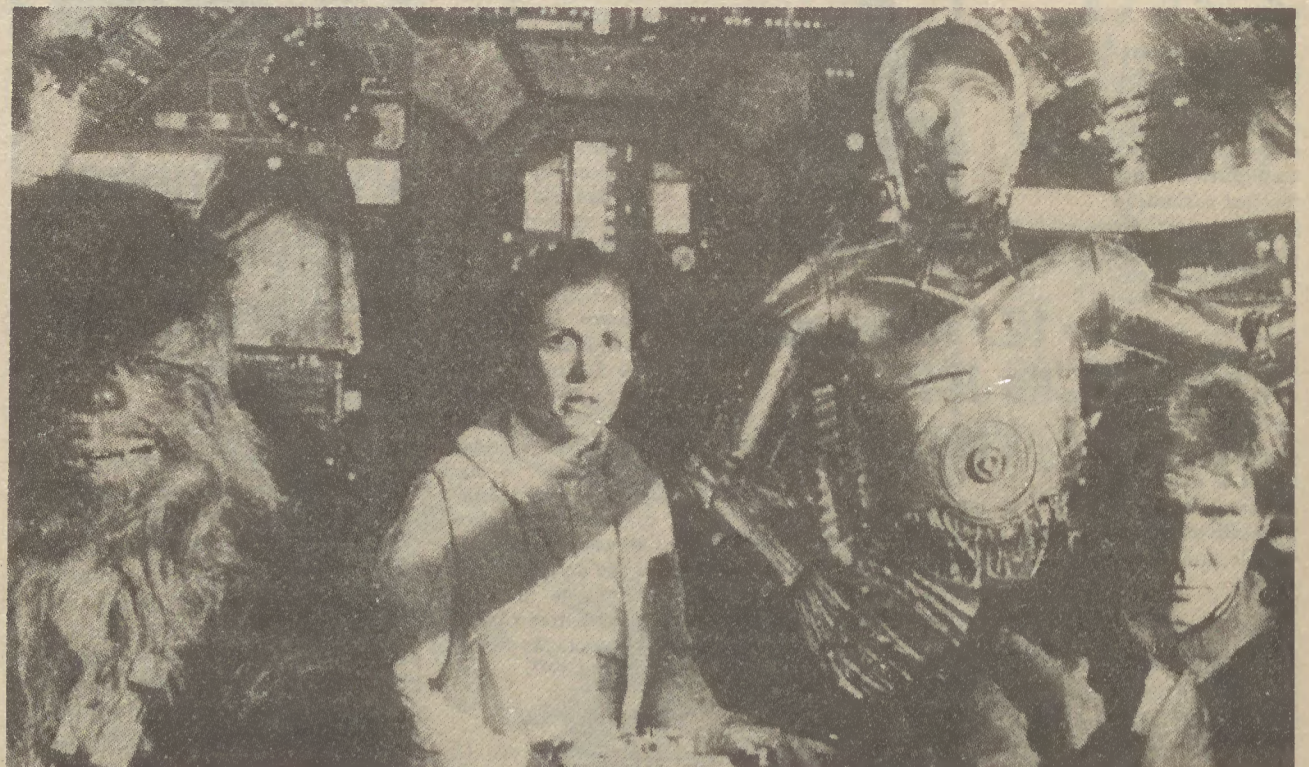
Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Planeta para Amar
10.55 Regiões Magazine
11.55 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
20.15 Palavra Puxa Palavra
20.45 Resumo Formula 1
21.00 Nós 2
22.00 O Sr. Almaníaco
22.05 Artes e Letras - Montgomery Clift
22.55 Um Lugar ao Sol
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Tauromaquia

Segunda, 11

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta



«O Império Contra-ataca», brilhante e espectacular sequela de «A Guerra das Estrelas»

11.45 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.25 Bolsa Dia a Dia
13.30 Sobrevivência
14.00 Brinca Brincando
14.35 39 Degraus (ver «Filmes na TV»)
16.05 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Sassá Mutema
21.30 Preço Certo
23.00 O Rei dos Jornais
24.00 24 Horas
00.35 Remate

Canal 2

08.45 Mira Rádio
09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.07 O Homem da Carabina
12.30 Curso de Alemão
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.35 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Road to Timbuktu
17.55 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Dramazine
19.55 Arsenio Hall
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.40 Falar Claro
22.30 Ópera: «D. Giovanni» (W. A. Mozart)
00.00 O Tempo

Terça, 12

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.45 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Lugares de Troca
14.00 Brinca Brincando
14.35 Sublime Expição (ver «Filmes na TV»)
16.25 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.15 Sassá Mutema
21.15 A Lei de Murphy
22.55 Primeira Página
23.55 Carol & Company
00.25 24 Horas

Canal 2

08.45 Videotexto
09.00 Mira Rádio

12.00 Primeiro Jornal
12.07 Goolies
12.30 Curso de Francês
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.30 Madikan (1.º Episódio)
16.55 Férias Aquáticas
17.25 Tribunal de Júri
17.45 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemagazine
19.55 O Grande Sonho
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.10 Rogopag (ver «Filmes na TV»)
23.25 Pop-Off
23.55 O Tempo

Quarta, 13

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.45 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Regresso de Will Kane
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tu-Cá, Tu-Lá
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Sassá Mutema
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.25 O Império Contra-Ataca
(ver «Filmes na TV»)
23.30 24 Horas
00.05 Remate

Canal 2

08.45 Mira Rádio
09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.07 2020 - Polícias em Acção
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas - Nova Geração
17.30 Diana (1.º Episódio)
17.55 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Uma Questão de Palavras
19.55 Concerto para Jovens/Leonard Bernstein
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 Especial Desporto - «Quarta-feira»
23.15 Carlos Cruz
00.15 O Tempo

Sangue Branco

«The Panther's Wife» ou «Outpost in Malaya» (GBR./1952). Realização de Ken Annakin. Interpretação de Claudette Colbert, Jack Hawkins, Anthony Steel, Ram Gopal. P/B, 90 minutos.

Primeiro filme de Claudette Colbert rodado na Grã-Bretanha, «Sangue Branco» retrata a história da desagregação de um casal tendo como pano de fundo as revoltas registadas numa das colónias britânicas (Malásia) no pós-guerra. Ken Annakin, o realizador, não toma partido mas demonstra engenho. Excelente fotografia de Geoffrey Unsworth.

(Quinta, 14.25, Canal 1)

Jovem e Inocente

«Young and Innocent» ou «The Girl Was Young» (GBR./1937). Realização de Alfred Hitchcock. Interpretação de Derrick de Marney, Nova Pilbeam, Percy Marmont, Edward Rigby. P/B, 77 minutos.

De novo, um thriller cheio de romantismo, charme e humor da fase britânica de Hitchcock com um tema que faz a delícia do mestre: a perseguição de um falso culpado. Fazendo lembrar o celebrado «39 Degraus», aqui o jovem e inocente (Robert) tenta salvar uma mulher que julga estar a morrer afogada. Em má hora o fez, dado que a mulher em questão estava já morta e ele é acusado de tê-la assassinado, com base no testemunho de duas raparigas que vêem a cena e na existência de provas, aparentemente irrefutáveis, que apontam para a sua acusação. Após uma fuga da prisão, Robert, ajudado por Erica, a filha do chefe da polícia, que acredita na sua inocência, faz investigação por conta própria e a pista do criminoso leva-os até à Cornualha onde, num baile, Hitchcock encena uma sequência memorável em que um tique (pisca de olhos) trai o verdadeiro assassino - o baterista do conjunto! - que, assim, é finalmente apanhado.

(Quinta, 21.35, Canal 2)

Como Ganhei a Guerra

«How I Won The War» (GBR./1967). Realização de Richard Lester. Interpretação de Michel Crawford, John Lennon, Roy Kinnear, Lee Montague. Cor, 110 minutos.

O absurdo da guerra encenado por Richard Lester com humor ver-rinoso, num filme antimilitarista que tem, por estrelas principais, o grande Michael Crawford e o ines-

perado John Lennon. Com estreia proibida em Portugal pela censura fascista, a história passa-se durante a II Grande Guerra Mundial, durante a campanha do Egipto, a Lester faz o filme passar do tom ficcional de comédia (veja-se o gozo a outros filmes de guerra como a «Ponte do Rio Kwai» ou «Laurence da Arábia») à tragédia real da própria guerra, documentada nas imagens de «jornais de actualidades» da época. Um filme a ver, até por ser inédito entre nós.

(Sexta, 14.35, Canal 1)

A Guerra das Estrelas

«Star Wars» (EUA/1977). Realização de George Lucas. Interpretação de Mark Hamill, Harrison Ford, Carrie Fisher, Peter Cushing, Alec Guinness, Anthony Daniels. Cor, 121 minutos.

Primeiro filme da trilogia que, com «O Império Contra-Ataca» e o «Regresso de Jedi», a RTP transmite neste mês de Novembro (futura concorrência, a quanto obrigas!), a «Guerra das Estrelas» é, seguramente, o mais marcante dos três em termos de cinema-espectáculo. Aventura, fantástico, ficção científica são os três ingredientes de um novo género - a «space opera» - que o marketing cinematográfico descobriu para fazer renascer de grave crise uma indústria que, ao longo da sua história, conheceu várias recessões - dando-lhe um novo fôlego. Aliando o talento e o ofício de três jovens realizadores, dos quais sobressai naturalmente o primeiro - George Lucas -, o ressuscitando com fulgor o imaginário infantil dos espectadores de todas as idades, «A Guerra das Estrelas» vai buscar a Flash Gordon e a outros heróis dos «seriais» B da ficção científica a sua fonte de inspiração e os efeitos especiais (não esqueçamos que a «Industrial Lihts & Magic» é uma companhia dirigida por Lucas e Spielberg) a base técnica e material em que se funda o brilhantismo da narração. Resultado: um dos maiores êxitos de bilheteira de todos os tempos e a conquista de 7 Oscars em várias categorias técnicas incluindo a entusiasmante partitura de John Williams para além de, objectivamente, constituir uma incontornável mudança qualitativa na História do Cinema.

(Sexta, 21.25, Canal 1)

Rambo III

«Rambo III» (EUA/1988). Realização de Peter MacDonnad. Interpretação de Sylvester Stallone, Richard Crenna, Marc de Jonge, Kurtwood Smith. Cor, 97 minutos.

Inqualificável imbecilidade reaccionária, este subproduto cine-

matográfico da «era Reagan» foi (por uma vez!) bem colocado pela RTP no seu horário de programação: a uma e meia da manhã, a hora de todas as «pornografias». A voltar, mesmo em caso de insónia!

(Sexta, 01.30, Canal 1)

Os Bravos não Voltam as Costas

«The Last Frontier» (EUA/1955). Realização de Anthony Mann. Interpretação de Victor Mature, James Whitmore, Robert Preston, Guy Madison, Anne Bancroft. Cor, 94 minutos.

Com argumento de Philip Yordan (o mesmo de «Johnny Guitar»), «The Last Frontier» é um dos grandes clássicos do «western» dos anos 50, saído do talento de um dos maiores cultores do «género» - Anthony Mann. História de um coronel racista (papel superior desempenhado por Robert Preston) empenhado no extermínio dos índios e que acaba por ser, por eles, derrotado. Pelo meio, os amores mais ou menos furtivos da esposa do coronel (Anne Bancroft) por um rude mas inteligente batero índio (Victor Mature) com o qual acaba por casar, após a morte do coronel numa das batalhas mais bem encenadas por Mann.

(Sábado, 14.20, Canal 2)

Carolina?

«Caroline?» (EUA/1989). Realização de Joseph Sargent. Interpretação de Stephanie Zimbalist, Pamela Reed, George Grizzard, Patricia Neal. Cor, 95 minutos.

Típico telefilme para as tardes de domingo, surge ao sábado. E conta a história do surgimento, no seio de uma família americana bem estabelecida, da filha do primeiro casamento do pai, dada como morta num desastre de automóvel há uma dúzia de anos. Do ódio da madrastra à amizade dos novos irmãos vai a medida de uma trama bem urdida e posta em cena por um dos mais competentes tarimbos de televisão americana. Se estiver a chover, experimente os primeiros 10 minutos (é definitivo!) e veja se vale a pena...

(Sábado, 16.10, Canal 1)

A Mulher Pública

«La Femme Publique» (Fr./1984). Realização de Andrzej Zulawski. Interpretação de Francis Huster, Valérie Kaprisky, Lambert Wilson, Giselle Pascal. Cor, 108 minutos.

Autor pretensioso de um cinema desmesurado, de cores enganadoramente expressionistas e movimentos de câmara frenéticos, Andrzej Zulawski não chega aos calcanhares de mestre Wajda de quem foi assistente. Este é mais um filme em que afunda, em incontida história, os talentos natos que desperdiça ao contar a história de três personagens, verdadeiramente possess... filmando Dostoiévsky. História de um filme, dentro de um filme, dentro de uma televisão... talvez o tamanho da caixa o acalme!

(Sábado, 23.40, Canal 1)

Escolhas do Coração

«Choices of the Heart» (EUA/1983). Realização de Joseph Sargent. Interpretação de Melissa Gilbert, Martin Sheen, Mike Farrell, Helen Hunt, Peter Horton. Cor, 95 minutos.

O argumento é da pena de um bom dramaturgo - John Pielmeier - e conta-nos a história, que correu mundo, de uma missionária laica (Jean Donovan) assassinada com outras três freitas americanas em 1980 em El Salvador. Atenção aos

CINEMA

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Divina Comédia	—	★★	—	★★
B O Silêncio dos Inocentes	—	★★★★	★★	★★★★
C Thelma e Louise	—	★★★	—	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Manoel de Oliveira — King/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45 — Lisboa).
B — Real. Jonathan Demme — Amoreiras/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15). Lisboa.
C — Real. Ridley Scott — Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15). Amoreiras/3 (14.00, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15). Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45). S.Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

desempenhos de Martin Sheen e de Melissa Gilbert, uma jovem e talentosa atriz aqui a emergir. Telefilme acima da média, certamente a merecer a visão.

(Domingo, 15.40, Canal 1)

Um Lugar ao Sol

«A Place in the Sun» (EUA/1951). Realização de George Stevens. Interpretação de Montgomery Clift, Shelley Winters, Elizabeth Taylor, Ann Revere, Raymond Burr. P/B, 118 minutos.

Adaptação do romance «Uma Tragédia Americana», de Theodor Dreiser, o filme conta a história de um jovem sem recursos (George Eastman) a quem o tio (Charles Eastman), um rico industrial, dá emprego na sua fábrica. Envolvendo-se amorosamente com uma das operárias (Alice), esta fica grávida e exige-lhe que case com ela. George tenta adiar o casamento, enquanto conhece, numa das festas da grande burguesia que frequenta, uma outra jovem (Angela Vickers) por quem se apaixona e que, prestado-se a casar com ele, lhe pode oferecer uma inesperada ascensão social. A ideia de matar Alice germina no espírito de George durante um passeio de barco. Desiste da ideia mas é a própria Alice que faz virar desajeitadamente o barco afogando-se. Tentando fugir à polícia, George é preso e condenado à morte. Interpretação brilhante de um trio de luxo: Montgomery Clift, Elizabeth Taylor e Shelley Winters. Uma das mais concisas e conseguidas realizações de George Stevens que lhe valeu um dos seis Oscars que o filme conquistou.

(Domingo, 22.55, Canal 2)

39 Degraus

«The 39 Steps» (GBR./1959). Realização de Ralph Thomas. Interpretação de Kenneth More, Taina Elg, Brenda de Benzie, Barry Jones. Cor, 93 minutos.

Primeiro de dois «remakes» do filme original, este «39 Degraus» está a milhas da obra-prima de Hitchcock e mais não pretende ser do que um entretenimento bem ritmado e divertido, com um sabor tipicamente britânico, que se vê com agrado.

(Segunda, 14.35, Canal 1)

Sublime Expição

«Magnificent Obsession» (EUA/1954). Realização de Douglas Sirk. Interpretação de Jane Wyman, Rock Hudson, Barbara Rush, Otto Kruger, Agnes Moorehead. Cor, 108 minutos.

«Remake» do filme do mesmo título realizado por John Stahl (1953), com Irene Dune e Robert Taylor nos principais papéis, este notável melodrama, brilhantemente construído, é uma demonstração do grande talento de Douglas Sirk ao pôr em cena a história de um jovem herdeiro e playboy egoísta que acaba por ver a sua vida salva por um aparelho respiratório após um acidente de barco e que, mais tarde, já médico cirurgião, conhecedor do segredo que estivera na base da sua salvação, operará

a viúva do homem que salvara a sua vida e restituir-lhe-á a vista.

(Terça, 14.35, Canal 1)

Rogopag

«Rogopag» (It./Fr./1962/63). P/B e Cor, 111 minutos.

Filme de episódios cujo título é formado a partir das primeiras letras dos nomes dos realizadores: RO (Rossellini), GO (Godard), PA (Pasolini), G (Gregoretti). Ficou sobretudo célebre pela proibição da censura motivada pelo episódio de Pasolini (acusado de «ofensa à religião»). O filme acabaria por sair sob outro título: «Laviemoci il cervello». O episódio de Rossellini, o primeiro, conta a história de uma hospedeira do ar, Anna Maria, que se corresponde com o seu noivo, Carlo, através de filmes; no segundo episódio, de Godard, uma explosão atómica sobre Paris transforma os sentimentos dos parisienses; no polémico episódio realizado por Pasolini (o terceiro) um simples figurante de um filme de grande espectáculo é crucificado no estúdio, como castigo por ter roubado queijo, e morre de crise cardíaca antes de poder dizer a sua deixa; finalmente, no quarto episódio, realizado por Gregoretti, Togni é vítima da publicidade: morre num acidente de viaturas. Para os craques envolvidos, um filme falhado.

(Terça, 22.10, Canal 2)

O Regresso de Will Kane

«High Noon, Part II» (EUA/1980). Realização de Jerry Jameson. Interpretação de Lee Majors, David Carradine, J. A. Preston, Parnell Roberts. Cor, 100 minutos.

Nesta assaz atrasada sequela do célebre «High Noon» de Fred Zinnemann, Lee Majors regega no papel de Will Kane no momento em que Gary Cooper o havia deixado. Telefilme desinteressante e porventura inútil, encontrou o lugar certo na Primeira Matinée.

(Quarta, 14.30, Canal 1)

O Império Contra-ataca

«The Empire Strikes Back» (EUA/1980). Realização de Irving Kershner. Interpretação de Mark Hamill, Harrison Ford, Carrie Fisher, Billy Dee Williams, Alec Guinness. Cor, 124 minutos.

Segundo episódio da trilogia «A Guerra das Estrelas» (ver sexta, Canal 1), aqui temos as aventuras de Hans Solo, Skywalker, a princesa Leia, o oportunista Lando Calrissian, o traidor Darth Vader e os robots C3PO e R2D2, com o regresso dos actores que lhes deram corpo. Brilhante e espectacular, como o primeiro, faz um maior esforço para aprofundar a psicologia dos personagens, o tom é mais sério e a saga desenvolve-se com mais maturidade. Um filme que claramente assume termos visto o primeiro.

(Quarta, 21.25, Canal 1)

Tempo

Segundo o INMG prevê-se para o fim-de-semana céu com períodos de muito nublado, vento fraco a moderado. Possibilidade de aguaceiros no sábado e descida de temperatura de sábado para domingo.

TEATRO

CLUBE ESTEFÂNIA

R. Ant^o Maria Inácio, 41, r/c. Tel. 542249. De 3^a a 6^a às 21.30, sáb. às 17.00, dom. às 21.30. DESMAGINAÇÃO, de António Pedro, com o grupo Persona.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

R. Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3^a a sáb. às 21.30, dom. às 16.00, ATÉ QUE COMO O QUÊ QUASE, baseado em peças de Beckett.

TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. De 5^a a dom. às 21.30, AMOR TAMBÉM DE PERDIÇÃO, produção e encenação de Fernando Gomes/Teatro Livre.

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3^a a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00, VAMOS A VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS

Rua Serpa Pinto. Dias 8 e 11 às 21.30, dia 10 às 16. AMOR DE PERDIÇÃO, de Camilo Castelo Branco. Libreto de António Ribeiro, música de António Emiliano. Encenação de Ricardo Pais. Interpretação de Maria de Medeiros e Maria Amélia Matta, entre outros (estreia prevista: 6 Nov.)

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3^a a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO DA TRINDADE

Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. De 3^a a sáb. às 20.30, sáb. e dom. às 16.30, INVERNO 45, de Michel Deutsch, encenação de Castro Guedes.

Para crianças

TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00: de 3^a a 6^a para grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

TEATRO DE CARNIDE

Azinhaga das Freiras. Tel. 7145178. Domingo às 11.00. TRIC-TRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S.Ricardo.

TEATRO PAPA-LÉGUAS

Rua prof. Santos Lucas, 36-A (Benfica). Sáb. às 16.00, dom. às 11.00, 3^a, 5^a e 6^a às 11.00 e 14.00 (para grupos organizados), SOPA E COISAS SELVAGENS, enc. de Mário Jorge, pela Comp^a de Teatro de Animação «Os PAPA-Léguas».

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

Horizontais: 1 — Reputação; nome de um mês; põe em camadas. 2 — Aquele que amola; estimavam muito. 3 — Pé indiano para cozinhar; relativo ao átomo. 4 — Maiores aspirações; o mais célebre pintor grego. 5 — Laços apertados; nobre inglês; mulheres pequenas. 6 — Art.; cesto de asas; camareiras. 7 — Chefe etíope; lugar de sacrifício. 8 — Bordo (das plantas) libertara; o meio da capa. 9 — Trajem; juntei; letra grega. 10 — Referenciava; unir-se. 11 — Aquele que bebe; içara. 12 — Prenderas; prevenir. 13 — Carumas; ressumar; retiras-te.

Verticais: 1 — Celerado; vaso de barro nos banquetes romanos. 2 — Escolhidos; Cobre (simb.); letra grega (simb.). 3 — Habites; caiem. 4 — Une; lera novamente. 5 — Aplanar; mudanças. 6 — 1500 romanos; marca; cont. prep. e art. 7 — Cont. prep. e art.; morar. 8 — Sair; Ouro (simb.). 9 — Esmerara-se; a primeira mulher. 10 — Prep.; ermida; frequentar. 11 — Afia; secas. 12 — Musa; pron. pess.. 13 — Prevenis; grande ave trepadora. 14 — Partícula nos nomes escoceses; apelido; procederei. 15 — Grande afeição; afastais.

Solução do número anterior

Horizontais: 1 — Amável; cubata. 2 — Caril; mas; metam. 3 — Oder; copas; bica. 4 — Local; rol; fanar. 5 — Ina; és; pe; ode. 6 — Tá; ileso; al. 7 — Ana; asa; cia. 8 — Clarim; tirara. 9 — Ala; aderira; agá. 10 — Cara; agora; adir. 11 — Evita; ola; atura. 12 — Dadora; ciaram. 13 — Isolara; ararama.

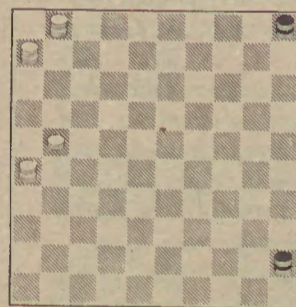
Verticais: 1 — Acólito; acedi. 2 — Madona; clavas. 3 — Arca; alarido. 4 — Vira; una; atol. 5 — el; le; ara; ara. 6 — Si; ida; ar. 7 — Mor; Lamego; 8 — Nápoles; rolo. 9 — Sal; sátira. 10 — Pó; ira; Cr. 11 — Um; fé; era; aia. 12 — Beba; via; atar. 13 — Atino; aradura. 14 — Tacada; agiram. 15 — Amarel; arama.

DAMAS

CCCXXVIII - 7 de Novembro de 1991

PROPOSIÇÃO N.º 328
Por: A. V. Charjano
Okrytka, 1908

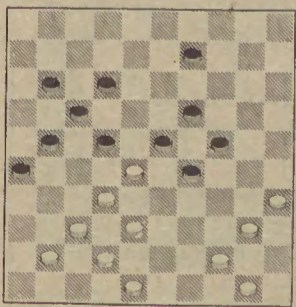
Pr.: [2]: (5) - (45)
Br.: [4]: (1) - (6) - 21 - (26)



Branças Jogam e ganham (5T)

GOLPEN.º 328
Por: E.-G. Ramond
-Toulouse, 1947

Pr.: [11]: 9-11-12-17-19-21-22-23-24-26-29
Br.: [11]: 28-32-35-37-38-40-41-42-44-48-50



Branças Jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCXXVIII
N.º 328 (A.V.Ch.): 1. 21-171
1... (5-46); 2. 26-37 e 3. 6X50+
1... (45-50); 2. 17-12, 50-45; 3. 26-17 e 4. 1-23+

GOLPEN.º 328

(E.-G.-R.): 1. 48-43, (22X33); 2. 32-28, (33X22*); 3. 35-30, (24X35); 4. 37-31, (20X39); 5. 44X4 = D, (35X44); 6. 4X49+

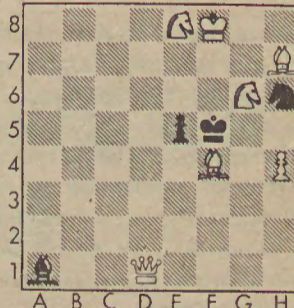
A. de M. M.

XADREZ

CCCXXXVIII - 7 de Novembro de 1991

PROPOSIÇÃO N.º 328/A
Por: B. Lender
Le Courrier des Echecs,
N.º 230/231, 1976

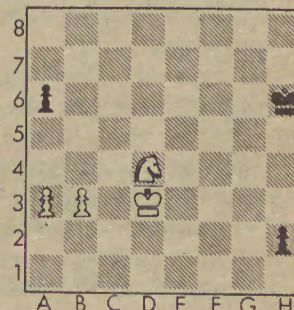
Pr.: [4]: Pé5 - Ch6 - Ba1 - Rf5
Br.: [7]: Ph4 - Cs8, g6 - Bs - f4, h7 - Dd1 - Rf8



Mate em 2 lances

PROPOSIÇÃO N.º 328/B
Por: M. Lewit
National Zeitung, 1906

Pr.: [3]: Ps. a6, h2 - Rb6
Br.: [4]: Ps. a3, b3 - Cd4 - Rd3



Branças Jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º 328
N.º 328/A (A.V.Ch.): 1. Bg5! [2. Cf4+]
1... , 64 (R64, R66); 2. Dd7 (Cd6, Cg7)++

N.º 328/B (M.L.): 1. Cf5+, Rg5; 2. Cg3, Rf4; 3. Ch1, Rf3; 4. b4, Rg2; 5. Rf2, R-h1; 6. Rf2, a5; 7. a4, a-b4; 8. a5 e g.

A. de M. M.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Os aumentos

Apesar de ninguém ter visto o programa eleitoral do PSD assumido em letra de forma (não há crime se não houver prova, né?!...), sempre se acharam por aí uns papeluchos muito coloridos que, à volta do sorriso dental do chefe, falavam em «Dez Compromissos» que iriam pôr «Portugal no Bom Caminho». O último piscava para os reformados a promessa do «aumento continuado do poder de compra das reformas e pensões», acrescentando-lhe «a comparticipação financeira do Estado nos encargos com medicamentos por parte de idosos e pensionistas». Repare-se que o PSD de Cavaco Silva não se limitou a prometer o aumento das reformas - uma banalidade na demagogia moderna - e foi ao pormenor do aumento continuado do poder de compra das referidas reformas e pensões.

Um mês depois da vitória, aí temos o 10º Compromisso em acção.

Anunciando aumentos de 14, 13 e 12% (abaixo dos aumentos salariais obtidos na contratação colectiva e muito mais ainda em relação aos dos salários praticados - entre 16 e 17%, números do Governo), a maioria dos reformados (52%, ou seja um milhão e 200 000), que sobrevivem com 20 contos ou menos, passarão a receber a partir de Dezembro pensões na ordem dos 22 800\$00, 16 300\$00 e 14 600\$00.

Estamos, indubitavelmente, perante um aumento continuado do poder de compra dos reformados. Imaginamos os bifés, a fruta, a extravagância de fim-de-semana que estralejarão na vida desse milhão e tal de reformados à conta do conto ou dois que pingará a partir do Natal. Alguns até arriscarão voos mais altos e avançarão para o investimento, talvez na Bolsa, quicá no sector imobiliário, porque nunca se sabe como continuam tão continuados aumentos.

Mas Cavaco Silva foi ainda mais longe; baseou a sua campanha eleitoral para os reformados (como o recordava há dias a CGTP-IN) com promessas de que iria proceder a uma mais justa distribuição do Rendimento e a uma aproximação do valor das pensões ao valor dos salários.

Quanto à aproximação do valor dos salários, os números do próprio Governo acima referidos (16 a 17% para estes, 12 a 14% para as reformas) falam por si.

No que toca à melhor «distribuição do rendimento», basta o sarcasmo de haver muitos pensionistas, com este «aumento continuado», a verem o seu «poder de compra» subir... algumas centenas de escudos.

Entretanto o Governo encontra ainda espaço para se lamentar, explicando que «não existe capacidade financeira» para aumentar mais as pensões.

Coitado do Governo, tão cheio de boa-vontade e a receber uma paga assim por banda das «capacidades»...

Só não diz que o orçamento da Segurança Social, em vez de cumprir as finalidades para que existe, continua a financiar reestruturações de empresas e políticas de emprego que não lhe cabe assumir.

Só não diz que, para indemnizar capitalistas com largos milhões de contos ou lhes perdoar muitos mais em dívidas à Segurança Social, já existe «capacidade financeira».

Como, em suma, não diz que os reformados e pensionistas, com este «aumento continuado do poder de compra», não apenas não recebem o que lhes é devido, como o que orçamentalmente lhes pertence não é aplicado ou retido em seu favor.

Não há dúvida que Cavaco Silva e a ficção partidária que gravita à sua volta conseguiram, outra vez, conquistar muitos dos mais velhos com novas promessas. Só que se tratam de promessas cada vez menos novas, a espalhar uma miséria cada vez mais velha. E portanto maior, muito maior...

Tão grande, que um dia não haverá percentagens que a segurem. Essa prometo eu.

■ HC

Nota da Comissão Política

Cavaco Silva anuncia «tempos difíceis»

Reunida no dia 4 de Novembro, a Comissão Política do Comité Central do PCP debateu a situação política actual.

1. A Comissão Política salienta que as alusões feitas pelo Primeiro-Ministro, no acto de posse do novo Governo, aos «tempos difíceis» e ao «momento que se vive» que «não é para facilidades» constituem expressões que confirmam a contradição entre o discurso eleitoral em torno do «sucesso», das facilidades e perspectivas favoráveis e o discurso posterior às eleições, caracterizado pela preparação da opinião pública para medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores, dos reformados e das camadas mais desfavorecidas.

Os irrisórios aumentos das reformas e pensões há dias decretados contrastam com as promessas eleitorais do PSD e são um prenúncio das orientações que o Governo vai querer seguir em matéria de salários e de subsídios e obrigações sociais. Alertam igualmente para as perspectivas de desrespeito por parte do Governo das promessas eleitorais em matérias como o emprego, o horário de trabalho, a redução dos impostos, a habitação e o ensino.

É oportuno recordar que, ao longo dos anos de conjuntura externa favorável, Cavaco Silva sempre recusou que certos resultados positivos da nossa economia se dessem a ela, apregoando que eram exclusivo mérito do seu Governo. O lema dos «tempos difíceis» que, ao contrário do que agora diz, nunca abordou na campanha eleitoral, parece servir para lançar as culpas de futuros insucessos sobre a conjuntura internacional.

A Comissão Política do CC do PCP responsabiliza Cavaco Silva, o PSD e os seus Governos, hoje como nos últimos quatro anos, por não terem aproveitado a conjuntura externa extremamente favorável que se verificou neste período para uma preparação geral da economia portuguesa, através designadamente da modernização, reestruturação diversificação e especialização do nosso aparelho produtivo.

A Comissão Política alerta igualmente a opinião democrática para as concepções redutoras da democracia em que o Primeiro-Ministro persiste. Essas concepções levam-no a ignorar o papel da oposição, designadamente quando proclama que «as propostas eleitorais que fizeram vencimento foram as nossas e não as dos partidos da oposição», como se isto pusesse fim a todo o debate democrático. Estas concepções manifestam-se também quando o Primeiro-Ministro lança avisos arrogantes, agitando os 50% da sua votação perante «todos aqueles que têm responsabilidades políticas aos mais variados níveis», como se perto de outros 50% não tivessem recusado a sua governação.

O discurso de posse do novo Governo do PSD acentua as preocupações em relação aos traços antipopulares e autoritários da política que se propõe seguir e coloca com mais força na ordem do dia a necessidade de uma resistência convergente da luta dos trabalhadores e da acção das forças democráticas.

2. Confirmando a verdadeira orientação do Governo e para além dos irrisórios aumentos das pensões de reforma, decorrem processos de despedimento de milhares de trabalhadores em centenas de empresas, processo que a entrada em vigor do «pacote laboral» poderá agravar. Surgem também novos sintomas de negociatas em torno da privatização de empresas públicas e de arrogância patronal, com limitações de liberdades e discriminações dentro de empresas.

A Comissão Política considera que o grande «buraco orçamental» agora revelado corresponde a uma confissão de descontrolo eleitoralista da política governamental que significativamente só foi revelado após as eleições. Não pode, no entanto, ser utilizado como pretexto para impor dificuldades aos mais carecidos ou atrasar pagamentos a trabalhadores da Administração Pública.

3. Na sequência das observações anteriormente feitas acerca da estrutura e composição do Governo, a Comissão Política considera que o aumento do número



Luís Sá apresentou aos órgãos de comunicação social, na passada terça-feira, as principais conclusões da reunião da Comissão Política do PCP, em conferência de imprensa realizada na sede nacional dos comunistas em Lisboa, na Soeiro Pereira Gomes

dos seus membros desmente a imagem de rigor, austeridade e racionalidade que Cavaco Silva e o PSD tentaram transmitir. Esse aumento não favorecerá a eficácia e eficiência da acção governativa, tendo mais que ver com a satisfação de clientelas e repartição de poder entre elas.

4. A Comissão Política chama a atenção para a entrada em vigor no passado dia 2 a lei de criação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Ainda que com insuficiências, a lei constitui um passo importante na necessária compatibilização e coordenação da acção dos vários níveis da Administração com vista à solução dos múltiplos e graves problemas que afectam a vida quotidiana de cerca de 40% da população do país.

Na sequência da apresentação pioneira, em Março de 1990, do projecto de lei com vista à sua criação, o PCP e os seus eleitos empenhar-se-ão na rápida instituição e para um eficaz funcionamento e intervenção das Áreas Metropolitanas, designadamente na de Lisboa onde, devido às responsabilidades decorrentes da sua influência eleitoral, terão um contributo decisivo a dar.

No plano das iniciativas legislativas o PCP apresentará projectos de lei que reforcem e aperfeiçoem o estatuto das Áreas Metropolitanas agora criadas.

O PCP promoverá em breve debates abertos, em Lisboa e Porto, em torno dos problemas das respectivas Áreas Metropolitanas e perspectivas de funcionamento das novas instituições.

5. A recente legislação publicada em matéria de prestação de trabalho na Administração Local constitui um grave atentado contra os interesses dos trabalhadores e terá repercussões negativas no domínio da gestão municipal.

Trata-se de mais um passo contrário à necessária política de qualificação e valorização das condições e do estatuto profissional dos trabalhadores da Administração Local com inevitáveis consequências nos seus direitos e nas condições de prestação de um adequado serviço público. Não deixa de ser sintomático que esta legislação já aprovada há tempo em Conselho de Ministros só tenha sido publicada após as eleições de 6 de Outubro.

Reclamando a revogação destes diplomas o PCP, solidário com os interesses dos trabalhadores e com as preocupações das suas estruturas representativas, anuncia a intenção de requerer na Assembleia da República a submissão a ratificação dos referidos diplomas, com o propósito de conseguir a sua suspensão ou profunda alteração.